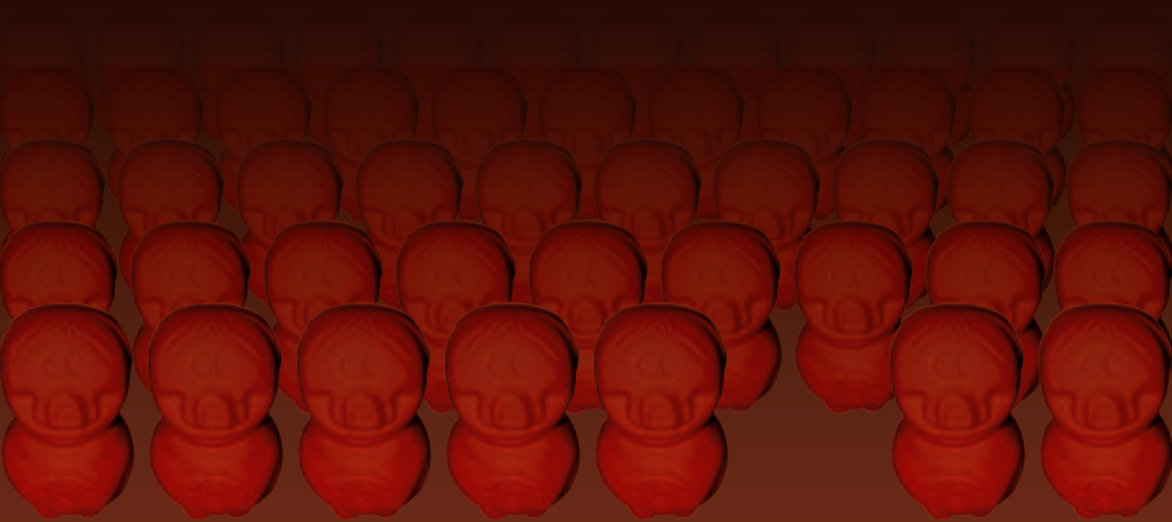


1928 — 2000

BANESTADO

Uma história interrompida



Coletânea de ex-bancários do Banestado

Organização

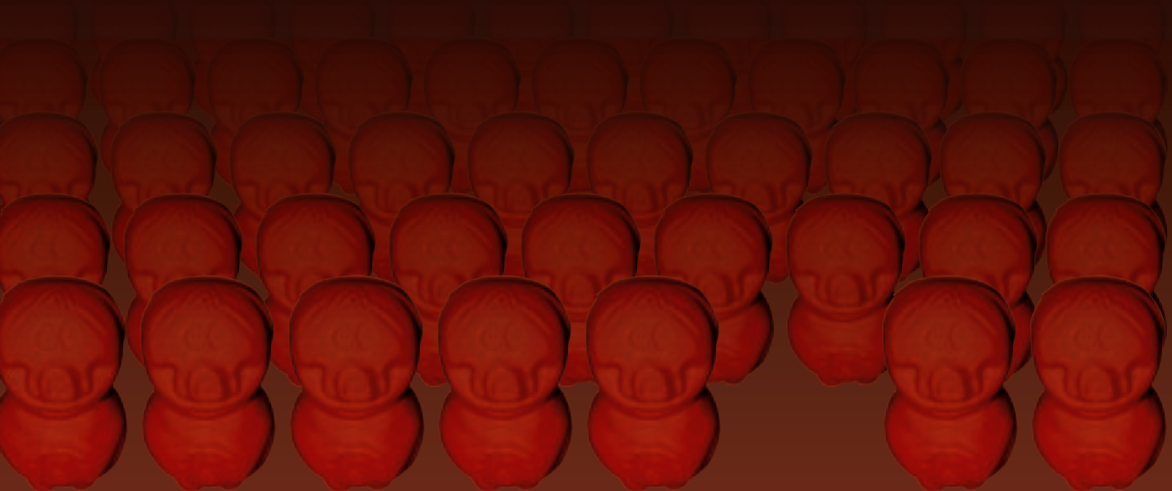
Durce R. Figueiredo e Marisa Stedile


EDITORA
ComActos

Durante mais de 70 anos, o Banestado foi uma das instituições públicas mais prestigiadas do Brasil. O Banco do Estado do Paraná foi parceiro da indústria, do comércio e da agricultura, tornando-se peça fundamental para o desenvolvimento da economia paranaense. Mais que uma empresa, era um símbolo de sua terra e orgulho de sua gente.

Nos anos 1990, durante a ascensão da doutrina neoliberal no Brasil, o Banestado tornou-se alvo do interesse do capital privado. Foi atacado por especuladores, sofreu uma campanha de difamação e, por fim, sucumbiu a um processo de desmonte.

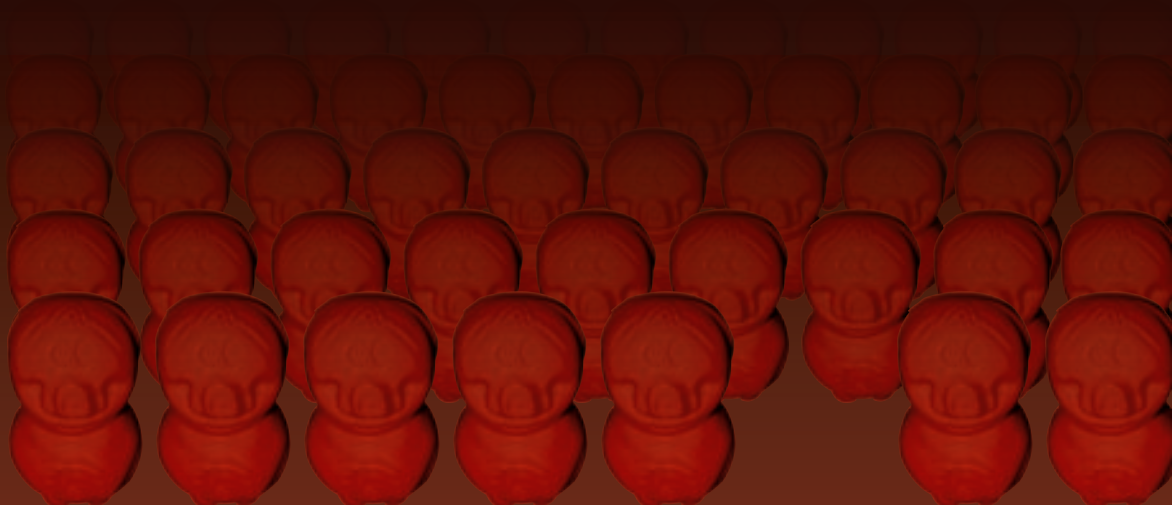
Passados 20 anos da privatização, o Paraná ainda se ressentia da perda de seu banco. A venda a preço irrisório alienou um patrimônio coletivo, deixando milhões de cidadãos sem crédito viável e milhares de funcionários sem emprego. Os banestaden-
ses não eram somente servidores públicos – eram agentes de desenvolvimento econômico e social.



Este livro recupera uma história organizacional de grande sucesso e denuncia um dos maiores crimes contra o patrimônio público já ocorridos no Brasil. A partir dos testemunhos de ex-funcionários, vamos conhecer os mecanismos que fizeram do Banestado uma força financeira. Percebemos que a musculatura do banco era a dedicação de seus integrantes, que trabalhavam também por um projeto de sociedade.

No momento em que o sistema bancário brasileiro se tornou um oligopólio voraz que explora a força produtiva do país em benefício próprio, conhecer a trajetória dos bancos estaduais brasileiros é fundamental para recuperarmos a crença de que é possível reconstruir organizações financeiras que atendam aos reais interesses do país.

“Banestado – Uma história Interrompida”
é uma lição de patriotismo consciente.



1928 — 2000

BANESTADO

Uma história interrompida

Copyright © 2020 Editora ComPactos Ltda
Copyright © 2020 Durce R. Figueiredo
Copyright © 2020 Marisa Stedile

1928 — 2000
BANESTADO
Uma história interrompida
Coletânea de ex-bancários do Banestado

Organização
Durce R. Figueiredo e Marisa Stedile

1ª Edição
Ano 2020

Cleusa Slaviero Edição

Cibele Lima
Ulysses Rubin Revisão

Antonio Dias Projeto gráfico, diagramação e capa

Dados internacionais de catalogação na publicação | Bibliotecário responsável: Bruno José Leonardi – CRB-9/1617

Figueiredo, Durce R.
1928 – 2000 Banestado: uma história interrompida / Durce R.
Figueiredo e Marisa Stedile. - Curitiba, PR : ComPactos, 2020.
240 p. ; 15,5 x 23 cm.

ISBN 978-65-991957-1-6

1. Banco do Estado do Paraná - História. I. Stedile, Marisa II.
Título.

CDD (22ª ed.)
332.11098162

Todos os direitos de publicação deste livro estão reservados à Editora ComPactos Ltda

E D I T O R A
ComPactos

Editora ComPactos Ltda
Curitiba – Paraná – Brasil
facebook.com/editoracomcompactos
www.editoracomcompactos.com.br

1928 — 2000

BANESTADO

Uma história interrompida

2020
1ª Edição



*A todas e todos que dedicaram e dedicam suas
vidas à luta em defesa da classe trabalhadora,
em especial à luta da categoria bancária.*

Apresentação

Um povo é reconhecido a partir de seus símbolos. Em cada agrupamento humano, podemos detectar a persistência de elementos que atuam como uma espécie de “cola social”. Ao observá-los, o membro de um grupo afirma, ainda que inconscientemente: “Isso me pertence. Isso diz uma mesma coisa sobre mim e sobre os que estão à minha volta”. Esses elementos podem ser abstratos, como a bandeira e o hino de um estado ou região. Também podem ser bens culturais, como a música, a literatura, a dança, o folclore. Nesse segundo caso, há um ganho de valor. Somente um brasileiro sabe o que é ser compatriota de Jorge Amado. Somente um argentino é capaz de descrever como é sentir-se orgulhoso pelo tango. Somente um croata sabe o que é ser admirado como potência no polo aquático. Mas perceba que ainda estamos no território do intangível. Tais bens não são palpáveis, mas ainda assim existem. Não podem ser pesados, fracionados nem vendidos, ainda assim são uma grande riqueza.

Há, também, uma terceira e importante classe de símbolos de um povo: as organizações. Desenvolvidas no seio de uma comunidade, a partir da inteligência e do suor de seus membros, atravessam gerações até alcançar importância semelhante à da bandeira, do hino e da cultura. Basta uma viagem de carro para vermos, nas placas de entrada de uma cidade, o orgulho pela economia local. “Seja bem-vindo a esta cidade, o maior polo produtivo de tal setor.” “Você chegou a esta cidade, capital nacional deste produto.” “Visite esta cidade, sede de determinada cooperativa”.

Tais organizações possuem a totalidade das características dos símbolos. São, primeiramente, um valor econômico mensurável: geram riqueza, renda, trabalho, capital e desenvolvimento. São também um bem cultural intangível: a forma de produzir, as relações de trabalho e o trato com as matérias-primas tendem a ser característicos, impossíveis de serem reproduzidos à perfeição em outros lugares. E, por fim, são também símbolos abstratos: o nome e a marca dessas organizações levam o bom nome de uma região mundo afora. Falam bem de sua gente.

Por 72 anos, o povo do Paraná se reconheceu no Banestado. O banco estadual foi o orientador financeiro das famílias, o suporte para a agricultura e o indutor do desenvolvimento industrial da região. Com agências

instaladas em 80% dos municípios do estado (que alcançavam a totalidade do território), o banco tornou-se uma referência imediata. Costumava-se dizer que um município paranaense tinha, obrigatoriamente, uma prefeitura, uma igreja e uma agência do Banestado.

O Banestado fez parte da cultura paranaense. Qual empreendedor não iniciou a construção do seu sonho com uma visita ao banco estadual, onde poderia receber orientação e crédito para iniciar sua caminhada? Qual admirador das artes não percebeu a intensidade e amplitude dos patrocínios culturais, que fizeram do Banestado um dos maiores mecenas do Paraná? Qual criança não teve o porquinho de plástico colorido para fazer as primeiras economias?

Até meados dos anos 1990, o Banestado era uma das instituições financeiras mais sólidas do país. Esse resultado foi obtido pelo esforço de gerações de trabalhadores, conhecidos como banestadenses. A classe foi capaz de construir uma cultura que passou do campo profissional ao pessoal, fazendo convergir trabalho, cultura e lazer. No auge, a instituição teve aproximadamente 13 mil funcionários. Unidos fraternalmente, puderam desenvolver um trabalho primoroso. O Banestado foi inovador na gestão, nos serviços e nos sistemas. Ainda nos anos 1970, foi pioneiro na implantação de processos computadorizados, criando um setor específico para desenvolver novas soluções para os clientes.

Essa inteligência não era apenas digital. Era, sobretudo, emocional. Pois os banestadenses formavam uma comunidade corporativa. Seja no complexo de Santa Cândida, em Curitiba, de onde o banco era gerido, seja em uma modesta agência do interior, cada funcionário orgulhava-se de representar esse todo. Afinal, o banestadense era um agente de desenvolvimento do estado.

O sucesso do Banestado o tornou alvo de cobiça. Quando o Brasil convergia ao neoliberalismo econômico, no início dos anos 1990, começou a ser arquitetada uma trama altamente complexa para que o patrimônio do banco fosse pilhado por interesses capitalistas totalmente alheios ao bem-estar dos paranaenses. Os banestadenses foram obrigados a se tornarem, de forma mais assertiva, militantes da empresa: uniram-se ainda mais, desenvolveram uma agenda de defesa, usaram seu tempo e recursos para alertar a sociedade sobre o que ocorria.

Foram a primeira linha de ação, enfrentando uma das maiores campanhas de dilapidação já vistas no Brasil, analisada por inúmeros estudos

acadêmicos e reportagens jornalísticas desde então. À época, a propaganda oficial dizia que estavam apenas defendendo seus empregos, como se isso fosse algo menor. No entanto, a luta dos banestadenses era muito maior: defendiam, de fato, um modelo financeiro justo e saudável, referendado por décadas de prática.

O Banestado acabou. Vendido a preço vil, tornou-se um símbolo do descaso para com o patrimônio público. Mas os banestadenses não foram derrotados. Passadas duas décadas, a história está lhes dando razão. Hoje, o Brasil tem uma das maiores concentrações bancárias do mundo. O crédito para produção é caro e difícil de obter. Durante a pandemia do coronavírus, milhares de empresas faliram sem conseguir financiamento para continuarem atuando e empregando. Grande parte dos correntistas bancários estão endividados. Foram ludibriados por taxas ocultas, regras complexas, estratégias publicitárias e outras armadilhas. Dessa forma, indústria e comércio vendem pouco, esfriando ainda mais a economia. Mais da metade da população brasileira em idade para trabalhar está desempregada. Enquanto isso, os cinco conglomerados bancários que dominam o sistema financeiro brasileiro lucram dezenas de bilhões de reais por ano.

É tempo de ouvir o testemunho dos banestadenses. Estudar as lições tão duramente aprendidas. Reconhecer as décadas de dedicação. E, principalmente, tomarmos consciência do importante papel que os bancos locais tiveram, e podem ter, na construção de um Brasil social, cultural e economicamente mais rico.

Este livro tem duas partes. Na primeira, ex-funcionários do Banestado narram suas experiências, formando um mosaico bastante amplo da história do banco. Leremos sobre as diversas facetas do Banestado: o atendimento aos clientes, o clima organizacional, a construção de soluções, o apoio econômico ao Paraná, os efeitos da privatização, os projetos culturais e esportivos. O artigo de Francisco Souto Neto, idealizador do Programa de Cultura Banestado, é exemplar para entender como uma organização pode ampliar sua atuação para outros horizontes, impactando ainda mais a comunidade que a abriga.

Como não poderia deixar de ser, o destaque maior é o processo de privatização – tema principal de vários dos textos. Embasados em dados e literatura técnica, os banestadenses comprovam um dos maiores crimes cometidos contra as finanças públicas brasileiras.

Na segunda, trazemos uma trilogia sobre a importância da defesa dos bancos públicos, ampliando a discussão para o cenário nacional. Os três autores, trabalhadores da CAIXA e do Banco do Brasil, apontam uma nova onda de discussão sobre a privatização dessas instituições. A conexão entre o passado e o presente é evidente, e a experiência dos trabalhadores do Banestado é um alerta para que a história não se repita.

Ao mesmo tempo que o Banestado era derretido, bancos públicos de outras unidades da Federação tinham o mesmo destino. Os autores e autoras da história interrompida do Banestado explicam esse amplo processo de desmonte, apontam as consequências para a economia brasileira e convidam à retomada da defesa de um sistema financeiro que priorize famílias, pequenas empresas, cooperativas rurais e demais organizações capazes de fazer o Brasil retornar ao crescimento de forma fraterna, justa e sustentável.

Prefácio

Luta de classes

O capitalismo é o mais perverso modo de produção engendrado pela história da humanidade. A expropriação da mais-valia e a exploração do trabalho alheio para gerar acumulação de riqueza a uma minoria não se justificam eticamente em nenhum sentido.

As relações capitalistas de produção estabelecem uma determinada maneira de existir em sociedade que, por mecanismos diversos de ocultação, apresenta-se como normal. Essa maneira de existir em sociedade, entretanto, sofre transformações ao longo da história em decorrência das reações que provoca em suas vítimas. A luta é permanente, nunca termina.

Foi necessária a crise capitalista de 1929 para que as pessoas percebessem a funcionalidade do Estado para organizar as relações entre as classes sociais, permitindo uma sobrevida a esse iníquo sistema de exploração e de dominação. Com o fim da era liberal, em que o Estado existia somente para assegurar privilégios às classes exploradoras, vivenciamos em boa parte do planeta a fase do capitalismo organizado, administrado, que impunha certos limites à exploração, garantindo certos direitos aos explorados e acesso a bens e serviços prestados, direta ou indiretamente, pelo próprio Estado.

Esse modelo de Estado e essa maneira de organizar as relações entre as classes sociais, contudo, seguem sendo atacados pela ganância dos capitalistas, com maior ou menor sucesso, dependendo do país analisado.

No Brasil, as lutas sociais fizeram inscrever, na Constituição e nas leis, condições objetivas para avanços sociais dentro dos estritos limites do capitalismo, colocando limites à autonomia da vontade nas relações individuais e desenhando as condições para avanços futuro. O papel dos bancos públicos se insere nessa lógica. A reação das classes dominantes, como sempre, não tardou.

A privatização do Banestado, rememorada neste livro, decorreu do processo desencadeado pela primeira onda neoliberal, nos anos iniciais da vigência da Constituição de 1988. Os rentistas nunca aceitaram limites à sua voracidade e investiram contra a regulação estatal.

Ao contrário da versão mítica, mentirosa, que tenta nos convencer com a balela da Constituição Cidadã, esta se constituiu em síntese histórica e concreta das lutas sociais travadas durante a redemocratização ao final da ditadura militar e das resistências reacionárias contra transformações mais profundas, em um texto normativo que assegurou, sobretudo, o funcionamento do capitalismo administrado e a propriedade privada dos meios de produção, organizando as relações entre as classes sociais dentro do território brasileiro.

Seguiram-se à sua promulgação novas investidas dos capitalistas contra os poucos e parcimoniosos direitos nela reconhecidos aos explorados, entre os quais o direito ao desenvolvimento durante aquilo que alguns teóricos denominam como a década perdida, sob Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

Nesse período, o desastre para os direitos e garantias só não foi maior dada a enorme e essencial rebeldia dos movimentos sociais, a firmeza ideológica dos sindicatos e a abnegação decidida de valorosos companheiros e companheiras, entre os quais todos os autores deste livro. A resistência foi fundamental para mantermos direitos e para construirmos, coletivamente, as condições históricas que resultaram na eleição de Lula em 2002.

Foram muitas as lutas e várias as vitórias nos anos 90. A maioria das reformas pretendidas pelo capital foi barrada. Os autores desta obra tiveram a sorte de viverem lindos momentos de sonhos, de realizações e de comemorações. Contudo, sofremos também importantes derrotas; uma delas foi a privatização do Banestado, que só pode ser integralmente compreendida no quadro geral das lutas de classes daquele período.

Este livro certamente contribuirá para a compreensão da dimensão da importância da resistência e, ao mesmo tempo, da desumana ganância do capital financeiro e do caráter destrutivo das privatizações que visavam e sempre pretendem impedir ou retardar o acesso da população ao direito ao desenvolvimento e a um futuro melhor.

A privatização do Banestado e de outros bancos estaduais tinha este objetivo: impedir o desenvolvimento do Paraná. E, como tal, configura-se em trágico episódio na luta de classes em nosso país. Como assessor da diretoria do SEEB-Curitiba, tive a honra de participar dessa e das demais lutas anticapitalistas com os autores desta obra que, acima de tudo, reveste-se de atualidade, inclusive como relatos de uma experiência.

Sofremos na contemporaneidade os efeitos de uma nova onda neoliberal destruidora de direitos, de garantias, do meio ambiente, do desenvolvimento e da soberania nacional. O tsunami iniciado com o golpe de 2016 está arrasando o que tínhamos, o que temos e o que sonhávamos ter. Mais que nunca, a rebeldia, a insubmissão e a resistência se fazem necessárias.

Este livro – dolorido – contribui para o resgate histórico das lutas vividas, mas também certamente servirá para potencializar a irrisignação e para a percepção de que a maneira capitalista de existir em sociedade não é a única e que está longe de ser a melhor. A luta de classes, desde os anos 20 do século passado, nunca esteve tão acirrada. Esperamos que as novas gerações de ativistas dos movimentos sociais e sindicais estejam à altura dos desafios atuais e que, com os idealizadores e autores desta obra, consigam resistir às privatizações que se anunciam.

Wilson Ramos Filho, Xixo

Setembro de 2020

Privatização do Banestado: ferida que não fecha

A concretização da venda do Banestado foi o momento mais triste da minha vida política. Eu era deputado estadual e, como ex-funcionário do banco e ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, tinha o dever de lutar para barrar toda aquela sangria. Hoje, 20 anos depois, a sensação é a de que a gente ainda não tem a exata noção da sujeira que esteve por trás daquela negociação.

Comecei a trabalhar no banco em 1985. Eu tinha por volta de 30 anos e fiquei encantado com o potencial daquela instituição. O Banestado era responsável por financiar boa parte do desenvolvimento do estado. Comércio, agricultura, indústria. Quase todos os setores contavam com o auxílio do Banestado para crescer.

Seguramente posso dizer que o Banestado foi um dos bancos mais sólidos do Brasil. Ao menos até que a sanha pela privatização do governo Lerner fosse iniciada. Em 1999, entre a aprovação da venda na Assembleia e o leilão propriamente dito, o Banestado possuía algo em torno de 1,5 bilhões investidos em financiamento habitacional e 42 bilhões em agricultura.

Também é importante a gente lembrar das trabalhadoras e dos trabalhadores que construíram o Banestado. Os chamados banestadenses. Minha participação no Sindicato dos Bancários permitiu-me conhecer a garra, a solidariedade e a valorização do patrimônio público que esse pessoal tinha. Ao menos 8 mil trabalhadores perderam seus empregos. Não sem muita luta. Não sem a realização de greves para tentar conter o processo de entrega.

Encobertos pela mídia, os defensores da privatização alegavam que o dinheiro da venda seria convertido em saúde e educação para o povo. Coisa nenhuma. Antes de enviar o banco para o leilão, foi realizado um nefasto processo de saneamento das contas. O estado do Paraná quitou todas as dívidas de todos que deviam para o banco. Inclusive as do próprio estado.

Alinhado ao governo federal, o então governador contraiu um empréstimo junto à União no valor de 5,6 bilhões e zerou as dívidas sem qualquer critério. Enquanto parlamentar, tentei de todas as maneiras

mobilizar os deputados estaduais a barrar esse encaminhamento. Para sanear as dívidas do banco em si, era preciso um montante muito menor, algo em torno de 1,3 bilhões.

O processo seguiu e, no dia 17 de outubro de 2000, o Banestado, com mais de meio século de existência, mais de meio milhão de clientes, imóveis, entre eles prédios históricos, e quase 400 agências estruturadas, foi vendido pela bagatela de 1,6 bilhões. Montante que depois ficou ainda menor porque o banco possuía créditos tributários que foram posteriormente utilizados pelo comprador, o Banco Itaú.

O resultado de tudo isso é que os paranaenses não só ficaram sem esse importante motor de desenvolvimento, ficaram com uma dívida de 30 anos. Dívida que possui uma taxa de juros criminoso. Após pagar mais de 10 bilhões em 20 anos via prestações mensais, o passivo hoje ultrapassa os 10 bilhões.

Existem perdas que a gente sofre e depois supera. Outras nos fazem sofrer cada dia mais. A privatização do Banestado é uma delas. Todos os anos, cerca de um bilhão de reais deixam de ser investidos em saúde e educação e vão para pagar a dívida contraída no criminoso processo de venda do Banestado. Isso para não falar nas diversas fraudes que a privatização incinerou e que, mais tarde, ganharam cena com a CPI do Banestado na Assembleia Legislativa do Paraná e a CPMI do Banestado no Congresso Nacional.

Ângelo Vanhoni

A falta que ele nos faz!

Era abril de 1988 quando ingressei, via concurso público, no Banco do Estado do Paraná. Fui lotada no Departamento de Marketing e Propaganda, que ficava no bloco II do famoso conglomerado Santa Cândida, em Curitiba, uma edificação moderna e de vanguarda na época. Era o centro do poder, onde “a caneta” tornava oficial as políticas que emanavam, ou que deveriam emanar, daquele banco público.

Para uma mulher jovem, saída da universidade pública e mãe de dois filhos pequenos, o mercado de trabalho era bastante restrito e ainda quase que totalmente dominado pelos homens. Embora as mulheres já estivessem avançando em números de postos de trabalho, não chegavam às posições de decisão ou diretorias. No Banestado não era diferente, cerca de 53% do quadro funcional eram mulheres, mas nem 5% ocupavam algum cargo de gerência (*Jornal Contra Cheque*, agosto de 89), mas, para minha surpresa, a minha chefe era uma mulher. Sim, uma grande mulher em todos os sentidos, Sara Gorsdorf. Grande por sua capacidade de coordenar uma equipe numerosa e de atividades múltiplas com maestria, e de forma a valorizar o perfil e as capacidades de cada um, uma postura de gestão inovadora que ainda não era comum no final da década de 80, além de sua estatura alta.

No banco vigorava a dominação masculina no ambiente de trabalho, tanto na área administrativa como nas agências, mesmo com o crescimento feminino no quadro funcional. A criação, em 1985, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ajudou a dar visibilidade para a necessidade de ampliar os espaços para mulheres no mundo do trabalho. Essas questões eram novas para mim, porém, no ambiente progressista da área de marketing, em que estava lotada, esse tema ficava implícito nas conversas e ações. Foi assim que, ao me inscrever para o Primeiro Congresso do Funcionalismo do Conglomerado Banestado, que aconteceu em Maringá, em 1989, optei por participar do grupo 5, específico para tratar da atuação da mulher nos espaços do banco, pauta também do movimento sindical. Décadas se passaram, mas muitas das questões lá debatidas ainda não foram resolvidas. Houve sem dúvida muitos avanços para as bancárias e que só foram possíveis de acontecer no ambiente dos bancos públicos, certamente, não aconteceriam nos privados.

Dado à efervescência gerada pelo conjunto de atividades do banco paranaense, que tinha inserção em praticamente todos os municípios impulsionando o desenvolvimento do estado, tive ali a oportunidade de trabalhar na área de minha formação e me desenvolver profissionalmente de uma forma que não seria tão fácil conseguir na iniciativa privada. O diferencial do Banestado ia além de ser um braço do governo para executar ou financiar as políticas públicas de habitação, agricultura, infraestrutura ou esporte e cultura, foi um banco que ganhou a confiança de toda a população do estado, com forte presença entre as etnias que migraram para fazer a vida no Paraná e o ajudaram a crescer.

O Banestado valorizava isso e externava em seus produtos, campanhas e eventos, para todos sentirem-se partícipes da comunidade paranaense com muito orgulho, era bem perceptível isso nas pessoas. O banco estatal gerou uma espécie de simbiose com o povo e com os municípios. Por mais de meio século, o que marcava numa pequena cidade era a praça, a igreja, as Casas Pernambucanas e o Banestado, significava que o progresso chegara e as coisas iam começar a acontecer.

Então, trabalhar em uma instituição com tamanho potencial de ação e fomento foi uma chance de ampliar meu conhecimento sobre gestão pública. Fez toda a diferença na etapa seguinte da minha vida profissional. Quando fui trabalhar na Caixa Econômica Federal, a bagagem que consegui no Banestado foi fundamental. Tornou possível que eu continuasse atuando na área de comunicação e de responsabilidade social em um banco público e participar de espaços importantes de contribuição para políticas sociais, em especial para aquelas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade, como da geração de renda por meio da economia solidária, segurança alimentar, gestão de resíduos urbanos dentre outras.

O ambiente profissional direcionou meu olhar para a necessidade de políticas públicas para garantir plenos direitos às mulheres, em todas as situações. Não poderia deixar de endossar as reivindicações das bancárias, que já se manifestavam lá atrás naquele Congresso das banestadenses. Depois de várias lutas, em muitas das que participei, tivemos a implantação de uma política específica de gênero e raça nos governos de 2003 a 2016 no Brasil, que promoviam a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e o fim da violência contra a mulher, sendo os bancos públicos os primeiros signatários do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Nacional de Políticas para as

Mulheres (SNPM), o que nos mostra o quanto eles podem ser influenciadores de mudanças e transformações.

O Banestado formou profissionais, gerou políticos, promoveu a cidadania. Faz falta, estaria certamente entre os signatários do Pacto Global, da Agenda 2030 e gerando ações para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, visto que sempre exerceu plenamente seu papel de banco público.

Maria de Fatima Costamilan

Trabalhou no Banestado e hoje é aposentada da CAIXA

Foi Secretária Geral e Diretora de Políticas Sociais da

Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – Fetec-CUT/PR

Integrou a Comissão de Gênero, Raça, Diversidade e PCD da Contraf-CUT

Banestado na minha vida

No começo dos anos 60, estabeleci residência em Curitiba, onde vivi alguns meses sem trabalho fixo.

Em agosto de 1963, fui admitido pelo Banco do Estado do Paraná por concurso público e para trabalhar seis horas diárias, à tarde. Durante a manhã, frequentei o curso de Direito da UFPR, aprovado em vestibular. Dois meses depois, os bancários decretaram greve geral em assembleia realizada no grande auditório do Teatro Guaíra ainda inacabado, proporcionando-me os primeiros contatos com a realidade confrontada nas relações de trabalho e, no movimento, aproximei-me de figuras expressivas da direção sindical, como Otto Bracarense da Costa, Laélcio Andrade, ambos dirigentes do PCB, e Nilo Biazeto (Banestado).

Com o Golpe de Março de 1964, o Sindicato dos Bancários de Curitiba sofreu intervenção e, daquele momento em diante, passei a dialogar com bancários dispostos a retomar a Entidade, entre os quais Luiz Carlos Betenheuser e Luiz Salvador, (funcionários do Banestado), Moacir Visinoni, e Wilson Previdi (Banco do Brasil).

Ali trabalhei no DEIFA – Departamento de Inspeção e Fiscalização de Agências, o que me possibilitava firmar amizades em quase todo o estado. A chefia do setor era exercida pelo ‘Manequinho’, cujo nome não me lembro e que foi, sempre, muito cordial e me permitia viajar uma ou duas vezes por ano para visitar meus pais em Bela Vista do Paraíso.

Em fins de 1966, os interventores do Sindicato dos Bancários de Curitiba obrigaram-se a convocar eleições para a direção e na época organizamos chapa para participar do pleito, que foi anulado. Em princípios de 1967, reconvocadas as eleições, derrotamos os interventores, contando com mais de 90% dos votos. E assim assumimos a direção da entidade.

Em 1967, foi instituído o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com os recursos deste, o BNH, chefiado no começo pela Sandra Cavalcanti com a proposta de construção de casas populares. Promovemos, então, a construção de grandes conjuntos habitacionais em Curitiba (em frente à sede da AABB, Portão, Bacacheri, Travessa Zaniolo, ao lado da rodovia Curitiba/Ponta Grossa).

Reabrimos o Restaurante Bancário, no Centro de Curitiba, onde eram servidos almoço e jantar, o que permitia convivência de bancários e fortalecimento de laços de amizade e solidariedade.

Convocada a Convenção Nacional dos Bancários para realização em São Paulo, fizemo-nos presentes com uma delegação bastante numerosa. Redigi uma proposta com análise da conjuntura nacional e proposta de realização de greve contra o arrocho salarial como uma necessidade política que desencadeou a greve dos bancários em 1968. Iniciamos o processo de mobilização dos bancários do Paraná para a greve e, para isso, promovemos um Encontro Estadual em Maringá, onde aprovamos a nossa pauta de reivindicações, a Comissão de Negociações e, de antemão, a nossa proposta de greve, se as negociações não tivessem êxito.

Os interventores participavam de tudo, porque continuavam à frente da Federação dos Bancários do Paraná e de algumas entidades ainda sob intervenção, entretanto, não conseguiam nos enfrentar nas discussões e sentiam-se acuados.

Eles, interventores, passaram a editar um jornal denominado *Bicudo* para amedrontar a categoria e nos denunciar como uma ‘calhorda comunista’. Ao invés de rebater com nossos Boletins Semanais, criamos um outro jornalzinho *Bicudinho*, distribuído clandestinamente.

Durante as negociações salariais de 1968, esbarramos em forte resistência porque, em nossa Comissão, existiam representantes dos interventores que queriam nos forçar a aceitar qualquer contraproposta.

Nossas assembleias gerais contavam com maciça presença da categoria. Em outubro de 1968, decretamos greve geral, movimento organizado. A greve deveria ser nacional, mas somente concretizou-se no Paraná de forma geral. No restante do país, fracassou.

Em 1970, no processo eleitoral de renovação da Diretoria, tivemos uma votação esmagadora, acima de 93% dos votos, entretanto, em 4 de novembro, fui preso pela última vez e, liberado, reassumi as funções sindicais.

Em 1971, cassado com base no AI-5, retornei às minhas funções de escriturário e fui lotado no Departamento de Recursos Humanos, contudo, fui despedido em fins de 1972. Na ocasião, o banco era presidido por Celso Saboia da Costa, que, ao me demitir, disse que o fazia por pressão da ditadura militar. Recomecei a vida, como advogado de trabalhadores, em Pato Branco, mas essa é outra história.

Banestado não era apenas um banco, era um estabelecimento vinculado aos interesses de crescimento econômico e realizações das esperanças individuais e coletivas dos paranaenses.

O Banestado, juntamente com a Codapar (transformada no Badep) alicerçava com créditos a expansão econômica do Paraná para alterar, nas raízes, o seu estágio monocultor.

Era um banco sólido, que remunerava satisfatoriamente os seus empregados e ainda os incentivava através de gratificações semestrais que elevavam os ganhos anuais para quinze ou mais salários.

Ao tempo de Celso Saboia da Costa e Nelson Petschow, o Banestado ampliou significativamente a rede de agências e, paradoxalmente, foi nessa gestão, a meu ver, que se iniciou o processo de sua caminhada do desmanche para a privatização liderada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que Saboia não tenha inaugurado o calvário da crucificação do Banestado, a sua eleição para deputado federal revelava laços políticos que, desde então, passaram a comandar o seu destino induzido pela carteira de créditos a tomadores e especuladores inescrupulosos até os desastres da intermediação de bilionária evasão criminosa de divisas.

Apenas para rememorar: Paulo Pimentel tomou posse como governador do estado em 1966 e, durante o seu governo, foi ampliada de tal maneira a infraestrutura estadual (Usinas Capivari/Cachoeira, Júlio Mesquita, Salto Grande, entre outras menores) que a intensificação de créditos e financiamentos capacitaram empresas a sustentar um novo ciclo na economia do estado.

O Banestado era um banco que assegurava ampla liberdade sindical para o corpo funcional, tanto que no ato da admissão era apresentado a cada um o impresso de filiação ao Sindicato e, a par, manteve sempre abertas as portas para a distribuição de boletins, jornais e avisos editados pela direção da Entidade.

À época, os boletins semanais eram distribuídos todas as sextas-feiras e os dirigentes do Sindicato tinham ingresso livre para entregá-los a cada funcionário em sua mesa de trabalho. Isso o diferenciava de outros bancos, notadamente o Banco Comercial do Paraná, presidido por Lermanski, e o Citybank, então estabelecido na Praça Zacharias, nos quais era vedado contatar seus empregados.

E um novo paradoxo consuma-se no fato de que os mais indóceis interventores nomeados pela DRT – Delegacia Regional do Trabalho, que

tinha à frente o General Adalberto Massa, também provinham de seus quadros, Eduardo Schunemman, Ary Alves dos Santos.

São as contradições advindas da diversidade própria de um período cuja obscuridade alimentava os subterrâneos da ditadura militar.

Claudio Ribeiro

Advogado trabalhista, ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba

Ex-funcionário do Banestado

Sumário

Banestado, o banco da nossa gente	31
<i>Roberto (Beto) von der Osten</i>	
Banestado: a cultura da solidariedade, afetos e encontros.....	43
<i>Sirlei Fernandes</i>	
O que foi o Programa de Cultura Banestado	53
<i>Francisco Souto Neto</i>	
Não era só uma marca	63
<i>Sirley Gardini</i>	
Diretoria de Informática no Banestado	67
<i>Sidney Sato e Admilson Figueiredo</i>	
A conquista do Conselho de Administração pelo quadro funcional.....	71
<i>Zinara Marcet de Andrade</i>	
As entranhas do processo de privatização no Brasil com ênfase no Banco do Estado do Paraná – Banestado	83
<i>Antonio Pereira da Silva</i>	
As entrelinhas da privatização do Banestado	91
<i>Durce R. Figueiredo</i>	
Comitê em Defesa do Banestado	101
<i>Eustáquio Moreira dos Santos</i>	
O Banco do Estado do Paraná, o Banestado aos olhos de um menino	107
<i>Marcio Kieller</i>	
Mãe, olha o Banestado!.....	113
<i>Ana Smolka</i>	

Privatização do Banestado já estava no radar neoliberal	117
<i>Armando Duarte Junior</i>	
Banestado, o banco do interior do Paraná.....	123
<i>Edilson José Gabriel</i>	
Dois sonhos impossíveis: o Banestado não ser privatizado ou controle acionário dos trabalhadores	129
<i>Serginho Athayde</i>	
Cultura organizacional de um banco privado.....	139
<i>Vandira Martins de Oliveira e Ana Fideli</i>	
CPI do Banestado na Assembleia Legislativa do Paraná: a preocupação dos despreocupados.....	149
<i>Marisa Stedile</i>	
A privatização do Banestado, um estudante de jornalismo e as CPIs que terminaram em pizza	161
<i>Davi Macedo</i>	
Privatização do Banestado: impactos no orçamento do estado	165
<i>Cid Cordeiro Silva</i>	
A importância da defesa dos Bancos Públicos em face ao que aconteceu com o Banestado e o projeto do atual governo.....	187
<i>Marcel Juviano Barros</i>	
Estado pós-pandemia e as empresas públicas	191
<i>Maria Rita Serrano</i>	
O Banco do Brasil em meio à identidade pública ou privada.....	207
<i>Pablo Sergio Mereles Ruiz Diaz</i>	

Passeata contra a privatização do Banestado na rua XV

Foto: FETEC-CUT/PR





CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BANESEADO

Banestado, o banco da nossa gente

O Paraná é um estado curioso. Para entender a história do seu povo, segundo alguns historiadores, precisamos conhecer a forma como o seu território foi ocupado e como esse processo de ocupação formou três áreas histórico-culturais regionais fortemente diferenciadas, que acabaram consolidando uma identidade triangular na qual é possível identificar, de cara, os paranaenses do sul, os nortistas e os do sudoeste.

A primeira comunidade organizada no estado corresponde ao que foi chamado de **Paraná Tradicional**, formada a partir do século XVII com a procura do ouro e estruturada a partir do século XVIII com os latifúndios de gado dos Campos Gerais no Caminho do Viamão e, mais tarde, no século XIX com os ciclos da erva-mate e da extração de madeiras. Surgem nesses períodos as principais cidades centenárias de Paranaguá (1648), Curitiba (1693), Antonina (1714), Lapa (1769), Guarapuava (1819), Ponta Grossa (1823), Castro (1854), Palmeira (1869) e Palmas (1879). Ocupadas originalmente por descendentes de portugueses e espanhóis livres e por índios e negros escravizados, foram ampliadas após a criação da Província do Paraná, em 1853, por um programa oficial de colonização que trouxe poloneses, franceses, ingleses, italianos, ucranianos, holandeses, árabes e alemães. Essas imigrações influenciam decisivamente o Paraná Tradicional simbolizado pelo sotaque “Leite Quente” de Curitiba e região metropolitana.

A segunda área de ocupação organiza-se no norte do estado, vinculada à expansão da cafeicultura paulista, fato que manteve essa região culturalmente vinculada, nos seus interesses históricos e origens, a São Paulo e foi a partir dessa expansão cafeeira que a economia paranaense ganhou importância no cenário nacional, mais precisamente, a partir da década de 30, representando o início de uma nova fase de desenvolvimento econômico em substituição das tradicionais economias do mate e da madeira. Foi chamada de **Paraná Moderno do Norte** e, no seu avanço, criou as cidades de Tomazina (1865), Santo Antonio da Platina (1866), Wenceslau Brás (1867), Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procopio (1924), Andirá (1926), no Norte Pioneiro, num processo comandado por empreendedores paulistas e

mineiros. Depois, por volta dos anos 30, surgiram Londrina, Nova Danzig (Cambé), Rolândia, Arapongas e Apucarana. Mais tarde Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), num processo que contou com grande participação de trabalhadores imigrantes alemães, espanhóis, italianos e principalmente japoneses, cunhando a cara do povo pé vermelho que falava carregando na letra “erre”.

A terceira área de ocupação, o **Paraná Moderno do Sudoeste e Oeste**, instalou-se nas margens dos rios Iguaçu e Paraná nas áreas exploradas por empresas que extraíam madeira e mate. Uma frente sulista espontânea formada por gaúchos e catarinenses descendentes de italianos e alemães na maioria, desde a década de 20, ocupou estas fronteiras abertas. As décadas de 40 e 50 assistiram à consolidação dessa ocupação com a emancipação política de diversos municípios. Culturalmente vinculada ao Rio Grande do Sul, ocupou a maior parte do sudoeste e parte do oeste paranaense, onde desenvolveu plantações de cereais, a criação de suínos e outros pequenos animais, cunhando o jeito de ser dos paranaenses fundadores de Centros de Tradição Gaúcha. Originou as cidades de Foz do Iguaçu (1914), Cascavel (1951) e Toledo (1951) no Oeste. No Sudoeste constituíram Mangueirinha (1946), Capanema (1951), Francisco Beltrão (1951), Pato Branco (1951), Coronel Vivida (1954), Barracão (1954) e Dois Vizinhos (1960).

Esses processos de ocupação, com a criação de três comunidades com diferentes tipos de identidades, economias e cidades, acabou entrelaçando a história do Banestado com a necessidade de contribuir tanto no desenvolvimento social e econômico dessas regiões quanto com o esforço para criar uma unidade entre elas que expressasse uma identidade paranaense. Na segunda metade dos anos 80, o Banestado voltaria o seu marketing para a questão do fortalecimento da identidade paranaense com a campanha “Banestado, o banco da nossa gente”, buscando com sua propaganda de TV, rádio e jornais, com a capa dos seus talonários de cheque, com o patrocínio de eventos e a publicação de livretos sobre etnias, fazer conhecer aos paranaenses a sua história.

O Banestado inicia sua caminhada na década de 1920, entre duas guerras mundiais, em uma complexa conjuntura onde o Brasil vivia um

processo de transição econômica e social, a partir de um modelo primário exportador rumo a novo padrão de acumulação e industrialização que seria desencadeado a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930.

Foi nesse período de mudanças que o Banco do Estado do Paraná foi criado, no dia 27 de março de 1928, por meio da lei estadual nº 2632 do Congresso Legislativo, com a missão de guarda-valores do Tesouro Estadual e para ajudar o desenvolvimento da lavoura, da indústria e do comércio paranaenses. Os motivos pelos quais foi criado e o papel que desempenhou na vida dos paranaenses já na sua primeira década explicam seu sucesso até a privatização no ano 2000.

Havia no estado uma lacuna de crédito para a cafeicultura, insuficiente infraestrutura para o desenvolvimento industrial, com uma baixa oferta de energia elétrica e um inadequado sistema viário para escoamento das safras, principalmente no Norte, que se manteve isolado do restante do estado pelo menos até bem próximo dos anos 60 e, por isso mesmo, grande parte da renda gerada na região era canalizada para São Paulo, contribuindo fortemente para o desenvolvimento daquele estado, em detrimento do Paraná

No mundo, no mesmo período, a segunda revolução industrial e o capitalismo liberal consolidavam importantes transformações trazidas pela expansão da indústria automobilística, pelo alastramento da energia elétrica movendo novas tecnologias e pela inovação da comunicação por telefone. Cresciam as cidades ao mesmo tempo em que reduzia a população do campo, crescia a massa de trabalhadores ampliando o estoque de mão de obra, os sindicatos e as lutas por direitos, o forte investimento tecnológico fazia a agricultura e a indústria atingirem níveis recordes de produção e crescia a especulação financeira na Bolsa de Valores.

Essas transformações modernizadoras nos países desenvolvidos impactaram positivamente no desenvolvimento das economias dos países periféricos, mas também impactaram negativamente na ruptura da “Crise de 1929”, uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional e marcou a decadência do liberalismo econômico.

Essa crise expôs falhas do capitalismo liberal desregulamentado, da busca do lucro fácil e da concentração das riquezas, a partir daí, o modelo liberal declina mundialmente. Milhares de empresas quebraram, primeiro

nos Estados Unidos e depois no mundo todo, milhões de pessoas perderam emprego e renda, políticas de bem-estar social precisaram ser implementadas nos países mais avançados, influenciando o funcionamento do Estado nos países periféricos e no Brasil.

Medidas aplicadas pelo presidente norte-americano Roosevelt, entre os anos 1933 e 1937, para recuperar a economia americana são feitas com a forte intervenção do Estado teorizada por John Maynard Keynes em 1936. Essas medidas desmoralizam o liberalismo puro: são feitas grandes obras públicas para gerar empregos, o Estado distribui benefícios sociais para tirar o povo da miséria e faz uma intervenção definitiva para controle de preços e produção.

A partir desse momento, o Estado passa a assumir papel importante no estímulo das economias, na redução das desigualdades e na promoção de mais mobilidade social. O Banestado surge, na ocasião, como um banco moderno e como uma ferramenta estatal predestinada a mobilizar recursos para impulsionar os negócios da agricultura e da pecuária, da expansão da lavoura cafeeira e também dos projetos industriais do estado do Paraná.

Inaugura sua primeira agência na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Monsenhor Celso, em Curitiba, no dia 28 de novembro de 1928, com uns poucos empregados e assiste sua rede de agências crescer até atingir o número de 392 agências e 12.886 funcionários, em 1998, ano em que a Assembleia Legislativa votou o projeto de lei nº 238/98, autorizando o processo de sua privatização.

Em meados da década de 40, o banco auxilia a expansão e modernização da cafeicultura, permitindo que o Paraná ocupasse a posição de primeiro e mais importante produtor de café do Brasil. Esse dinamismo impactou o incipiente setor industrial, que passou a apresentar melhoras a partir dessa década, atingindo taxas de crescimento correspondentes a 7,7% ao ano, bastante superiores aos 4,9% de crescimento para a agricultura geral, contribuindo para a diversificação da economia paranaense no período.

Em 1961, no governo de Ney Braga, o banco se consolidou como a instituição financeira que contribuía ativamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado. Teve uma expansão em 1967 com a incorporação do Banco do Paraná S.A. e com a aquisição do Banco Alfomares

S.A. em 1968. Pensando no fortalecimento da agropecuária, implantou a Carteira de Crédito Rural e a Carteira de Câmbio em 1969, abrindo-se ao intercâmbio bancário em âmbito internacional e passando a apoiar atividades de comércio exterior.

Nos anos 50 e 60, apoiou a construção das principais estradas de rodagem que interligam o estado, eliminando o principal entrave à unidade, reunindo e dinamizando os três diferentes processos de ocupação territorial paranaense: interliga o Norte e o Sudoeste ao Sul. Financiou a estrada de ferro Central do Paraná, a hidrelétrica Capivari-Cachoeira (primeira construída pelo estado) e a Copasa – Companhia Paranaense de Silos e Armazéns.

Auxiliando a superação do histórico atraso estrutural paranaense, passou a financiar a modernização energética (Copel), estruturação das comunicações (Telepar) e o setor de água e saneamento (Sanepar), a organização de apoio à agricultura (Café do Paraná), a educação (Fundepar), o desenvolvimento urbano (URBS) além de financiar a instalação de novas plantas industriais no Paraná.

O projeto de maior envergadura de financiamento industrial do Banestado foi a implantação, em 1973, da CIC – Cidade Industrial de Curitiba, um convênio entre a URBS e o governo do Paraná, que exerceu uma agressiva política de investimentos no estado e atraiu segmentos modernos, a exemplo do complexo metalmecânico e de refino de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba, bem como induziu uma modernização dos grupos tradicionais como madeira, produtos alimentícios, química (óleo de soja), entre outros. Essas medidas possibilitaram o desenvolvimento de novos segmentos industriais no estado e contribuíram decisivamente para a diversificação do setor industrial paranaense nos anos 70.

Passa a organizar-se como um Conglomerado em 1972, liderando grandes empresas, entre elas a Bisa Banestado Informática S.A., a BABS Banestado Administração de Bens e Serviços e a Banestado S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos.

A partir de 1975, no ano em que nevou em Curitiba, uma desastrosa geada dizimou os cafezais do norte do estado expulsando trabalhadores para outras regiões principalmente a capital, fazendo a agricultura estadual entrar numa nova fase com a substituição da cultura do café pelas culturas de

soja e trigo, redirecionando a direção dos investimentos de crédito rural do Banestado para a implantação de outras culturas agrícolas e a consequente necessidade de crédito para a compra de equipamentos diferentes. O lugar que a cafeicultura ocupava na economia paranaense nunca mais retornou.

A partir da década de 70, no mundo, esse papel indutor do Estado começa a fragilizar-se permitindo o retorno das ideias de livre mercado com a ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, que passam a dizer que só a liberdade econômica levaria os países ao bem-estar social sustentável. Para isso os países deveriam flexibilizar as leis de proteção social e não intervir nos mercados. O equilíbrio entre o crescimento econômico, o crescimento da população e a oferta de serviços sociais encontra uma dificuldade cada vez maior de harmonia, gerando uma crise fiscal e ampliando o debate sobre a viabilidade do Estado de bem-estar social.

Na América do Sul, desde meados dos anos 60, haviam irrompido golpes civil-militares que modificaram em grau diferente o papel do Estado, principalmente no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, onde Pinochet instala o laboratório neoliberal que privatiza tudo: sistema financeiro, educação, saúde, previdência, infraestrutura, energia, comunicação e água.

O Brasil viveu entre os anos 1964 e 1985 uma ditadura com fortes traços nacional desenvolvimentistas que defendeu a manutenção das empresas públicas sob controle do Estado e do governo militar, retardando a influência neoliberal sob protestos das elites econômicas.

A globalização, entretanto — um fenômeno impulsionado pelo gigantesco desenvolvimento dos sistemas de comunicação e transportes nos anos 70 —, avançou rapidamente em direção ao Brasil com a redemocratização e o fim da ditadura em 1985. Sua influência aprofunda-se após a queda do Muro de Berlim, em 1989, e materializa-se com a entrada no país de empresas transnacionais em busca de maior mercado consumidor, isenção de impostos, evitar tarifas alfandegárias ou para pagar menos por mão de obra e matéria-prima, distribuindo desigualdades.

Ela propagandeia no Brasil a ampliação do sistema liberal, faz apologia da ideia da mínima intervenção do Estado na economia, compra através da mídia a narrativa da ineficiência das empresas públicas e patrocina um

processo de desestatização e transferência do patrimônio público brasileiro para a iniciativa privada.

Ironicamente o empresariado nacional, historicamente mais beneficiado com os gastos públicos em infraestrutura, aplaude, adere e faz campanha pela desestatização. A primeira eleição direta à presidência em 1989 já é feita sob a disputa ideológica do papel do Estado no enfrentamento entre Lula e Fernando Collor. Collor vence as eleições com um programa liberal, no qual critica o atraso industrial brasileiro, o “elefante” estatal, a ineficiência do serviço público, os “marajás” servidores públicos e, tanto ele como os governos que o sucedem: Itamar e FHC, aderem ao Consenso de Washington – uma recomendação internacional, feita em 1989 nos Estados Unidos, para divulgar o neoliberalismo com o pretexto de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo, os da América Latina.

Essa recomendação ficou conhecida por ter se tornado a base do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que depois do Consenso de Washington, os EUA e o FMI adotaram as medidas como obrigatórias para fornecer ajuda aos países em crises e negociar as dívidas externas.

Retirado do poder por escândalos de corrupção em 1992, Collor não consegue implementar as reformas neoliberais. É substituído por seu vice, Itamar Franco. Em março de 1994, o governo Itamar lança o Plano Real para promover o realinhamento de preços e contratos por um índice comum e para conter a hiperinflação que tinha feito o Brasil entrar para a história como o país de pior, mais longa e mais resistente inflação. Itamar obteve sucesso com o Plano Real relativamente à inflação, mas o fim da inflação expôs os desequilíbrios fiscais dos estados e deixou os governadores em má situação ao retirar de suas mãos a grande receita inflacionária que o *floating* fornecia aos bancos estaduais e também a chance de que a inflação fosse utilizada como mecanismo de redução salarial do funcionalismo.

Os governos estaduais, pressionados pelas altas demandas sociais e pela falta de recursos decorrentes da crise fiscal nacional, eram financiados pela emissão de títulos dos tesouros estaduais e pelos ganhos dos seus bancos estaduais. Nas eleições de 1994, Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do governo Itamar, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, vence as eleições no primeiro turno. No dia 30 de dezembro de 1994, um

dia antes da posse de FHC na presidência, o Banco Central decreta Regime Especial de Administração Temporária no Banespa e no Banerj, anunciando que a venda desses bancos seria a solução para o equilíbrio das contas dos governos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Após a sua posse, FHC estipula regras duras possibilitando a intervenção em bancos estaduais que vivessem dificuldades. Cria o Conselho Nacional de Desestatização e passa a adotar as recomendações do Consenso de Washington e do FMI – redução dos gastos públicos, reforma tributária, disciplina fiscal, juros de mercado, câmbio de mercado, privatização das estatais, abertura comercial, permissão de investimentos estrangeiros diretos, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas –, sem as quais o Brasil não receberia ajuda dessa entidade internacional.

Chantageia e enquadra os governadores, condicionando as transferências de recursos da União apenas para os estados que aderissem às recomendações do FMI, dentre as quais estavam a privatização de empresas energéticas, de telefonia e bancos estaduais.

A partir daí, fica claro que o propósito de FHC era implementar um amplo programa de privatizações e internacionalizar o sistema financeiro como demonstrou a “Exposição de Metas 311”, que justificava o fim das restrições para a entrada de bancos de capital estrangeiro no país, fazendo o movimento sindical e os funcionários do Banestado e de outros bancos estatais iniciarem campanhas de defesa dos bancos e empresas públicas.

A palavra “privatização” entra para o vocabulário cotidiano dos brasileiros.

Toma posse também em 1995, no governo do Paraná, Jaime Lerner, que encontra um Banestado saudável financeiramente, gozando de prestígio e considerado um dos mais sólidos bancos do sistema financeiro público do país até os anos 90.

No ano seguinte, 1996, surge a acusação do desvio de 228,3 milhões de dólares de uma conta da agência do banco em Nova York pelo doleiro Dario Messer. Abria-se o caso do “Escândalo do Banestado” envolvendo membros do Ministério Público, advogados, donos dos maiores órgãos de imprensa no Brasil, 526 pessoas físicas, a grande maioria composta de políticos de todos os partidos, que iria macular a imagem do banco.

Reinhold Stephanes – presidente do Banestado até sua privatização –, afirmou numa longa entrevista para o jornal *Gazeta do Povo* em 21 de agosto de 2010, que o período entre os anos 1995 a 1998 concentrou grande parte das irregularidades ocorridas no banco, época em que também começaram a vir a público as dificuldades financeiras da instituição. Mais da metade das operações financeiras realizadas nesse período foram irregulares e boa parte apresentava altos indícios de corrupção, revelou.

Citou na entrevista vários exemplos de irregularidades constatadas, como o desvio de mais de R\$ 300 milhões do Banestado Leasing para empréstimos a grupos políticos de Sergipe e a grupos frotistas, sem garantia. Ele também lembrou de recursos para a construção de um shopping no interior do estado cuja garantia era o próprio shopping, tudo sem contrato registrado. Uma grande loja nacional de departamentos recebeu empréstimo de R\$ 35 milhões quando o Banestado já estava em situação de quase falência, denunciou.

Ficou claro na ocasião que o governador, além de apoiar posições de FHC, não faria nada para proteger o Banestado contra a privatização, além de permitir o seu sucateamento, dilapidação do patrimônio e fraudes, tais como a do Banestado Leasing que teve um diretor denunciado judicialmente pela diretoria do Conglomerado Banestado, e esse diretor acabou sendo nomeado Secretário Estadual de Esporte e Turismo por Lerner.

A revista *Exame* fez uma pesquisa, em 1998, e levantou que mais de 90% dos empreendimentos econômicos e de infraestrutura do Paraná eram financiados e fomentados pelo Banestado, mas isso não conseguiu evitar a aprovação do projeto nº 238, em 23 de junho de 1998, resultante da mensagem do Executivo 025/98, que autorizava a privatização do Banestado.

Baseada na Medida Provisória 1.654/98 que instituía o Proes – Programa de Saneamento dos Bancos Públicos Estaduais, a mensagem do governador foi aprovada em regime de urgência com a rejeição de todas as emendas apresentadas pela oposição, coerente com o combinado com o FMI e com as orientações de privatização de estatais feitas pelo Consenso de Washington.

Vale registrar que 16 deputados votaram contra a privatização e lutaram em defesa da manutenção do Banestado como um banco público:

Ângelo Vanhoni, Dr. Rosinha, Toti Colaço, Caito Quintana, Annibelli, Orlando Pessuti, Romanelli, Péricles de Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone, Nereu Moura, José Maria Ferreira, Irondi Pugliesi, Renato Adur, Augustinho Zucchi e Edgar Bueno.

Em 16 de setembro de 1998, solicitaram à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a realização de uma auditoria nas contas do banco, para evitar grave lesão ao erário público federal, já que o chamado processo de saneamento seria custeado pelo Banco Central.

Indispensável registrar também os deputados que votaram favoráveis à privatização do Banestado: Valdir Rossoni, Beto Richa, Plauto Miró, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Albanor Gomes, Basílio Zanusso, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestre, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Geraldo Cartario, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, João Techy, Joel Coimbra, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborgghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Turek, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis Silva, Sergio Spada e Walmor Trentin.

Em 1999, sempre com o beneplácito do Banco Central e do governo FHC, o capital do Banestado foi integralizado em R\$ 3,6 bilhões para consertar seu rombo, e esse valor, somado a R\$ 341 milhões que seriam destinados ao Fundo de Previdência dos empregados, R\$ 100 milhões para o PDV, R\$ 600 milhões para a carteira de Fomento e ainda soma dos recursos necessários para cobrir créditos de difícil liquidação e incorporação do déficit causado pelas 100 empresas maiores clientes da Banestado Leasing, resultou em um empréstimo que totalizou R\$ 5,6 bilhões para serem usados no saneamento de um banco que no ano seguinte seria vendido ao Itaú por R\$ 1,6 bilhão. Uma transação claramente deficitária que produziu uma dívida que os paranaenses iriam pagar à razão de R\$ 30 milhões por mês (R\$ 360 milhões/ano) durante 30 anos. A irresponsabilidade criminosa do governo Jaime Lerner escondeu da população o quanto pôde a natureza das transações de saneamento ligadas ao processo de privatização do Banestado, limitando-se a informar que o dinheiro seria liberado pelo Banco Central.

Ocultou as condições, os juros que incidiriam e a origem do dinheiro que seria utilizado para saneamento para privatização. Mais tarde descobriu-se que a origem dos bilhões era um empréstimo feito junto ao INSS com juros de cheque especial, no lugar de recorrerem ao Proes, um programa criado especialmente para saneamento de bancos estaduais.

A única explicação para que Lerner não recorresse ao Programa de Saneamento seria a de que usando o Proes teria que abrir a caixa secreta do Banestado, reforçando a suspeita de que o empréstimo junto ao INSS foi para proteger pessoas envolvidas em falcaturas, possibilitando uma queima de arquivos.

No dia 17 de outubro de 2000, o governo Lerner consumou a privatização do Banestado, transferindo o controle de um banco que há 72 anos promovia o desenvolvimento do Paraná para o Itaú, interrompendo melancolicamente sua história e a dos seus empregados.

Hoje, parte dos fragmentos da memória do Banestado: objetos, equipamentos, documentos, fotografias, as vitrines originais com os livros, moedas, cédulas e medalhas do que remanesceu do acervo do Museu Banestado, desativado após a privatização, foram doados e pertencem ao Museu Paranaense, onde fazem parte da coletânea “Banestado, o banco da nossa gente”.

Roberto (Beto) von der Osten

*Secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT
Foi funcionário do Banestado e é aposentado do Itaú*

Banestado: a cultura da solidariedade, afetos e encontros

Na data de 17 de outubro de 2000, o Banco Itaú arrematou por R\$ 1,625 bilhão o Banco do Estado do Paraná em leilão realizado no final da manhã na Bolsa de Valores de Curitiba.

A martelada marcou o fim daquele que seria o banco de projetos marcados pelo desenvolvimento econômico e social do estado e pela história de lutas e convívio dos milhares de funcionários que ajudaram na construção do Banestado, o banco de todos nós.

Mas não eram simples funcionários. Eram vidas que encontravam no trabalho estímulo de vida, o valor do afeto coletivo e o cultivo da alegria.

Assim era o Banestado. Uma estrutura gigante, de gente acostumada a se encontrar no final do expediente para um bate-bola gostoso, nos finais de semana um almoço animado com a família nas sedes associativas e, nas férias, curtir dias ensolarados nas colônias de férias no litoral.

As estruturas de lazer e esporte sempre foram complemento daquele que seria o banco entregue ao setor privado na virada do século.

Associação Banestado: o começo

A Associação Banestado foi criada com o objetivo de dar suporte à prática esportiva, ao lazer e à diversão dos seus associados. Sua existência de longos anos foi identificada pela capacidade de unir as pessoas na busca de alternativas para uma boa qualidade de vida.

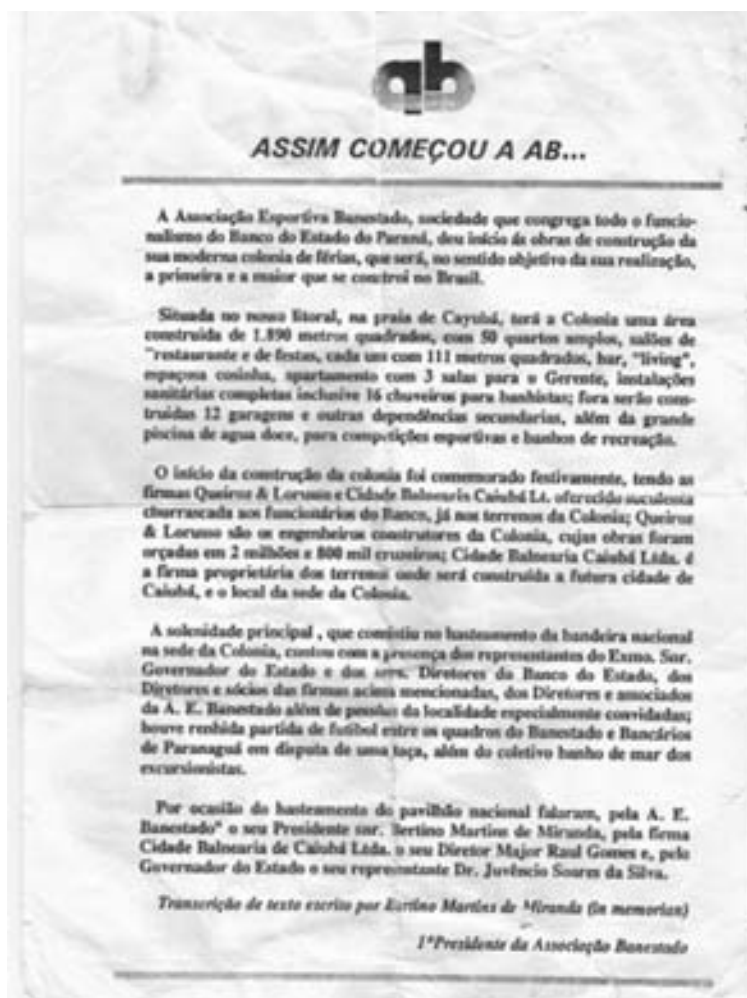
Até a aquisição da primeira sede com canchas, localizada no município de Colombo, os jogos eram disputados em quadras alugadas de outros clubes da capital. Havia o entendimento de que a prática esportiva ajudava na harmonização das relações de trabalho dos funcionários.

É importante destacar o valor atribuído e o incentivo dado ao esporte na trajetória da Associação. As grandes comemorações, encontros

e realização de torneios, tanto na Capital como no interior, sempre foram motivo de orgulho e de grande movimentação entre os associados.

Era também em torno da bola que os negócios e a vida funcional do Banestado eram tratados e resolvidos. As partidas após o expediente se revelavam atrativas para intensificar a relação não só entre os bancários, como também junto aos clientes das agências.

O primeiro imóvel adquirido pela Associação no litoral paranaense em 1952, viria a se tornar a acolhedora Colônia de Férias de Caiobá.



Com a compra de um terreno e a construção de um centro de lazer, a Associação redimensionou seus objetivos estatutários, mais restritos à promoção de atividades esportivas. As famílias dos associados passaram a frequentar as dependências da Associação e foi notória a ampliação das atividades de lazer e diversão. Até então, a participação dos familiares era limitada às torcidas nos jogos e nas churrascadas promovidas pelos boleiros. A sede de Caiobá viria a se tornar o ambiente apropriado para o descanso, lazer e diversão da família banestadense.

Após a aquisição da sede de lazer no litoral, a Associação também comprou um terreno no município de Colombo, costumeiramente chamada de Sede Campestre. Nesse local foram construídas diversas obras, como churrasqueiras, bares, salão social, ginásio de esportes, canchas e um Centro de Tradições Gaúchas-CTG. Além das áreas construídas, a sede ainda possuía uma vasta área verde com quiosques e *playground*.

Sem esquecer da sua vocação inicial, só na sede campestre foram construídas seis canchas de futebol suíço. Toda essa infraestrutura foi criada para a integração dos funcionários do banco e familiares residentes em Curitiba e Região Metropolitana. Os investimentos em Colombo viriam consolidar o grande sonho dos associados bancários, que era a prática esportiva e lazer num espaço exclusivo.

Interiorização

Paralelamente à compra dos imóveis no litoral e Colombo, foram criadas diversas sedes regionais. As sedes eram estruturadas para oferecer lazer e diversão aos associados residentes nos municípios do interior do Paraná e em outros estados. Registre-se que o surgimento dessas unidades sempre esteve atrelado ao potencial das agências da região e ao apelo sócio-recreativo dos bancários residentes nessas regiões.

Nas décadas de 1970 e 1980, parte do aumento patrimonial da Associação foi representado pela aquisição de imóveis em diversos municípios do estado e em outros polos onde o Banestado tinha agências, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Colônia de Praia de Leste

Em 1983, a Associação desafia a sua capacidade de investimentos. A partir desse ano, a entidade se torna proprietária de um imóvel com edificações, localizado em Praia de Leste no litoral paranaense. Justificado pela lógica de que o lazer e a diversão ofereciam contrapartida para os negócios da área, o banco intermediou a compra de um imóvel de propriedade do Clube Santa Mônica, escriturado posteriormente em nome da Associação. A iniciativa do Banestado significou para a Associação a criação de novos espaços para a realização dos grandes eventos de lazer e confraternização.

As estruturas existentes foram reformadas e, com o objetivo de atender um maior número de associados, em 1985, foram construídos um prédio com 94 apartamentos e um bloco adaptado para servir refeições, bar, cozinha, recepção, entre outras finalidades. No total, a colônia possui 201 apartamentos, capacitados para hospedagem de quatro ou cinco hóspedes em cada um deles.

Dando sequência ao plano de obras, no começo da década de 1990, a Associação construiu um Centro Poliesportivo em Praia de Leste, com capacidade para acolher até 6 mil pessoas. Valorizado pelo porte, acomodações e adequação às exigências técnicas, além de servir aos associados, o ginásio também era utilizado por órgãos públicos para sediar jogos e campeonatos em modalidades diversas.

Para os adeptos da boa pescaria, a Associação dispunha também de uma sede localizada na cidade de Porto Rico, nas barrancas do Rio Paraná, estruturada com cozinha e dormitórios.

Grupo empresarial

Além da promoção do lazer e da diversão aos associados, ao longo da sua existência, a Associação construiu um grande grupo empresarial. A exploração comercial objetivava a geração de receitas para ajudar no custeio das despesas gerais da entidade. De fato, as receitas provenientes do pagamento das mensalidades eram insuficientes para arcar com todos os gastos.

O *boom* empresarial aconteceu na década de 80. Um exemplo de marca reconhecida foi a AB Água Mineral, administrada pela Associação até meados de 2001.

A AB Turismo funcionou durante quase 20 anos. Os funcionários do banco eram os clientes preferenciais da empresa. Por força de um convênio firmado entre o Banestado e a Associação, a venda de pacotes turísticos e passagens aos funcionários era exclusividade da AB Turismo.

Outra atividade comercial explorada pela Associação foi o fornecimento de cheques ou cartão eletrônico refeição/alimentação aos trabalhadores das empresas beneficiárias do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador. O Banestado foi o principal cliente do Abrapetite. Cerca de 80% dos funcionários do banco lotados nas agências do estado do Paraná recebiam os cheques emitidos pela Administradora Abrapetite, o que garantia à Associação boa rentabilidade.

O ramo hoteleiro foi outro alvo da Associação. Resultado de negócios feitos com o banco no começo dos anos 90, a Associação foi incumbida de administrar um hotel em Curitiba. À vista de sucessivos prejuízos, o Abtur Hotel, como era denominado, encerrou as atividades em 1998.

Lojinha da AB

O impulso na área dos negócios diversificados permeou por muito tempo as atividades da Associação. Ainda com o intuito de incrementar receitas, a entidade comercializava roupas e confecções em geral em lojas instaladas na Colônia de Praia de Leste (durante a temporada), no Conglomerado Banestado, localizado no bairro de Santa Cândida, em Curitiba, e, durante algum tempo, no centro de Curitiba. O lucro dos produtos vendidos nos bares e lanchonetes que funcionavam nas sedes também se revertia em benefício para a Associação.

É importante frisar que a identidade e os valores dessas empresas eram orientados pela cultura dos bancários banestadenses. Um exemplo de identificação com o público bancário pode ser verificado no trabalho

executado pela Associação no ramo de refeição convênio. Era prática dos empregados da Abrapetite atender sugestões dos bancários para conveniar empresas receptoras dos cheques.

A ABTurismo também organizava os roteiros de viagens, passeios e excursões de acordo com a indicação e preferência dos bancários.

Lazer corporativo

O número de filiados à Associação era equivalente ao total de empregados do Banco. No final da década de 80, o quadro associativo alcançou a marca de 16 mil integrantes.

Um dos documentos assinados pelo associado no ato de admissão no banco era a ficha de filiação à entidade. A inclusão compulsória no quadro associativo passava despercebida pelo empregado e dificilmente era contestada. O baixo valor das mensalidades e os benefícios justificavam a inclusão no quadro associativo. O valor da mensalidade era fixado em 1% do salário para os trabalhadores ativos. A mensalidade para os aposentados era desvinculada do salário, fixada em valores praticamente simbólicos.

Era para o público bancário e seus dependentes que as atividades da Associação eram canalizadas, fundamentadas na importância do convívio social agradável no ambiente da família banestadense. É importante destacar que o termo “família banestadense” era usado com frequência nos materiais informativos da Associação.

As atividades socioculturais e esportivas promovidas pela Associação sempre foram prestigiadas pelos associados. O comprometimento em torno dessas ações pode ser explicado pela aceitação, frequência e participação espontânea nos eventos.

Os grandes torneios esportivos idealizados pelos funcionários do banco eram promovidos pela Associação. Algumas siglas, como Sucoban – Super Copa Banestado, e Jiban – Jogos Internos do Banestado, lembram a nomenclatura de eventos ligados ao esporte. Esses campeonatos reuniam associados de todo o Brasil, pertencentes a cidades onde o banco tinha agência.

A disputa final desses campeonatos, realizada na Colônia de Praia de Leste, reunia em torno de 800 atletas, de ambos os sexos. A presença dos homens era notadamente maior, haja vista as modalidades de futebol suíço e de salão serem o carro-chefe dos torneios. Dentre o público bancário, as mulheres não se atreviam a jogar futebol, pelo menos nos jogos oficiais da corporação organizados pela Associação.

A fim de manter o ritmo das atividades durante todo o ano, eram realizados campeonatos ou torneios com nomes diferenciados, como Olimpíadas de Integração, Jogos Internos AB, Projeto Verão, Jogos da Amizade, Jogos da União Banestado, entre muitos outros.

Os filhos dos associados também tinham vez no esporte. As escolinhas de vôlei e futebol recebiam tratamento profissionalizado e eram reconhecidas por federações.

A sede campestre de Colombo reservava uma das salas do ginásio para guardar fotografias e modelos dos troféus. O acervo reunia peças desde a fundação da AB. Há de se destacar, como alternativa ao lazer e à diversão, a formação de grêmios recreativos com organização e funcionamento independente da Associação. Os grêmios se destacavam no futebol e ajudavam a dar vida e suporte às atividades da AB, principalmente na área esportiva.

Datas festivas e eventos

Não se pode falar das atividades sociais da Associação sem fazer referência aos jantares dançantes. Essas festas eram realizadas no salão social da sede de Colombo e nas sedes regionais que possuíam estrutura apropriada para esse tipo de evento.

Dia das mães, dos pais, chegada da primavera, data de aniversário do Banco (antes do ano 2000) e da Associação, entre outras, transformavam-se em grandes encontros. Não raro, os bailes eram interrompidos com os tradicionais discursos dos diretores enaltecendo os organizadores pela iniciativa da festa. O salão social da sede de Colombo tinha capacidade para 600 pessoas. Os bailes e jantares dançantes realizados na sede eram considerados tradicionais no calendário das atividades sociais promovidas pela Associação.

A tradição das festas juninas, homenagem às crianças no mês de outubro e as festas de Natal também eram motivo de grande mobilização entre os associados e familiares. Houve época, mais precisamente na década de 80, em que a Associação distribuía brinquedos para os filhos dos associados no Natal. A festa mobilizava a presença de milhares de pessoas na sede de Colombo.

A fim de diversificar as atividades, anualmente, a Associação promovia concursos de beleza. Podiam se inscrever nesses concursos as funcionárias do banco ou as filhas com mais de 15 anos. Entre as inscritas, eram escolhidas a Miss Broto e a Miss Simpatia do Banestado e, posteriormente, as vencedoras eram indicadas para participar de concursos externos. Eventos como esses privilegiavam o público feminino, em contraposição à prática habitual da Associação em direcionar a maior parte das suas atividades para os homens. A realização de concursos infantis para escolha da “Criança Mirim” do Banestado também mobilizavam o público feminino à participação nas atividades promovidas pela Associação.

Uma iniciativa inédita da Associação foi a realização do I Festival de Músicas, em 1991. O talento musical do bancário banestadense pôde ser conferido nas fases eliminatórias realizadas nas cidades de Maringá, Curitiba, Cascavel e Londrina. O final do concurso foi realizado na Colônia de Praia de Leste e, posteriormente, as 12 melhores músicas foram gravadas em disco vinil. Decorridos dois anos, houve uma reedição do evento, porém longe de alcançar o sucesso da primeira realização. A falta de apoio institucional e a insegurança gerada aos funcionários decorrente dos programas de demissão podem ser alguns dos motivos do insucesso da segunda edição do festival.

Também, a partir de 1991, iniciou-se um intenso programa de apresentação de shows musicais. Entre os artistas contratados, destacaram-se a presença de Jorge Ben Jor, Zezé Di Camargo e Luciano, Elba Ramalho, Almir Sater, Maurício Mattar, Jair Rodrigues, Martinho da Vila, entre outros. Esses eventos aconteceram entre os anos de 1991 e 1994, no Centro Poliesportivo, em Praia de Leste. No auge da fama, até a “garota globeleza”, Valéria Valensa, foi contratada para abrilhantar a festa do Carnaval em 1992. Cada espetáculo reunia um público médio de 5 mil pessoas,

composto por associados e convidados hospedados na colônia, bem como veranistas em geral. A entrada nos shows era extensiva à comunidade, com custo de ingresso superior ao dos associados.

No começo da década de 90, o Banestado dava os primeiros passos para cumprimento de uma ordem institucional voltada a mudanças administrativas severas. Nos corredores do banco, já se falava em privatização. As lideranças sindicais alertavam a categoria sobre a abnegação da diretoria do banco às regras ditadas pelo Consenso de Washington. Críticos à doutrina neoliberal, sindicalistas profetizavam: “Esse modelo econômico que prevê a flexibilização do trabalho, privatização dos bancos públicos e outras reformas ainda vai deixar todo mundo desempregado”. O alerta era feito de forma exaustiva nos locais de trabalho. A maioria dos bancários não acreditava nas consequências negativas da nova realidade imposta que viria a se concretizar alguns anos depois.

A privatização

A privatização do Banestado influenciou sobremaneira o dia a dia da Associação e, consequentemente, a vida cultural e social dos associados. O afastamento dos valores e padrões identificados nas relações sociais da administração pública, que durante anos permeou a rotina dos banestadeneses, foi substituído pela insegurança e medo do desemprego.

No ano 2000, o setor de comunicação da AB dedicou-se quase que totalmente às notícias referentes à venda do Banestado, isso porque a Associação era uma das entidades que integravam o Comitê de Defesa do Banestado. A Associação foi prejudicada pela rigidez imposta pelo Itaú a respeito das mudanças nas relações associativas dos funcionários. O lazer e a diversão deixaram de fazer parte dos novos desafios e da nova rotina dos bancários pós-privatização.

O patrimônio na AB não fez parte do pacote vendido para o Itaú. No entanto, as relações sociais e afetivas vividas durante décadas desmoronaram como um castelo de areia. O quadro associativo reduziu drasticamente. O fim do elo com o Banestado impôs mudanças nunca antes vivenciadas pelos funcionários.

Após duas décadas

A Associação Banestado continua a sediar eventos de confraternização, atualmente com presença marcante dos funcionários aposentados. Anualmente acontecem os Jogos dos Aposentados, encontro que mobiliza centenas de aposentados e familiares na Colônia de Praia de Leste. Como não poderia deixar de ser, o carro-chefe do evento é o futebol, mas no final tudo é festa, emoção e muitos causos dos tempos da ativa.

Exceto a Abrapetite, as demais empresas do Grupo AB, Sede Campestre de Colombo, Colônia de Férias de Caiobá e sedes regionais de pequeno porte fazem parte do passado.

Sirlei Fernandes

Jornalista, banestadense aposentada, ex-diretora da AB

O que foi o Programa de Cultura Banestado

Após o longo período da ditadura, quando os governadores eram impostos pelo Regime Militar, através das “eleições indiretas”, o primeiro eleito no Paraná em sufrágio universal foi José Richa, que assumiu em 15 de março de 1986. Na composição da nova diretoria do Banestado, ele levou Léo de Almeida Neves à presidência da instituição, e indicou seu amigo Octacílio Ribeiro da Silva para o cargo de diretor de Crédito Rural e Agroindustrial. Eu, que já era assessor daquela diretoria desde os tempos do Governo Jayme Canet Júnior, fui mantido no cargo.

Afortunadamente a Carteira Rural, criada por Paulo Schultz Filho, tornara-se um exemplo de trabalho sério e disciplinado, que servia de modelo para inúmeros outros bancos e era respeitada e enaltecida pelo Banco Central do Brasil. Os antecessores de Octacílio Ribeiro naquela diretoria, desde Mário Saporiti e Ivo Meirelles de Almeida (governo Jayme Canet Júnior) a Lourival Guebert (governos Nei Braga e José Hosken de Novais), tinham sido muito sérios e capazes, e deixaram a diretoria perfeitamente organizada, sem ingerências de políticos, num patamar altamente elogioso.

Era natural que os diretores do primeiro governo eleito pelo povo chegassem desconfiados, imaginando que o Banestado poderia ser um ninho de víboras. No primeiro encontro que tivemos, Octacílio Ribeiro disse-me: “o senhor fica até que a poeira assente”. Mandou convocar os chefes da Divisão e dos Departamentos para uma reunião “em 15 minutos, sem atrasos”. Nessa reunião, o novo diretor esmurrava a mesa com tanta força, que cinzeiros e copos trepidavam. Ele tinha certeza do seu poder e intimidava a todos. A mim, ele falou: “eu sou muito exigente com a Língua Portuguesa”, ao que lhe respondi: “Então nós nos daremos bem, pois eu também sou muito exigente com o idioma pátrio”. E foi o que de fato aconteceu.

Com a passagem do tempo, Octacílio Ribeiro percebeu que a Carteira Rural, como era chamada a sua diretoria, funcionava com a precisão de um relógio suíço, e que todos ali trabalhavam com responsabilidade e presteza. Anos depois eu comentei, e isso ficou registrado na imprensa,

que aos poucos fui descobrindo que, por trás daquele homem carrancudo e furioso, existia outro ainda mais forte, dotado de grande cultura e sensibilidade, e pressenti que aquele diretor combativo poderia apoiar a ideia de direcionar o banco para as causas da cultura com argumentos capazes de convencer os seus demais pares de diretoria.

A primeira ideia partiu de Adão Vilmar de Oliveira, que após a aposentadoria de Paulo Schultz ocupava o cargo de chefe da Divisão de Crédito Rural, e de Elzi Zanotto Hohmann, secretária da diretoria, sugerindo a Octacílio Ribeiro que realizasse uma exposição revelando os artistas plásticos existentes entre os funcionários da empresa. Ampliei a ideia, propondo a criação de um salão de arte que se repetisse anualmente, que seria realizado sem despesas para o banco, porque era possível obter recursos oriundos não apenas da Lei de Incentivo à Cultura, mas também do patrocínio de empresas que seriam beneficiadas com a simples divulgação do evento através da imprensa. Sugeri ainda que o salão de artes plásticas aceitasse inscrições não apenas de funcionários, mas também de correntistas do Banestado, que fossem artistas em fase de desenvolvimento e que ainda não tivessem recebido prêmios em salões oficiais ou de reconhecido nível, caracterizando-se como “artistas inéditos”.

Pedi ao diretor Octacílio Ribeiro que obtivesse permissão da diretoria para que Tadeu Petrin fosse autorizado a ajudar-me na criação do regulamento do certame, que teria o nome de “Exposição de artistas amadores funcionários e clientes do Banestado”. Com a anuência dos demais diretores, o presidente Léo de Almeida Neves autorizou a realização do certame. Posteriormente, na distribuição dos certificados de participação, o nome do evento foi alterado retroativamente para “1º Salão Banestado de Artistas Inéditos”, o SBAI.

O Banestado não tinha um espaço adequado para realizar o evento, por isso a mostra, em novembro e dezembro de 1983, realizou-se no Senac, que cedeu ao Banestado a sala de exposições da sua sede da Rua André de Barros, 750. A inauguração foi feita por José Brandt Silva, que ocupava o cargo de presidente deixado por Léo de Almeida Neves. O sucesso foi retumbante e todos os jornais de Curitiba, e alguns de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, noticiaram o acontecimento, que também repercutiu intensa-

mente nas colunas sociais. Depois disso, na reunião de diretoria com o presidente, todos mostraram-se surpresos com o elogioso marketing realizado ao redor do nome do Banestado. E assim o SBAI continuou se repetindo todos os anos, até 1999, às vésperas da privatização do Banestado, tendo descoberto e projetado miríades de artistas plásticos, muitos dos quais depois tiveram projeção nacional. Em 16 anos de retumbante sucesso, a imprensa fez, literalmente, milhares de elogios ao Banestado, que se encontram hoje na internet, digitalizados, uma fonte quase inesgotável de informações. Os três artistas plásticos laureados no I SBAI, em 1984, foram Heloísa Maria Machado Moreira (Jacarezinho, PR), Rubens Faria Gonçalves (Curitiba, PR) e Dorothy de Souza Rocha (Ponta Grossa, PR).



No ano seguinte, 1985, o II SBAI ocorreu na Galeria de Arte Banestado, criada por Christóvam Soares Cavalcante, presidente da Banestado Crédito Imobiliário, no andar térreo do prédio que pertencia àquela empresa conglomerada, sito à Rua Marechal Deodoro, 333, mesmo edifício onde funcionava a presidência da BCI. Cavalcanti convidou Vera Munhoz da Rocha Marques para gerir a nova galeria de arte – no que foi

coadjuvada por Clarissa Lagarrigue – que funcionava orientada por um competente Conselho Administrativo. Vera Marques era uma respeitada socialite que, a pouco e pouco, transformou a Galeria Banestado num local de encontro de artistas e intelectuais. Grandes nomes como Poty e Dalton Trevisan, dentre outros igualmente importantes, ali se encontravam para ver as obras de quem estivesse expondo, e ficavam a discutir novidades e tendências culturais. Mais tarde foram inauguradas duas outras Galerias de Arte Banestado: uma em Londrina, que era administrada por Sílvia Marconi Pavan, e outra em Ponta Grossa, administrada por Jurandir Modesto e atendida por Leda Veneri.

A partir de 1985, eu criei a base para a instalação do Programa de Cultura do Banestado. Uma vez mais a ideia foi aprovada por todos os diretores, e Octacílio, por força de uma portaria, recebeu a atribuição de Diretor para Assuntos de Cultura, paralela à de Diretor de Crédito Rural e Agroindustrial, e eu tornei-me, além de Assessor de Diretor, também Assessor para Assuntos de Cultura.

O Programa de Cultura incorporou o Coral Banestado, que já existia numa das empresas conglomeradas, regido por Amoz Camilo dos Santos, a quem dei condições de se expandir e aperfeiçoar, e liberdade para apresentar-se em eventos públicos e cívicos.

Constantino Viaro, diretor do Teatro Guaíra, tivera a ideia de dotar cidades do interior do Paraná com teatros, através do seu ambicioso Projeto Barracão. Dei meu parecer favorável, e o Banestado apoiou o projeto. Entretanto, sugeri que no contrato constasse a condição de que aqueles espaços fossem registrados com o nome de “Teatro Banestado”. Viaro era o idealizador, mas o Banestado o realizador. Em 1986, propus a meu diretor a criação do Museu Banestado. A ideia não era nova, pois outros colegas tinham tentado sem sucesso criar um museu, e até colecionavam peças da história da instituição, tais como móveis que foram usados na primeira agência do Banestado, livros das primeiras atas das assembleias, e muitos objetos, documentos e fotografias. Foram eles Emerson Casseb, Sérgio Figueiredo, José Carlos Carreira Pequeno, Wilson Ganem e José Maria Antônio, dentre outros. O apoio de Aroldo dos Santos Carneiro, diretor de Serviços Administrativos, foi também fundamental para o coroamento do

projeto. A Comissão de Implantação do Museu Banestado, por mim presidida, completou-se com Paulo Schultz Filho, Rosane Fontoura, Rodrigo Otávio Collere de Oliveira e Silmara Krainer Vitta.

Eu tinha localizado oito telas de Theodoro de Bona retratando os primeiros presidentes do Banestado, que estavam perdidas e danificadas, que mandei restaurar. Em seguida, com o apoio do diretor Octacílio Ribeiro da Silva, mandei completar os retratos em óleo sobre tela de todos os presidentes que se seguiram, pinturas essas que foram feitas por Antonio Macedo e Vilmar Lopes. Abaixo, as telas em minha casa, antes de receberem as molduras, observadas por mim, por minha mãe Edith Barbosa Souto e por minha sobrinha Dione Mara Souto da Rosa, que segura o chihuahua Quincas Little Poncho. Dei o nome a essa foto de “Reunião com presidentes”.



Segundo o jornal *Todos Nós*, nº 114, de maio de 1987, o Museu Banestado foi inaugurado no dia 13 de fevereiro daquele ano, e Rosane Fontoura tornou-se a primeira administradora, mais tarde substituída por Maria Lúcia Gomes. Estiveram na inauguração o governador João Elízio Ferraz de

Campos, David Carneiro, Celso da Costa Sabóia, Léo de Almeida Neves, José Brandt Silva e muitas outras personalidades.

Como Assessor para Assuntos de Cultura do Banestado, sugeri que editássemos um livro por mês, de autor paranaense, com apoio na Lei Rouanet – portanto, sem despesas para o banco – que seria lançado na Galeria de Arte Banestado, assim mesclando a literatura com as artes plásticas. Tudo ocorria sem ônus para o Banestado, que teve a sua imagem pública enaltecida pelos mais importantes jornais, revistas e jornalistas da época. Autores como Silvio Back, Anita Zippin, Poty Lazzarotto, Alice Ruiz e Helena Kolody ali lançaram livros, mas o Programa de Cultura apoiou principalmente literatos ainda desconhecidos, sem livros editados até então, porém dotados de grande talento e verve literária.

O Programa de Cultura do Banestado prestigiava todas as formas da arte: artes plásticas, música, literatura, cinema, teatro. Ao final do governo Richa, Álvaro Dias foi eleito governador. Octacílio Ribeiro, o único diretor do governo anterior mantido no governo eleito, foi convidado para assumir a presidência da Banestado Reflorestadora. Ele convidou-me para continuar a assessorá-lo naquela empresa conglomerada. A competente secretária da diretoria, Marlene Jakubiu, acompanhou-nos.

Para ocupar a Secretaria de Estado da Cultura, foi convidado René Ariel Dotti. O Paraná iria entrar numa verdadeira “era de ouro” com Dotti capitaneando a cultura do estado. O Programa de Cultura do Banestado, por mim gerido, continuou não apenas sem interrupção, mas ampliou-se. Realizou-se o IV SBAI com sucesso crescente, porém, em março de 1988, ao completar um ano do Governo Álvaro Dias, houve uma grande reformulação política em vários níveis. Octacílio Ribeiro “caiu” do Banestado e foi para uma diretoria regional do Banco do Brasil em Curitiba. Terminava assim a parceria de cinco anos entre mim e aquele diretor idealista e entusiasmado pelo apoio à Cultura.

Após três dias em meio à “tempestade”, fui chamado pelo vice-presidente do Banestado, Edisson Eleri Faust, que era também presidente da Banestado Crédito Imobiliário, que me convidou a participar da sua assessoria, não mais como assessor pessoal, nem técnico, mas exclusivamente como “Assessor para Assuntos de Cultura”.

Faust resolvera não ocupar o seu gabinete de presidente da BCI no 7º andar do prédio sito à Av. Marechal Deodoro, 333 (em cujo andar térreo funcionava a Galeria de Arte Banestado), mas apenas o gabinete de vice-presidente do Banestado no Conglomerado Financeiro à Rua Máximo João Kopp, no bairro de Santa Cândida. Assim, ofereceu-me o seu gabinete no prédio da BCI, onde estavam locadas a secretária Flávia Moreira Salles e a auxiliar Cecília Maria Palhares.

Faust conhecia o Programa de Cultura, pois costumava comparecer a exposições e lançamentos de livros, e deu-me “carta branca” para ampliar as minhas próprias atribuições. A minha primeira proposição foi uniformizar os regimentos internos das Galerias de Arte Banestado de Curitiba, Ponta Grossa e Londrina, todas orientadas por conselheiros compostos de personalidades ligadas à vida cultural de cada uma das cidades. Paralelamente, pedi permissão para estudar as possibilidades de inaugurar novas galerias de arte em Maringá e Cascavel.

Alguns meses depois, naquele mesmo ano, em meio a uma nova tempestade política, “caiu” Edison Faust da vice-presidência do Banestado. No dia seguinte, fui chamado pelo presidente do Banestado, Carlos Antônio de Almeida Ferreira, para integrar a sua assessoria. “Dr. Almeida”, como passou a ser conhecido, formou uma “dobradinha cultural” com o Secretário de Estado René Ariel Dotti e, nos três anos que se seguiram do Governo Álvaro Dias, o Paraná conheceu um ímpeto cultural jamais antes visto e que nunca mais se repetiria em tal intensidade.

Eu prossegui desenvolvendo o Programa de Cultura do Banestado e instituí um colegiado de experts como componentes de uma “comissão para aquisição de obras de arte”, com o propósito de depurar a compra de telas para as paredes de novas agências. A secretária da presidência da BCI – Banestado Crédito Imobiliário, Flávia Maria Moreira Salles, com sua impecável datilografia, foi um apoio de fundamental importância para que eu pudesse realizar o meu trabalho. O SBAI – Salão Banestado de Artistas Inéditos chegou a ocupar o lugar do oficial Salão dos Novos (da Secretaria de Estado da Cultura) nos anos em que este entrou em recesso, e, pelo seu alto padrão de excelência, foi várias vezes comparado ao Salão Paranaense, segundo registros da imprensa da época, agora digitalizados e na internet.

Ao terminar o Governo Álvaro Dias, Heitor Wallace de Mello e Silva foi indicado pelo novo governador, Roberto Requião, para assumir a presidência do Banestado. Numa cerimônia realizada no Museu Banestado no princípio de 1991, o novo presidente inaugurou o retrato do seu antecessor Dr. Almeida. Em meu discurso, eu informei que me aposentaria dentro de três meses e pedi ao novo presidente Dr. Heitor que mantivesse o Programa de Cultura do Banestado, pela importância que tinha o mesmo no cenário paranaense.

Ao aposentar-me em junho de 1991, fui sucedido por Tina Camargo, que ficou somente alguns meses no cargo, tendo sido substituída por Maria Amélia Junginger como Assessora para Assuntos de Cultura. Esta realizou um SBAI – Salão Banestado de Artistas Inéditos e, em 1992, aceitou o convite do governador para dirigir o Museu de Arte Contemporânea, tendo sido substituída como assessora por Vera Munhoz da Rocha Marques, que também realizou um Salão Banestado. Contudo, o Programa de Cultura começava a desabar, principalmente porque no ano seguinte o novo presidente do Banestado, Luiz Antônio Fayet, suspendeu os Salões Banestado e pretendeu transformar a Galeria de Arte num espaço para exposições apenas étnicas. Felizmente a imprensa interveio, assim como alguns políticos, explicando a Fayet a importância daquele espaço destinado às artes plásticas. Desgostosa com os retrocessos, Vera Marques aposentou-se e Domício Pedroso ocupou seu lugar, permanecendo no cargo também por pouco tempo. Mais uma mudança durante o Governo Requião afastou Fayet da presidência do Banestado e colocou Domingos T. Murta Ramalho em seu lugar. A esse tempo, a Galeria Banestado transformou-se em Espaço Cultural Banestado, atendido por Clarissa Lagarrigue.

No Governo Jaime Lerner, assumiu o posto de responsável pelo novo Espaço Cultural Taís Horbatiuk, que conseguiu realizar os XII e XIII Salões Banestado de Artistas Inéditos e depois foi sucedida por Tânia Dallegre Góes e Ana Cristina Rank, que inauguraram com sucesso o XIV SBAI em dezembro de 1998. Nesta derradeira edição, fui convidado para atuar como componente da comissão julgadora ao lado de Dulce Osinski, João Henrique do Amaral, Lirdi Jorge e Nilza Procopiak.

Em 2000, envolto em terrível escândalo de corrupção, o Banestado foi dolorosamente privatizado por Jaime Lerner, na equivocada campanha de privatizações do presidente Fernando Henrique Cardoso. Lerner, que aspirava candidatar-se à presidência da República, ao concordar com o leilão do banco oficial do Paraná a preço de banana, viu encerrarem-se as suas pretensões políticas. Terminava a gloriosa caminhada do Banco do Estado do Paraná, que desde 1928 vinha ajudando a desenvolver e construir o “Estado dos pinheirais”, e que nas décadas de 80 e 90 também impulsionou admiravelmente a cultura do Paraná no seu sentido mais amplo. As novas gerações já não sabem o que foi e o que significou o Banestado. Mas a grandeza e a dedicação dos que trabalharam na empresa com amor e respeito ficarão perpetuadas nos registros jornalísticos e na internet para as gerações futuras. Todos, dos diretores aos contínuos, são legítimos representantes da instituição que impulsionou o panorama industrial, comercial, agrícola e cultural do Paraná, ajudando a prover o nosso estado dos alicerces que possibilitaram elevá-lo ao estágio em que ora se encontra, motivo de orgulho dos paranaenses e de admiração e respeito de todos os brasileiros.

Francisco Souto Neto

Funcionário do Banestado, ocupou diversas funções e cargos de assessoria na área de cultura. Escritor e jornalista, ocupa a 26ª cadeira na Academia de Letras José de Alencar

*O conteúdo completo com imagens encontra-se no site
<https://fsoutone.blogspot.com/2017/03/o-que-foi-o-programa-de-cultura-do.html>*

Não era só uma marca

É inegável que o Banestado, como banco público, desempenhou um importante papel no crescimento econômico do Paraná na maior parte do século XX. Incontestável também que fomentou, por décadas, arte, cultura e esporte do povo do estado. Um banco completo que atuava em todas as áreas e com políticas de patrocínios para beneficiar vários segmentos da sociedade.

A atuação do banco estatal como agente de desenvolvimento social e econômico foi perdida com a privatização, e as consequências e perdas não podem ser mensuradas facilmente. Vão muito além dos números de uma dívida herdada por todos os moradores do Paraná. A perda dos patrocínios atingiu em cheio a cena cultural do estado. Deixou um vazio que uma instituição privada não vai preencher.

A marca Banestado simbolizava o fomento de políticas de desenvolvimento econômico e social, o que era reforçado em todas as estratégias publicitárias do banco. Com esse viés também, todas as propostas de patrocínio eram analisadas e implementadas. Para manter o posicionamento da empresa, todos os públicos eram visados.

Atividades com as crianças em que o Porquinho, símbolo do banco, reinava absoluto foram sucesso por anos. Destaque para um dos últimos projetos da área de marketing, um conjunto de brindes oferecidos às mães na maternidade. Ou seja, o paranaense já era apresentado ao banco ao nascer!

Os resultados mostraram os acertos. O Banestado foi indicado em 2001, como uma das 20 empresas que mais se destacaram no último século, conforme noticiado em publicação interna do banco Itaú. Uma marca tão forte que era preciso apagar da memória do povo.

Talvez por isso, logo após a privatização, toda a rede de agências foi integrada ao novo dono, com várias ações de marketing no sentido de apagar tudo que lembrasse o banco estatal.

Poucos espaços ainda mostram o nome, uma exceção está na identificação de tombamento do prédio em Curitiba onde, em 1928, foi instalada

a primeira agência do banco. Uma pequena e discreta placa, na rua mais movimentada da cidade, mostra que o Banestado fez parte da história. Além disso, continua muito presente na lembrança dos funcionários.

A política de patrocínios, seguida por todos os administradores do banco, era sempre no sentido de estreitar relacionamentos e fortalecer a marca, mostrando seu compromisso de ser o banco do povo do Paraná, respeitando seus costumes, lazer e cultura. Nas análises, o que prevalecia era o incentivo ao desenvolvimento dos pequenos municípios, em segundo plano, observava-se o retorno mercadológico.

Os projetos esportivos em conjunto com as prefeituras recebiam também muitos patrocínios. A organização ficava a cargo de escolas, e a premiação e brindes eram do Banestado. O apoio era pulverizado para todo o Paraná, e a marca era cada vez mais fortalecida.

Não apenas as escolas, mas também esportes coletivos amadores e modalidades individuais recebiam apoio e contavam com incentivos. Além disso, no cenário esportivo paranaense, os grandes eventos de futebol recebiam patrocínios do banco, nesse sentido, era mais com o viés de retorno mercadológico.

Nas maiores cidades do estado, a política de patrocínio era direcionada para eventos que atingissem um público maior e, nesse contexto, o programa cultural do Banestado incentivava as artes plásticas, música, espetáculo circense, cinema, teatro e literatura.

Foi assim com grandes espetáculos, como o Festival de Teatro de Curitiba, filme “O Preço da Paz”, livros importantes para a história do estado, além de tantos outros eventos marcados na cena cultural do Paraná, sem esquecer o papel de destaque que o banco teve para as artes plásticas.

Entrei no banco em 1984 por meio de concurso público e, a partir de 1988, fui para a área de marketing e comunicação onde fiquei até 2001. Ali participei direta ou indiretamente de vários projetos de incentivos do banco a eventos artísticos, feiras agropecuárias, festivais de músicas regionais, campeonatos esportivos e palestras educativas.

A área representava o compromisso da instituição com as premissas de um banco público e, para mim, era motivo de orgulho e satisfação

trabalhar ali. Destaco uma das minhas atribuições que era a elaboração do Calendário Anual Banestado, que exigia um trabalho intenso de pesquisa para prestigiar a cultura paranaense. Criamos verdadeiros e belos resgates históricos para brindar clientes e sociedade.

Lembro de analisar dezenas de solicitações de patrocínios por mês, vindas de distantes cidades do estado, muitas vezes desconhecidas por mim. Como era preciso conhecer mais sobre o município e sobre sua cultura, entrávamos em contato com a agência da região e sanávamos as dúvidas. Nesse momento, ficava muito evidente como o banco era um importante agente para o desenvolvimento local.

Com a privatização, a prioridade do novo acionista majoritário foi reformular as agências ao padrão Itaú, e concentrar o orçamento da área em mídias com alcance nacional.

E assim, o Paraná perdeu o banco que fomentava o desenvolvimento econômico e social e promovia a cultura de seu povo. Não era só uma marca!

O orgulho de ser banestadense

As ações de fortalecimento da marca com o corpo funcional eram desenvolvidas em conjunto pelos Departamentos de Recursos Humanos e do Marketing. As campanhas de produtos com prêmios para metas a atingir, sempre cumpridas, eram comemoradas com entusiasmo pelos funcionários, que se mostravam comprometidos com a empresa.

A cultura da organização era incentivada no sentido de estreitar os laços entre os funcionários. Os sentimentos eram valorizados até mesmo nos programas voltados unicamente para atingir resultados.

A comunicação interna era essencial para manter a motivação. Um dos canais era um jornal impresso mensalmente chamado *Todos Nós*, etiquetado e enviado para cada funcionário. O jornal continha notícias da empresa e produtos, artigos sobre cultura, entrevistas e um quadro para rir chamado História & Estórias, que contava com a colaboração de funcionários que enviavam causos engraçados acontecidos nas agências. Mais tarde, esse jornal foi substituído por uma revista com assuntos de interesse geral com várias

seções, além de assuntos do banco. A partir de 1994, passou a vigorar também um canal com vídeos. As fitas em VHS eram gravadas e enviadas às agências com o objetivo de ter mais agilidade. As ações eram sempre direcionadas para manter os laços dos funcionários e o comprometimento com a instituição.

Para marcar as comemorações dos 65 anos de Banestado, em 1993, foi realizado um concurso de crônicas entre funcionários. Foram selecionadas 30 e publicadas no livro *Frutos do Sentimento*, um presente do Banco distribuído a todas as agências e bibliotecas.

Fui uma das indicadas para a publicação e a minha crônica *Canto da Cigarra* ainda me emociona.

Lá, na crônica, o canto de uma cigarra transporta uma moça ao passado, a menina de nove anos embaixo das árvores ouve o alvoreço das cigarras e corre ansiosa gritando “mãe”. Seu grito se mistura com o chamado de seus próprios filhos no presente. Da mesma forma que o canto da cigarra, a palavra Banestado, mescla passado e presente.

Não sofremos só com a perda do emprego e com o desgaste emocional que isso acarretou.

O ambiente de trabalho que formamos nos transformou numa grande família. E essa deixou de existir.

Hoje, 20 anos após a privatização, o que se mistura no meu peito é esse sentimento de perda, com a saudade gostosa de quem viveu tudo isso.

Sirley Gardini

Ex-analista de Marketing do Banestado

Diretoria de Informática no Banestado

A Diretoria de Informática foi oriunda do Banestado Informática S/A – Bisa

A famosa Bisa, como era chamada a Banestado Informática, foi a grande responsável pela introdução da automação bancária no Banestado, já nos idos anos 70, com os não menos famosos terminais de digitação existentes nas agências e departamentos, onde no final do dia eram digitadas as junções com seus respectivos números e valores, assim como os tipos de documentos que compunham aquelas junções, para posteriormente serem confrontados no cruzamento de acerto entre junção e documento nos departamentos como Decob, Depar, Decon etc.

Depois veio, já nos anos 80, a automação dos caixas e foram criados os Desacs, Departamento de Serviços e Arrecadação, ligados ao banco. Mas, nesse departamento, era centralizado todo pagamento de títulos (duplicatas, nota promissória etc. Já com geração dos boletos famosos), assim como toda arrecadação do estado também passava por ali.

Foi um grande salto da automação. Partindo dessa estrutura, na segunda metade da década de 80, a informatização das outras estruturas do Banco é marcada com a chegada dos primeiros microcomputadores, os *desktops*, as agências e departamentos introduzindo a microinformática nos mesmos.

Surgem também os cartões múltiplos do Banestado, uns dos primeiros cartões a realizar saques, consultas das contas correntes e poupanças no mesmo cartão. Nesse período, também surgem os Caixas Automáticos do Banestado, outro grande avanço do banco, imagina você poder sacar dinheiro sem precisar ir ao banco, ainda mais no final de semana. Mais tarde, com a chegada do Visa Electron, veio a introdução do cartão de crédito também no mesmo cartão.

Em 1992, quando o Banestado virou banco múltiplo, a empresa virou uma diretoria.

A Diretoria de Informática em seus tempos áureos foi composta por um gigantesco complexo de estrutura de processamento de dados, com

quatro grandes CPDs, (Centros de Processamento de Dados) em Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba, soma-se aí os pontos remotos de entrada de dados espalhados pelo Paraná e Brasil.

A diretoria somava mais de mil funcionários em suas estruturas de produção, suporte e sistemas, e toda logística para o TI.

Com o avanço da tecnologia e o processo de TI extremamente agressivo no Brasil, no Banestado em meados da década de 90, todas as agências (em torno de 400 agências) já estavam automatizadas e interligadas, bem como os seus postos de serviços que chegavam a uma quantidade de 400 postos interligados online e em tempo real.

A área de sistemas do Banestado era composta por cerca de 300 sistemas, considerada pelo mercado como uma referência nacional, quer seja em comparação aos bancos públicos ou privados.

Os principais sistemas compostos por contas correntes, poupança, automação bancária, arrecadações, ambiente consolidado, IPVA, entre tantos outros de igual relevância eram a vanguarda na área tecnológica, não só pela tecnologia utilizada, mas principalmente pelo processamento online.

O forte dos sistemas online também eram as interligações com as demais redes nacionais, quais sejam: a rede TecBan (Tecnologia bancária 24 horas), Rede Verde Amarela (sistema de interligação dos bancos estaduais), Rede Visanet e Redecard de compras, Rede Visa Electron de cartão de débito, Rede Unnisa (processadora de cartões de crédito).

Literalmente todas as agências trabalhavam em modo online com suas bases de saldos atualizadas em tempo real, mesmo para aquelas transações efetuadas por interagências.

Em 19 de dezembro de 1997, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a lei estadual para sanear o banco, estava decretado o fim de um banco público notável.

Os funcionários da área de informática, assim como todos que trabalhavam no Complexo de Santa Cândida, área da administração do banco, foram oficialmente informados pela diretora de RH, em reunião com todos os funcionários no bloco V, dentro do Complexo na Santa Cândida, que o

banco atravessava uma grave crise financeira. Daquele dia em diante, o que se viu foi uma verdadeira derrocada rumo à privatização.

O ano de 1998 foi muito estressante para os funcionários com a abertura do Data Room, sala de dados para a socialização real das informações do banco para a preparação da privatização.

Em maio de 1999, tivemos o primeiro grande PDV (programa de demissão voluntária), no qual muitos colegas e amigos que já não enxergavam boas perspectivas ou queriam novos desafios, aderiram em centenas, muitos levando consigo também o seu quinhão da poupança do fundo de previdência, valores esses cruciais para uma aposentadoria melhor planejada.

Esses PDVs causaram grandes esvaziamentos em todas as áreas do Banco e na área de sistemas, assim que era chamada a Dinfo.

A saída de muitos técnicos em várias funções causou um grande vácuo na área, prejudicando em muito a condução do dia a dia, isso obrigou aos que ficaram redobrar para dar conta das tarefas vigentes, quase paralisando todo o desenvolvimento de sistemas que estavam sendo elaborados e novos que estavam chegando. Sendo que um dos maiores problemas para os que ficaram foi enfrentar o *bug* do milênio, em que os operadores da grande rede de computadores tinham medo de que os computadores confundissem as datas na virada do ano 1999 para o ano 2000, pois todo o sistema poderia retroceder para o ano 1900 em vez de ir para o ano 2000, isso seria o caos.

A necessidade de alterar arquivos e programas para que tudo desse certo no final do ano fez com que todos trabalhassem em dobro.

Cruelmente em 17/10/2000, aconteceu a fatídica privatização. Começava naquele dia um capítulo muito doloroso e árduo para milhares de funcionários, no caso da informática, essa situação agravou ainda mais, com as alterações dos sistemas para iniciar o tombamento de todos os sistemas do Banestado para o Banco Itaú, (usando a metáfora, era abrir a própria cova). Como resposta a esse momento, em menos de um mês, os sistemas de automação bancária já estavam interligados ao Itaú.

Após um ano de privatização, restavam na área de informática cerca de 200 pessoas, juntamente com a venda do banco, o estado se

comprometeu a entregar o complexo de Santa Cândida em comodato às áreas do estado, fomos transferidos ao centro da cidade.

Foram anos difíceis e cruéis, em quase todos os meses havia demissões face aos términos dos sistemas oriundos do Banestado.

Aos poucos, esse grupo de analistas ganhou confiança e respeito nessa área até então restrita aos tombamentos e foi convidado a executar projetos no grupo Itaú. Centenas de projetos foram executados pela área, com excepcional qualidade. Após 11 anos de existência da área, o grupo havia se restringido a 50 analistas, os demais foram sumariamente demitidos ao longo do tempo.

Esse polo de desenvolvimento ficou ativo até o dia 23 de novembro de 2011, quando o então superintendente responsável pela área veio de São Paulo juntamente com representantes do RH e promoveram o encerramento da área, em torno de 20 analistas continuaram para serem transferidos para São Paulo.

Sidney Sato

Analista de sistemas e gestor das áreas de automação bancária, contas correntes, cartões e redes compartilhadas entre 1988 a 2000 no Banestado Informática e Diretoria de Informática (Dinfo). É membro da direção do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

Admilson Figueiredo

*Bacharel em Ciências Econômicas pela FESP
Programador na Coordenação de Cartões Bancários na Dinfo
Chefe de Seção no Decob — Departamento de Cobrança na Gease — Gerência de Arrecadação e Serviços
É membro da diretoria da Fetec-CUT/PR*

A conquista do Conselho de Administração pelo quadro funcional

Representei os funcionários no Conselho de Administração do Banestado por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 1999. Ao iniciar, eram muitas as esperanças em contribuir expressivamente para com banesadenses e paranaenses. Contudo, aos poucos, percebi a realidade, conheci os meandros do poder e presenciei muitos dos jogos de interesses dos que detêm o poder e conseguem submeter os trabalhadores à mercê de sua condição privilegiada. Vivenciei muitos momentos de tristeza e amargura, mas também bons momentos. Foi também um percurso de muito aprendizado, crescimento pessoal e profissional.

Desse período, portanto, guardo boas e más lembranças que neste pequeno texto compartilho, com duas considerações prévias a fazer. A primeira, diz respeito à falta de documentos necessários, o que limita muito os registros dos vários fatos que vivi. A segunda, diz respeito à importância do movimento sindical, pois apesar de todas as dificuldades e equívocos, a conquista do Conselho de Administração pelo quadro funcional no Banestado, em determinado momento, deixou de ser apenas um direito legal para se transformar em algo mais próximo às expectativas dos funcionários.

Cabe também destacar inicialmente que, do ponto de vista legal, a representação dos funcionários no Conselho de Administração do Banestado começou em 1988, contexto histórico marcado pela redemocratização do país após o fim do regime militar. Nessa ocasião, o governador do estado, José Richa, concedeu um assento no Conselho de Administração para os funcionários em várias empresas pertencentes ao estado do Paraná, a fim de tornar a administração dessas empresas mais transparente e democrática.

Ao conselheiro representante dos funcionários, assim como aos demais indicados pelo estado, acionista majoritário, cabia todas as responsa-

bilidades estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76¹.

Para viabilizar a participação do conselheiro representante dos funcionários, a direção do Banestado incluiu no Estatuto Social que uma das vagas do Conselho de Administração seria preenchida por um funcionário de carreira indicado por eleição. Porém, ao mesmo tempo, foram estabelecidas algumas exigências que seriam restrições para a maioria dos banestadenses que concorressem ao cargo: ter Ensino Superior completo e ao menos dois anos de cargo comissionado. Vale lembrar que o ingresso no Banestado, via concurso público, exigia apenas o Segundo Grau². Logo, tais critérios, sem dúvida, excluíam expressiva parcela dos funcionários de concorrer nesse processo.

Por conseguinte, fica fácil compreender que muitos dos conselheiros representantes tenham sido gerentes, ou seja, funcionários comissionados e com cargos de confiança e integrantes do segundo escalão. Assim, de 1988 a meados de 1995, a representação dos funcionários do Banestado foi marcada por uma sequência de gerentes “afinados” com a direção do banco, a reproduzir discursos e ações que não contemplavam os interesses de todos os banestadenses, mas apenas os interesses dos escalões mais elevados.

Todavia, os ventos neoliberais que passaram a soprar no Brasil, com mais intensidade a partir de 1990, impuseram o Estado Mínimo e, consequentemente, a privatização dos bancos estaduais. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência do Brasil, em 1995, a ameaça de privatização se tornou mais evidente:

“A cada dia, o banestadense tem mais certeza de que a luta contra a privatização do banco será muito longa, e, portanto, exige persistência. A defesa do Banestado exige, nesse momento, vigilância constante ao

1 - Lei 6404/76: Compete ao Conselho de Administração: I) fixar a orientação dos negócios da companhia; II) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto; III) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou no caso do art.132; V) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; VI) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir; VII) deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição; VIII) autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; IX) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

2 - Equivalente ao atual Ensino Médio.

que acontece ao banco, para que possamos impedir quaisquer tentativas de operações irregulares, empréstimos a fundo perdido, apadrinhamentos, corrupção etc. É esse o papel do sindicato nesse momento.” (*Informativo ContraCheque*, 1995).

Em janeiro de 1995, o Banestado contava com 13.274 funcionários, cuja maioria provavelmente seria dispensada em caso de privatização. Além disso, havia a compreensão do papel social do banco, em especial para os pequenos municípios e os pequenos produtores. Cientes de tal cenário e de seus compromissos, os sindicatos de bancários paraenses, filiados à Federação dos Bancários e das Empresas de Crédito – Fetec, baseados nas consequências desastrosas das privatizações de empresas públicas para funcionários e sociedade, decidiu que era hora de lançar um candidato “sindical” para ocupar o assento no Conselho de Administração do Banestado.

A maioria dessas experiências com funcionários do segundo escalão foi decepcionante para os funcionários, seja pela falta de tempo dos gerentes para dedicar-se à função de Conselheiro, seja pelo descompromisso com a defesa do funcionalismo, sentido em alguns casos. Não podemos deixar de lembrar que, em momento algum, os Conselheiros apresentaram propostas diferentes às da diretoria do banco. [...] “A nossa luta agora atravessa um momento de resistência e exige um Conselheiro Funcionário que não tenha medo de desagradar a diretoria do banco ou do governo do estado, e que saiba que a sua função no Conselho é defender o banco e não seus superiores. É por isso que essa é uma tarefa difícil de ser cumprida por funcionários que correm riscos de serem punidos por suas posições e também não pode ser assumida por aqueles que têm cargo a perder.” (*Informativo ContraCheque*, 1995).

Outro aspecto determinante para que o movimento sindical bancário tivesse um candidato para concorrer ao assento no Conselho de Administração, estava na particularidade de que, no Banestado, tal representante também participava do Comitê Disciplinar³. Porém, até então, muitos dos funcionários arrolados em processos administrativos relatavam que,

3 - Apesar dos funcionários serem registrados no regime CLT, o Banestado possuía uma Instância para a análise e deliberação dos casos de funcionários que “em tese” cometeram atos irregulares e poderiam receber algum tipo de punição que variava de advertência à demissão com justa causa.

ao contrário do que determina a legislação, não conseguiam ter acesso ao processo para então fazer a sua ampla defesa.

Como membro de base do sindicato de Curitiba, fui escolhida como a candidata sindical, pois fiquei bastante conhecida por ter me posicionado contrária às alterações unilaterais do contrato de trabalho do Quadro Técnico em 1992. Na ocasião, fui descomissionada do cargo de Analista de Organização e Métodos e voltei ao cargo de escriturária, no qual permaneci até ser reintegrada ao cargo pela Justiça do Trabalho em 1995.

Em campanha, assumi como compromissos: 1) lutar pela continuidade do Banestado como banco público e agente de desenvolvimento do Paraná, 2) reivindicar os investimentos em equipamentos, treinamentos, diversificação de operações a fim de tornar o banco ainda mais forte no mercado, 3) lutar pela valorização dos funcionários, pela democratização e transparência da gestão e 4) manter firme compromisso com o movimento sindical.

Apoiada pelos sindicatos bancários filiados à Fetec, percorri o Paraná apresentando “nossas” propostas e enfatizando a importância do Banestado como banco público. Essa postura, de defesa do banco, foi muito importante porque, como estratégia para facilitar sua venda à iniciativa privada, havia uma intensa campanha de desmoralização do banco, com divulgação de episódios recorrentes de corrupção, em especial do Banco Del Paraná.

A aceitação da minha candidatura foi surpreendente, aspecto que demonstrava claramente a insatisfação dos funcionários com os conselheiros representantes anteriores, todos com cargos de gerência. A eleição ocorreu em dois turnos, a primeira em março e a segunda em abril de 1995. Ao vencer as eleições, fui empossada em junho do mesmo ano para o biênio 95/97. A partir daí, os embates foram muitos, as vitórias nem tantas; aos poucos foi possível perceber a fragilidade e o real significado por termos um voto no Conselho de Administração.

As reuniões do Conselho eram mensais, ordinárias, com algumas extraordinárias. As pastas com pautas eram entregues com dois dias de antecedência, tal como determinava a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto do Banestado. Nessas reuniões, além dos conselheiros

de administração, era normal ter a participação dos conselheiros fiscais e diretores do banco.

Uma das primeiras ações para dificultar a ação da conselheira foi estabelecer que quaisquer informações só podiam ser requisitadas via colegiado e não isoladamente pelos conselheiros, questão que contraria a lei das sociedades anônimas. Com o mesmo objetivo, diferentemente dos conselheiros anteriores, não me foi dada a mínima estrutura para as atividades inerentes aos deveres que a representação me imbuía.

No decorrer das muitas reuniões, desde as primeiras, não foram poucas as vezes que votei em contrário e pedi que meu voto fosse registrado em ata. Essa foi uma sugestão que recebi de um diretor aposentado e que muito me valeu anos mais tarde, quando houve a CPI do Banestado, a denúncia feita pelo Ministério Público e também pelo processo aberto pelo Banco Central.

Assim, a partir de junho de 1995, como conselheira representante, acompanhei as lutas travadas pelo movimento sindical, esclarecia nossas demandas aos demais conselheiros, muitas vezes sem conseguir fazer valer os direitos e interesses dos banestadenses. Para apoiar-me, o movimento sindical viabilizou a *Gazeta da Conselheira*, um informativo a fim de que eu pudesse manter vivo o contato com todo o quadro funcional.

Nesse percurso de representante dos funcionários, posicionei-me contrária ao remanejamento dos funcionários em nome de uma suposta melhora de produtividade, pela revisão de penalidades aplicadas pelo Comitê Disciplinar, para qual contava com a assessoria jurídica dos sindicatos filiados à Fetec, pelo fim da joia das mulheres cobradas pela Funbep, pelo retorno do Plano de Assistência Médica, Pass, para a Funbep, além de sempre participar das negociações salariais, dos seminários e congressos em prol do Banestado promovidos pelas entidades sindicais.

Com relação ao aspecto financeiro e operacional, no início de meu mandato, enviei carta à direção do banco a fim de saber quais eram os seus 300 maiores devedores e, dessa forma, exigir providências contra os que deviam montantes expressivos e colocavam o banco em situação preocupante. O banco alegou sigilo bancário e não sabemos quem eram seus grandes devedores. Ainda em 1995, solicitei

providências em relação ao Banco Del Paraná e, em 1996, junto do deputado Rosinha, foi pedido providências ao Ministério Público em relação à Banestado Leasing.

Em fevereiro de 1997, fui informada, por uma funcionária do alto escalão, que a direção do banco havia elaborado um Plano de Ação 97/98 que, além de retirar as horas extras de todo o quadro funcional para reduzir as despesas e enfrentar as dificuldades do momento⁴, demitiria mais de 2.500 funcionários. De acordo com o *Informativo ContraCheque Especial* de 19 de fevereiro de 1997, esse plano de ação levaria “[...] à degola o salário de 6.000 banestadenses e à demissão de 2.600 funcionários. É terrível informar que a Folha de Pagamento de fevereiro, com cortes de horas extras, viria com 4.000 saldos negativos”. Assim, imediatamente, junto com a Fetec, levamos tal arbitrariedade ao Ministério Público do Trabalho.

Nesse episódio, os banestadenses se uniram e a “diretoria do corte”, como ficou apelidada, teve que recuar, fechando um acordo em que ambos, diretoria e funcionários, tiveram que “ceder” em prol da não intervenção pelo governo federal. Os funcionários aceitaram uma redução salarial por dois anos e, em contrapartida, tiveram a estabilidade de emprego pelo mesmo tempo, a democratização do Comitê Disciplinar, com a participação de um dirigente sindical como membro efetivo deste colegiado e que a relatoria dos processos fosse feita pela conselheira representante. Além disso, o banco deveria informar regularmente à conselheira e ao movimento sindical os gastos em publicidade e propaganda e prover a conselheira de ao menos um estagiário para ajudá-la nas suas tarefas, em especial as inerentes aos processos administrativos.

Com a proximidade do fim de meu primeiro mandato, o candidato do movimento sindical foi José Daniel Farias, funcionário da área de informática e conhecido como “Jacaré”. Todavia, a direção do banco alterou as regras para as eleições e ele não pôde participar. Logo, a conselheira representante, apoiada novamente pelo movimento sindical, concorreu novamente. Dessa vez, ganhei a eleição, para o biênio 97/99, no primeiro

4 - Cabe destacar que a maioria dos funcionários já realizava as horas extras há anos, com caráter de habitualidade, motivo pelos quais elas já configuravam parte do salário.

turno. Todavia, as dificuldades foram muito maiores por conta dos ventos neoliberais que sopravam cada vez mais fortes.

Além disso, e em consequência, a relatoria dos processos do comitê disciplinar aumentou em muito minhas responsabilidades, pois agora para além de ler, era preciso compreender os processos para relatar aos demais integrantes do referido colegiado. Era também necessário receber os funcionários arrolados nos processos que me procuravam para relatar suas versões. Isso dificultou, em muito, que eu pudesse acompanhar os sindicatos em visitas às agências do interior do Paraná.

Assim, a partir do segundo mandato, meados de 1997, junto com os sindicatos, enfrentei com pouco êxito intensiva ação da direção para viabilizar a privatização do banco. Os direitos dos banestadenses foram atacados de todas as formas.

Em março de 1998, o governo do Paraná anunciou a venda do Banestado. Contudo, para poder vender, o banco se comprometeu em reduzir as despesas administrativas, em especial com a folha de pagamento. As reuniões de negociação salarial com os sindicatos nesse ano foram tensas. Numa delas, por posicionar-me contrária à proposta da diretoria para o fechamento do acordo coletivo em detrimento dos funcionários, fui xingada de “idiota” por um diretor de carreira do banco. Apesar de solicitar formalmente providências perante tamanho desrespeito, nada foi feito.

Ainda com o objetivo de reduzir as despesas administrativas, em especial o quadro funcional, houve vários Programas de Demissão Voluntária, os quais também ajudaram a diminuir a resistência em relação à privatização. Era tão imperioso criar mecanismos que amainassem as resistências quanto diminuir o número de funcionários para que o banco se tornasse atrativo aos olhos dos possíveis compradores. Assim, em 1998 fechou com 9.706, 427 funcionários a menos que em 1997.

Em razão dos ataques aos direitos dos funcionários em 1997, não houve acordo salarial. Essa foi uma decisão muito acertada porque, em 1999, a licença prêmio e abono assiduidade puderam ser trocados pela estabilidade dos funcionários até a privatização.

Com relação à diminuição do número de funcionários, houve sucessivos PDVs. Todas as solicitações de adesão aos PDVs passaram pelo Comitê Disciplinar para serem homologados e era preciso conferir se os critérios de adesão estavam sendo cumpridos. Foi um momento de muito desgaste porque muitos funcionários, mesmo sem cumprir os requisitos de cada um dos programas, enxergaram uma forma de receber um bom montante de dinheiro para sair do banco e montar um negócio próprio ou fazer um “pé de meia” para o futuro.

Além dos embates com colegas, por conta de pretensas saídas que fossem financeiramente lucrativas, foram muitos os confrontos e as denúncias que fiz nesse segundo mandato. Em correspondência, expus minha discordância de pagamento de advogados para “alguns” dos diretores que fizeram operações duvidosas e prejudiciais ao banco e que causaram danos ao erário de todos os paranaenses. Cobrei constantemente as despesas com publicidade, pois a direção se comprometeu a diminuir tal gasto para que os funcionários aceitassem ter o salário reduzido pelo corte temporário de horas extras. Ainda, foram várias as cobranças de auditorias e cartas enviadas em relação às operações duvidosas que funcionários tomavam conhecimento, mas que, por medo de retaliação pediam-me para fazer os questionamentos. Também notifiquei a Comissão de Valores Mobiliários sobre um dos balanços que foi publicado sem a devida análise do Conselho de Administração.

A confirmação da privatização veio em meados de 1998, com a necessidade de R\$ 4.100 milhões. Tal montante foi severamente contestado por vários segmentos da sociedade, uma vez que os estudos iniciais indicavam o montante de R\$ 1.460 milhões para o saneamento sem a necessidade de privatização. Votei, obviamente, contrária ao processo de privatização. Além disso, participei, junto com o Dieese e um advogado, da elaboração de um documento apontando que era muito mais interessante para os paranaenses o saneamento do que a privatização.

Diante disso, o movimento sindical organizou um Fórum de Defesa do Banestado do qual participei em vários momentos. O referido fórum teve várias ações junto à sociedade. Foram feitos pedidos de apoio à Assembleia Legislativa, à Câmara dos Vereadores, à Ordem dos Advogados

do Paraná, e conversas com várias personalidades de destaque do estado. A conselheira participou de vários atos promovidos em defesa do Banestado, contra a privatização. Lembro-me até hoje da tremedeira e do quanto gaguejei ao falar na Câmara dos Vereadores.

Outra ação, realizada com o objetivo semelhante, foi a criação do Grazul, Clube de Investimentos Gralha Azul, que administrava a compra de ações do banco, em especial as com direito a voto para que os funcionários chegassem a ser os maiores acionistas e administrassem o banco. Todavia, foi um tremendo equívoco, pois as ações viraram pó e os funcionários perderam dinheiro. Aqui quero desculpar-me, pois por ingenuidade apoiei e fiz propaganda de algo que só causou prejuízo aos funcionários.

Nos primeiros meses de 1999, a direção do banco trouxe ao Conselho de Administração o Termo de Compromisso de Gestão entre o governo estadual do Paraná e o Banco Central e previa o leilão do banco para junho do mesmo ano⁵. Uma das exigências era o fechamento das agências deficitárias, sem considerar se o município contava com outro banco ou não. Essa questão foi bastante impactante para mim, pois ao percorrer as agências no interior do Paraná, deparei-me com pessoas humildes, em especial cortadores de cana e outros trabalhadores da lavoura nas portas das agências do Banestado. Esses trabalhadores e trabalhadoras, com chinelo de dedos e até descalços, esperavam pela abertura das agências e traziam seus documentos em pacotes plásticos de arroz e feijão que eram usados como bolsas e carteiras. A cena revelava as condições de vida precárias, paupérrima, de muitos paranaenses. No entanto, nessa reunião, alegando a viabilidade de tal descabido, a direção alegava a curta distância entre os municípios, em alguns casos de menos de 40 km, meia hora de carro. Ora, quem possui como bolsa um pacote plástico de arroz poderia usufruir das comodidades de um carro? Foram fechadas 14 agências e 47 postos de atendimento bancário.

Em 1999, com o final do segundo mandato, a candidata do movimento sindical escolhida foi a companheira Marisa Stedile, que disputou e ganhou as eleições. A campanha de Marisa foi uma excelente oportunidade

5 - A primeira data prevista para o leilão foi dia 30.06.1999; como não possível em decorrência dos muitos ajustes, a data passou a ser 15 de dezembro, postergada para março de 2000, setembro de 2000 e, por último, 30 de novembro de 2000.

para defendermos o banco como instituição financeira pública e relatar os infortúnios dos funcionários dos bancos que já haviam sido privatizados.

Empolgada com as consecutivas vitórias, concorri à presidência da AB, Associação Banestado, mas perdi essa eleição. Na ocasião, fiquei desolada, mas hoje penso que fui poupada de mais um período turbulento.

O Banestado iniciou o ano de 2000 com 8.027 funcionários. Enquanto aguardava a posse da conselheira Marisa, participei das muitas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração. A cada nova questão no processo de privatização, o Conselho de Administração era requisitado para tomar ciência e aprovar as ações necessárias. A demora foi tanta que enviei carta ao Conselho pedindo que a conselheira eleita também pudesse participar das reuniões do Conselho de Administração e assumisse o Comitê Disciplinar.

Além das reuniões, foi necessário recorrer ao Ministério Público do Trabalho para que a direção do banco deixasse de coagir funcionários por problemas financeiros. Também em 2000, enviei correspondência ao Conselho de Administração para impedir o desmonte da biblioteca do Banestado.

Portanto, todo o ano 2000 foi de acompanhamento e contestação de ações da direção do banco para viabilizar a privatização. Para demonstrar nosso repúdio, fizemos, os banestadenses, uma greve de 13 dias com adesão maciça. A data fatídica foi 17 de outubro, ocasião em que, por meio de leilão, o Itaú arrematou o Banestado. Não houve dados, estudos e argumentos que, ao evidenciar a importância dessa instituição para a sociedade paranaense, impedissem a privatização.

Lembro-me de vários outros episódios, alguns muito pitorescos, mas, como afirmado anteriormente, sem os necessários comprovantes para que possa deixá-los registrados.

Alguns meses após a privatização, saí no PDV realizado pelo banco Itaú, com 16 anos de banestadense. Foram tantas as lutas e envolvimento com o banco, nem eu acreditava que o havia deixado.

Contudo, mesmo tendo me desligado do banco, respondi ao processo administrativo aberto pelo Banco Central, no qual recebi como pena-

lidade uma advertência. Além disso, tive que depor algumas vezes ao ser chamada na Justiça Federal, inclusive interrogada pelo juiz Sérgio Moro. Não tive maiores problemas porque comprovei com as atas do Conselho de Administração que sempre me posicionei com a maior lisura possível.

Para finalizar, resta-me agradecer aos banestadenses, tanto pela confiança depositada por duas vezes como representante na instância máxima de deliberações, como pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Acredito, sinceramente, que essa passagem pelo Conselho de Administração tenha sido o primeiro passo para que hoje eu seja professora de uma universidade pública, que tal como o Banestado, sofre as mesmas injúrias e desmantelamento com o mesmo objetivo, sua privatização.

Zinara Marcet de Andrade

*Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba, ex-bancária do Banestado*

As entranhas do processo de privatização no Brasil com ênfase no Banco do Estado do Paraná – Banestado

Este texto tem como objetivo apresentar e analisar algumas características teóricas e metodológicas do modelo de privatização brasileiro efetivado nos últimos decênios do século passado. Revela o desmonte do sistema financeiro público estadual, com nítido propósito de abertura de espaço para a entrada triunfal do segmento privado, ancorado na alça da onda neoliberal e amparado no Consenso de Washington, que propõe o Estado apenas como garantidor dos direitos de propriedade, cumprimento dos contratos, além da suposta proteção contra a fraude. Confrontando as duas instituições na promoção dos resultados econômicos: Estado e o mercado. Ocasão em que o mundo voltava a dar ênfase ao modelo econômico que privilegia as forças de mercado como condutoras das operações econômicas, numa imaginária resposta à crise econômica da própria dinâmica capitalista, instalada na década de 1970, com a queda do modelo de orientação keynesiana que indicava o Estado como inspirador das atividades econômicas.

Na década de 1990, especificamente na América Latina, fundamentado no Consenso de Washington, destacam-se as ideias relacionadas à abertura econômica e comercial, ao aderir ao processo de globalização, desenvolvimento de privatizações de empresas estatais. Esse procedimento caracteriza a entrega do patrimônio público para segmento privado e, aplicação da economia de mercado, como reguladora das atividades econômicas. (SILVA, 2019, p 37)

O país estava saindo de uma ditadura militar considerada desenvolvimentista e conservadora que foi empreendida a partir da década de 1960, cuja tônica de orientação era a promoção da estatização como marca registrada da era militar gerando um ambiente, por incrível que pareça, de aparências comunistas, que contrariava a lógica de mercado. Resgata alguns programas sociais e culturais realizados pelo Banco do Estado do Paraná, com destaque ao projeto denominado de “PANELA CHEIA” (financiamento oportunizado pela equivalência-produto, no qual o agricultor oferecia como garantia parte

da produção futura), cujo programa era efetivamente potencializado por recursos advindos do Banestado. Ocorreu uma reforma da carta constitucional do país no final da década de 1980 com atributos que pareciam estar voltados aos interesses dos cidadãos brasileiros, em que evidenciava a possibilidade de universalização das políticas públicas sociais, porém foi remetido ao instituto de regulamentação que deveria ocorrer na sequência. Entretanto, na década seguinte verificou-se uma reversão daquilo que se vislumbrava como oferta de serviços públicos de caráter abrangente, pois houve uma mudança na perspectiva do atendimento universal enquanto desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e extensivas, especificamente destinadas aos mais desprovidos, dada à exclusão e, conseqüentemente, à dimensão da desigualdade social brasileira, que demanda uma nova concertação social, ao contrário, passou-se a priorizar as políticas públicas focalizadas somente na pobreza absoluta.

“O país convive com uma secular desigualdade social, é fato; mas esta se reproduz mediante um complexo mecanismo para o qual o Estado, o mercado, a moeda, a ordem jurídica, enfim as instituições fundamentais, na sua conformação atual, contribuem fortemente”. (THEODORO e DELGADO, 2003, pg 122)

Pode-se dizer que o Brasil passou a potencializar o processo de privatizações de suas empresas estatais nos anos 1990, iniciou-se com o governo Collor e aprofundou-se no governo FHC. Ocasão em que foi turbinada a estratégia de terceirização da economia e precarização das condições e relações de trabalho, acelerando o desemprego e diminuindo a renda dos trabalhadores assalariados, especialmente aos submetidos às empresas terceirizadas.

Um dos destaques polêmicos na controvérsia da privatização das estatais brasileiras da época foi a venda da Companhia da Vale do Rio Doce, que, além de ser uma das estatais de vulto na economia brasileira, apresentava-se como uma das maiores empresas de mineração do mundo. Questionou-se o preço negociado (aproximadamente 3 bilhões de dólares na época), por ser considerado muito aquém do possível valor efetivo, além de ser considerado imensurável o seu patrimônio, em decorrência do potencial de exploração do subsolo, existiam avaliações disponibilizadas, na ocasião, indicando que por volta de 100 bilhões de dólares, para a estatal de mineração brasileira ainda seria subavaliada levando-se em conta a sua potencialidade.

A retórica discursiva utilizada para convencer a opinião pública sobre a privatização de estatais constitui-se na redução da dívida pública brasileira, promoção do crescimento e desenvolvimento econômico e melhoria na oferta de bens e serviços. Além de não ocorrer redução, a dívida pública continuou crescendo, apesar da recente fixação do teto de gastos e as famigeradas reformas antissociais, a economia permanece estagnada e a acessibilidade aos bens e serviços continua precária em termos de preço e qualidade. Então, ficamos sem as estatais que, por sinal, grande parte delas dava lucro e irrigava o tesouro nacional, e sem as políticas que por elas eram viabilizadas. Aqui cabe uma pergunta: o que levaria uma empresa privada a adquirir uma estatal que não seja ou tenha a perspectiva de ser lucrativa?

Sem contar a tragédia que ocorreu em 25 de janeiro de 2019 com o rompimento da barragem de Brumadinho, município de Minas Gerais, consequência do descaso e negligência sobre investimentos em segurança, a empresa vencedora do leilão, irresponsavelmente, passou a privilegiar apenas a lucratividade do negócio. Lamentavelmente, resultou no maior acidente de trabalho no Brasil, em perdas de vidas de trabalhadores que se encontravam expostos ao risco, em nome da manutenção do emprego e da taxa de retorno do capital.

Preparação para a privatização

Com intuito de gerar um ambiente propício à privatização, é comum identificar, inicialmente, um despacho de dilapidação do patrimônio da empresa pertencente ao Estado, com o fatiamento de seus haveres, normalmente os mais rentáveis, para justificar a entrega do seu capital abaixo do valor real. Promove-se um processo de sucateamento com a venda de ativos como as subsidiárias das estatais constituindo em uma maneira de dismantelar a empresa-mãe vendendo-as aos poucos, como exemplo refinarias, plataformas e distribuidoras da Petrobras, seguradora do banco do Brasil, Lotéricas da Caixa Econômica, entre outras.

O atual governo pretende realizar mais uma etapa de privatizações que inclui a Petrobras, Eletrobras, Telebras, Correios e outras. E até mesmo o Banco do Brasil que é um referencial do ponto de vista de oferta do

crédito agrícola e Caixa Econômica que constitui-se no celeiro da oferta de recursos habitacionais, inclusive para as classes populares. Segundo informações do Ministério da Economia, pretende-se arrecadar com a próxima etapa de privatizações algo por volta de R\$ 75 bilhões, isso corresponde ao montante do lucro previsto para apenas um ano das estatais elencadas. Segundo o relatório da Petrobras divulgado em 20 de fevereiro de 2020, seu lucro líquido em 2019 foi de R\$ 40 bilhões. O que justifica privatizar uma empresa com um resultado desse porte?

A privatização do Banestado

O Banco do Estado do Paraná (Banestado), até meados dos anos 1990, apresentava-se como um dos Bancos Estaduais do Sistema Financeiro Público mais competentes do Brasil, que apoiava projetos sociais e culturais e estava presente em 330 municípios das 399 prefeituras paranaenses. Através do lucro que o banco apresentava, era possível fortalecer o caixa do governo estadual e com isso possibilitar a aplicação dos recursos nos municípios paranaenses, permitindo e apoiando o desenvolvimento local, através da aplicação dos programas sociais que eram revertidos em prol da sociedade paranaense. Um dos programas de relevância que contribuiu com o desenvolvimento, principalmente da pequena agricultura do Paraná, foi o programa “Panela Cheia”. A modernização da agricultura brasileira iniciada na década de 1970, com a cultura cafeeira sendo substituída pela cultura da soja, milho e trigo assentada na mecanização, melhoria genética e utilização de novas tecnologias visando aumento da produção e produtividade, deixou a agricultura familiar desguarnecida.

Esse modelo de modernização da agricultura, no caso do Brasil, foi adaptado à estrutura agrária existente, buscando aumentar a aplicação das técnicas modernas, basicamente através de crédito subsidiado, beneficiando os médios e grandes produtores com capacidade de absorver os incentivos (tecnologias e insumos) e aumentar a produção no curto prazo, deixando os pequenos produtores à margem do processo. (ROESLER, 1977, p 16)

Considerando a estratégia de crédito equivalência-produto, a estrutura de posse fundiária e o uso da terra excessivamente concentrada, o

crédito agrícola destinado aos pequenos agricultores jogou um papel determinante no que se refere à produção de alimentos e manutenção do pequeno agricultor no campo. Para o autor acima citado, implementou-se (...) “em setembro de 1992, um programa especial de financiamento direcionado à pequena produção, baseado no sistema de equivalência-produto, denominado “Programa Painela Cheia” que perdurou até julho de 1994”, promovendo benefícios a inúmeros agricultores paranaenses nas suas necessidades de viabilização da produção para atender a sua sobrevivência e comercialização do excedente, enquanto atividade econômica, além de despertar a necessidade de profissionalização e aperfeiçoamento das atividades agrícolas relacionadas ao pequeno produtor.

Com a inauguração do governo FHC (PSDB) no governo central e aqui no Paraná com Jaime Lerner (PFL), passou-se a dar ênfase ao processo de privatização do banco paranaense, bem como estendeu-se a outros bancos estaduais brasileiros que tiveram o mesmo destino, alguns bravamente resistem até hoje. Ocorreu uma longa e árdua disputa política e jurídica envolvendo organizações sindicais e sociais, e depois do governo injetar R\$ 5,6 bilhões, em 17 outubro de 2000, a instituição foi entregue ao Banco Itaú em leilão, por apenas R\$ 1,6 bilhão de reais.

Com a aquisição do Banestado, o grupo Itaú levou 20% das ações da Copel (Companhia Paranaense de Energia), não bastassem as ofertas, ainda entrou de gorjeta na negociação a manutenção por cinco anos das contas do Governo do Paraná na instituição que “comprou” o Banestado, fato que ampliou a lucratividade da transação. Além de o estado do Paraná perder uma corporação de estatura considerável, que obtinha lucro e desenvolvia políticas que fomentava a economia local, patrocinava projetos sociais e culturais voltados para a comunidade paranaense, o governo do Paraná assumiu uma dívida com a União, adquirida em 1997 pelo governador Jaime Lerner (PFL), que teve como objeto a promoção da limpeza da parte podre do banco antes de ser vendido. O compromisso assumido foi de R\$ 5,6 bilhões, financiado e refinanciado na sequência dos anos posteriores. Existia uma previsão de quitação em 2028, porém, no ano de 2017, teve seu prazo dilatado até 2048. Aqui cabe mais uma pergunta: o que justifica colocar um montante de R\$ 5,6 bilhões em uma instituição e na sequência vendê-la por R\$ 1,6 bilhões?

A operação de privatização do Banco do Estado do Paraná foi muito nebulosa e questionada, a participação de operadores que precederam a privatização do Banestado foi objeto de processos na Justiça brasileira, envolvendo inclusive o juiz Sérgio Fernando Moro em decisões dúbias, que perduram até a presente data, segundo publicação da CBN (Central Brasileira de Notícias).

“A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou, nesta terça-feira (25), a condenação do doleiro Paulo Roberto Krug no suposto esquema de fraude no antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado). A sentença havia sido proferida pelo então juiz Sergio Moro na 2ª Vara Criminal de Curitiba” (....) O Escândalo do Banestado foi descoberto na década de 1990. O esquema de corrupção envolveu empresários, políticos e doleiros para o envio de dinheiro ao exterior. (CBN, 26/08/2020).

No dia da privatização do Banestado, em 17 de outubro do ano 2000, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), deu uma entrevista ao lado da diretoria do Itaú no Palácio Iguaçu, sede do governo estadual. Segundo o discurso do governador: “Não é função do governo cobrar juros. O leilão foi um sucesso e o governo vai utilizar cada vez mais recursos para investir em educação e saúde, atribuições básicas do Estado”. (Lerner, 17/10/2000). Entretanto, não existia lógica e procedência na afirmação do governador, pelo contrário, correspondia a uma fala enganosa, pois, além de estar matando a galinha que lhes rendia ovos, estava assumindo uma dívida que comprometeria as finanças do estado ao longo dos anos seguintes. O Banestado tinha problemas de gestão sim, mas em vez de matar o carrapato mataram a vaca. Ocorreu exatamente o contrário do discurso governista daquela época, pois foi um verdadeiro crime a entrega do patrimônio de um banco construído com o esforço da comunidade paranaense. A privatização do Banestado representou jogar recursos públicos na sarjeta, reduzindo o potencial de oferta de políticas públicas como saúde, educação, saneamento básico e habitação.

Considerações finais

As consequências da privatização das estatais brasileiras vêm demonstrando danos incalculáveis à população, em decorrência da apropriação do

patrimônio público por parte de reduzidos grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Além de levarem vantagens, o procedimento potencializa a já concentrada renda no país. O objetivo principal do segmento privado é a busca incessante de lucratividade, e a ganância não possui limites. A privatização do Banestado deixou o estado sem um instrumento valioso que patrocinava projetos sociais, culturais, gerava empregos decentes, redistribuía renda e riqueza e fomentava a economia nos municípios paranaenses.

Atualmente o Banco Itaú S/A capta recursos na nossa região e quase sempre aplica nos centros dinâmicos da economia brasileira, que apresentam taxa de retorno mais segura e, em contrapartida, deixa desprotegida grande parte das cidades paranaenses que eram atendidas pelo Banestado em condições satisfatórias para o desenvolvimento de suas atividades. Ao mundo dos bancos privados, não interessa oferecer crédito à taxa de juros razoáveis às micros e pequenas empresas, muito menos para a agricultura familiar, para saneamento básico, para habitação popular ou qualquer outra linha de crédito subsidiada que venha em benefício do conjunto da sociedade. O que se verifica é a prática de tarifas e taxas de juros que possibilita a progressiva lucratividade acima do razoável constada na divulgação de seus balanços anuais. Ao contrário, o país demanda urgentemente o desenvolvimento de uma estratégia de redistribuição de renda e riqueza em prol de uma sociedade mais justa e equânime.

Antonio Pereira da Silva

Mestre em Economia pela UEM, Doutor em Política Social pela UEL

*Foi funcionário do Banestado, é professor adjunto na
Universidade Estadual do Paraná Campus Apucarana*

Bibliografia

AZEVEDO, Francielly. **STF anula sentença de Moro no caso Banestado**. CBN 26/08/2020.

ROESLER, Douglas André. **Impactos do programa de crédito por equivalência-produto no sistema de produção de leite** - um estudo no Oeste do Paraná - Brasil / Douglas André Roesler. - Lavras : UFLA, 1997. Dissertação (Mestrado) - UFLA.

SILVA, Pereira Antonio. **Questão fiscal no Brasil: a renúncia fiscal e sua relação com o orçamento da seguridade social** (2006 a 2017) / Antonio pereira da Silva. - Londrina, 2019. 228 f. : il. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2019.

THEODORO, Mário. DELGADO, Guilherme. **Política social: universalização ou focalização** – Subsídios para o debate – IPEA - Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 7, 2003.

As entrelinhas da privatização do Banestado

Informativo Papel Moeda, canal oficial de divulgação do banco estatal, buscava convencer os funcionários e a opinião pública sobre a necessidade de vender a instituição paranaense.

O Banestado sempre contou com uma ampla estrutura de comunicação, que atendia tanto às demandas externas quanto internas. O objetivo era manter o mercado, clientes e servidores por dentro de todas as novidades do banco. Porém, o mais forte concorrente da ASCOM – a Assessoria de Comunicação – era justamente o “rádio peão”. As paredes dos departamentos do complexo localizado no Santa Cândida, em Curitiba, e que concentrava quase toda a estrutura administrativa da instituição, pareciam ter ouvidos. O que se discutia em uma reunião de diretoria pouco tempo depois circulava, em mensagens cifradas, pelos demais departamentos e, muitas vezes, por todo o estado do Paraná.

Com o processo de divulgação da venda do Banestado, foi necessário reforçar ainda mais os canais oficiais de comunicação para evitar informações erradas, inverdades e ruídos que só contribuiriam para desestabilizar o processo.

Para isso, nasceu o informativo *Papel Moeda*, um canal de comunicação criado especificamente com essa finalidade pelo então vice-presidente do banco, José Evangelista de Souza, que havia sido designado pelo Banco Central para conduzir o processo final de privatização do banco.

O editorial da edição número 1 do *Papel Moeda*, em janeiro de 2000, já dava o tom do que viria: “O Banestado está saneado e preparado para entrar em uma nova etapa rumo ao seu fortalecimento no mercado”. Trocando em miúdos, o balanço do banco já tinha sido maquiado e a instituição estava atrativa para o processo de privatização. Existia a expectativa de que o estado do Paraná, acionista majoritário do banco, tivesse algum lucro com a negociação, o que acabou não acontecendo.

Na edição especial de junho de 2000, quando já não existia mais nenhuma incerteza sobre a privatização, o objetivo da publicação era apenas detalhar as etapas e como seria o processo. Era preciso mostrar que o diálogo com o corpo funcional contribuiu para que os trabalhadores estivessem preparados e conscientes de seu papel para um eficiente processo de privatização. Além disso, ressaltava-se sempre que os funcionários não seriam prejudicados nesse novo momento.

Passados 20 anos da privatização, agora talvez seja mais fácil ler as entrelinhas. O não dito fica mais evidente. Não restam dúvidas de que privatizar o Banestado foi muito mais do que uma solução necessária para o ajuste financeiro. Era parte de uma concepção do papel do Estado. O processo não foi transparente como apregoado e ficaram muitas lacunas. Em 2003, foi conduzida uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Paraná com o objetivo de “iluminar” todos os meandros do processo. Porém, não passou de apenas uma tentativa.

O *Papel Moeda* buscava convencer os funcionários a aceitar passivamente o fim. Eles, porém, optaram por defender a instituição e decretaram greve. Todos sabiam que não era só uma questão de empregos. Sabiam que o Paraná iria perder muito mais do que recursos financeiros. Era um banco que fomentava o desenvolvimento econômico do estado. Além disso, raramente lembrado e que merece destaque, foi o impacto negativo para a área artística e cultural do Paraná.

Começo do fim

Minha jornada no Banestado começou em 1974, como escriturária. Já de cara, fui apresentada à cultura vigente na instituição. Não o que estava impresso nos manuais, mas o que era preciso conhecer. A partir daquele momento, eu iria fazer parte da grandiosa família banestadense, que, como toda família, também tem seus problemas.

Um deles era a ingerência política nas decisões. Outro era a questão financeira, as dívidas milionárias e incobráveis e que acabavam afetando o desempenho do banco.

Um desses exemplos era o Grupo Atala, dono da Usina Central Paraná, em Porecatu, com uma pendência de mais de 30 anos. Ultrapassando a casa de R\$ 100 milhões, a renegociação só foi efetivada no processo de saneamento do banco estatal e reduzida a menos de 30% do montante total, cerca de R\$ 29 milhões. Ou seja, o Banestado tinha uma herança antiga de problemas, mas não havia vontade política para resolvê-los.

Apesar disso, o Banestado tinha uma imagem forte na sociedade e que perdurou por mais de 60 anos. Para os funcionários, fazer parte daquela instituição financeira era motivo de orgulho. Havia a confiança dos investidores, dos clientes e até das crianças. Para elas, o Porquinho Banestado era o símbolo e a síntese de educação financeira.

Porém, houve um período de turbulência econômica nos anos 1990. A inflação chegou a taxas altíssimas, beirando a casa de 2.600% a.a. em 1993. O banco não iria passar impune, mas conseguiu, de algum modo, superar grandes problemas.

Segundo o Relatório Anual de Administração, em 1994, foi feita uma reestruturação para enfrentar as dificuldades econômicas, e o Banestado ampliou sua participação no mercado financeiro nacional. Isso se deu a partir da parceria com a empresa Visa Internacional para a oferta de cartão de crédito e uma política de recuperação de créditos vencidos.

Nesse período, o banco continuava tendo um papel forte e determinante para o desenvolvimento do estado e das atividades econômicas, tanto nos mercados internos do Paraná como no âmbito do Mercosul, que estava em expansão.

Em 1995, foi criado o Centro Internacional de Negócios com o objetivo de promover a integração entre empresas, governos e agentes financeiros e internacionais do Cone Sul. Nessa mesma época, houve uma expansão da rede de agências, fechando o ano com resultado positivo e rentabilidade de 11,9% sobre o patrimônio líquido.

A década de 1990, no entanto, foi marcada pelo início dos ventos neoliberais que passaram a soprar pelo país. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o discurso era a necessidade da privatização para diminuir o papel do Estado. A imprensa oficial contribuía para propagar

essa ideia e a população passou a acreditar que se jogava dinheiro fora. Aliás, após duas décadas, a mesma cantilena voltou a ser entoada. Infelizmente, esse canto de sereia ainda é bastante sedutor para o mercado.

No Paraná, com a gestão de Jaime Lerner (1995-2002), o discurso de diminuição do papel do estado ganhou força, e o banco estatal começou a ser desmontado. Era premente ter narrativas que justificassem a necessidade de acabar com o banco. Desmontar o que havia sido construído por mais de seis décadas perante a sociedade paranaense.

Matérias tendenciosas na imprensa, generosamente pagas pelo banco estatal, começaram a falar dos devedores da instituição, da má gestão de diretores anteriores, de como os funcionários manipulavam valores, de desvios de recursos públicos, de ingerência política. O objetivo era muito preciso: passar a imagem da ineficiência e do gasto público desnecessário. O slogan do “Banco do Povo do Paraná” era atacado em sua gênese. Para que servisse ao povo, deveria deixar de ser público.

Os paranaenses, de certa forma, aceitaram essa ideia tão propagandeada pelo ideário liberal. As mazelas sociais eram decorrentes de um excessivo papel do Estado. Nas entrelinhas, a mensagem era a de que o governo não devia cuidar de banco. Tal atividade deveria ser responsabilidade dos banqueiros. Dessa forma, sobrariam recursos para serem utilizados no bem-estar da população. Não havia com o que se preocupar, segundo a propaganda oficial. Os investimentos na indústria, no comércio, na agropecuária, enfim, no desenvolvimento econômico do Paraná iriam continuar.

A privatização era só uma grande e necessária mudança para permitir que o Banestado continuasse sendo uma instituição moderna e competitiva. Os clientes e investidores deveriam acreditar num futuro melhor. Na época, um comercial televisivo falava que “afinal, crescer, andar pra frente e mudar sempre foi a filosofia, ou melhor, a energia de trabalho do Banestado”. E o apresentador seguia justificando a escolha “Essa foi uma decisão longamente amadurecida pelo Governo do Paraná, a partir de uma observação cuidadosa das tendências do mercado financeiro e de uma análise rigorosa da situação do banco”.

Tudo indica que os investimentos realizados nas propagandas geraram os resultados esperados pelo Governo do Estado. Tanto que não houve

adesão popular ao se lançar o Movimento em Defesa do Banestado, que acabou restrito às entidades representativas dos funcionários. Bem diferente do movimento contra a privatização da Copel que reuniu estudantes, sindicalistas e representantes da classe política e contava com a simpatia da população na defesa da empresa de energia.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da mídia. Regiamente paga, pois o banco paranaense era um dos maiores clientes dos meios de comunicação, que oscilavam de acordo com as conveniências ditadas pelo patrocinador. Ora se investia em divulgar escândalos – e foram muitos no decorrer dos anos –, ora em esconder desmandos para salvar a imagem da instituição junto aos investidores.

Quando se fala em Banestado, é preciso considerar que desde 1972 já se tratava de um Conglomerado Financeiro. No processo de privatização, esse conglomerado era composto por Banestado Leasing S.A., Banestado S.A. Informática, Banestado S.A. Reflorestadora, Banestado S.A. Crédito Financiamento e Investimentos, Banestado S.A. Crédito Imobiliário, Banestado S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários, Banestado Clube S/C e Banco Del Paraná.

Algumas dessas empresas foram atingidas por escândalos financeiros. Muitas denúncias eram verdadeiras e ficaram provadas. Outras, porém, não tiveram comprovação – o que não quer dizer que eram mentirosas. Porém, esses episódios reverberavam na mídia e sempre eram usados para justificar que o banco estatal deveria ser extinto.

Foi o caso do Banco Del Paraná, amplamente explorado, a ponto de gerar uma tentativa de explicação da diretoria na Assembleia Legislativa. Isso não ocorreu. As denúncias não foram esclarecidas e logo caíram no esquecimento. No mesmo ano, outros escândalos aparecem na imprensa, como o caso do Banestado Clube. Essas e outras várias situações não foram investigadas e esclarecidas, mas foram eficientes para arranhar a já prejudicada imagem do banco na época.

De forma estratégica, os escândalos do Banestado poderiam ser também uma forma de desviar o assunto para o que realmente estava ocorrendo. Ou então acobertar desvios.

Foi o que aconteceu em 1996, com as denúncias de gestão temerária da Banestado Leasing. Foram comprovadas inúmeras operações fraudulentas na gestão de Osvaldo Guimarães dos Santos Filho, com documentação levantada pelo próprio banco, ainda assim, pouco tempo depois, Santos Filho foi indicado para ocupar o cargo de Secretário Estadual de Esportes. No ano seguinte, após comprovada a gestão fraudulenta na emissão de debêntures, esse assunto foi levado para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O banco se explicava nos maiores jornais, porém o prejuízo foi certo e acabou entrando na conta do saneamento em 2000. Isso ajudava a minar a credibilidade da instituição.

Outra mentira bem contada é a de que o Paraná, em vez de investir em saúde e educação, tinha que pagar os altos salários aos funcionários do Banestado, além de cobrir desvios de recursos. Na época, não existiam redes sociais que potencializassem essas mentiras. Porém, de qualquer forma, a mídia contribuía com esse papel.

Isso era tão forte que até mesmo os trabalhadores do banco afirmavam em público que era melhor vender a instituição. A ideia de que existiam muitos desmandos e que era preciso acompanhar a tendência mundial ganhou força internamente.

Cartas marcadas

Para se entender o desenrolar do processo de privatização, é necessário compreender o que os números representaram nessa “teia armada”.

Em dezembro de 1997, o Banestado apresentou ao Bacen seu projeto de saneamento e compromisso de gestão. Isso ocorreu após diversas reuniões com o Banco Central e o Ministério da Fazenda, em que constantemente eram alterados os números do ajuste, além dos critérios e exigências para o saneamento.

Na verdade, tudo devidamente orquestrado para indicar que a privatização era a única alternativa. Várias etapas da reestruturação foram feitas, como foi o caso do fechamento de agências e a redução do número de funcionários.

Não foi fácil para ninguém entender – e aceitar – que o saneamento do Banestado foi só uma ilusão. Tampouco para mim, que acompanhava de perto o processo com a missão de divulgar as etapas para o corpo funcional.

Ao redigir o informativo *Papel Moeda*, no qual seria publicado o valor do ajuste, recebi uma planilha com os dados oficiais. Não consegui entender tantas alterações nos valores. Fiquei examinando o quadro, lendo e relendo, mas não fazia sentido. Questionei então o técnico responsável – até para confirmar se os números eram aqueles mesmos. Ele, que sabia da minha paixão por literatura, disse que sim. Explicou que os dados estavam corretos, mas também poderiam ser lidos como um texto ficcional. Tinham verossimilhança e permitiam interpretações. Definição certa!

O resultado foi uma história com final feliz exclusivamente para a instituição bancária que ganhou o Banestado.

Valor do ajuste

“Em novembro de 1997, o valor necessário para o saneamento, sem a privatização do banco, era de R\$ 1,8 bilhão. Em junho de 1998, quando foi assinado o acordo, considerando alterações nos ajustes e mudança de finalidade do saneamento, o valor passou para R\$ 4,1 bilhões. A diferença se refere, basicamente, a alguns itens que não haviam sido anteriormente considerados pelo Bacen, entre eles o valor para o PDV; o aporte financeiro para recomposição do PL; a compra da carteira de fomento pelo valor do ativo – e não mais pela diferença ativo-passivo –; a diferença entre valores levantados por amostragem e o total efetivo das provisões operacionais. Neste total de necessidades está incluído o valor de R\$ 350 milhões, assumido integralmente pelo Estado do Paraná, referente aos títulos públicos adquiridos dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina e municípios de Guarulhos e Osasco. O restante das necessidades, no valor de R\$ 3,75 bilhões, foi financiado pela União, com reajuste pela taxa Selic, até o recebimento. O valor dos recursos financiados corrigidos totalizou R\$ 5,1 bilhões e foi recebido em quatro parcelas.” (Informativo interno *Papel Moeda* publicado pelo Banco do Estado do Paraná, edição junho 2000).

Foram necessários vários ajustes. Ao mesmo tempo se faziam vistas grossas para algumas situações, visando chegar ao ponto de que o estado não conseguiria mais cumprir o acordo firmado, restando apenas ao controlador majoritário cumprir o que havia sido acordado e seguir o processo para finalizar a privatização.

Ao final, tivemos uma instituição privada como a grande beneficiada. Levou um banco que tinha uma marca lembrada como uma das mais fortes do século no Paraná, uma rede física de agências, uma rede fidelizada de clientes, isenção de créditos fiscais, um corpo funcional preparado e enxuto, a administração dos recursos dos Fundos de Previdência (Funbep).

Em junho de 1998, o Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, enviou para a Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que autorizou a privatização. No dia 24 daquele mesmo mês, 33 deputados da base governista aprovaram o projeto e derrubaram todas as emendas da oposição.

O detalhe é que a votação ocorreu em período de Copa do Mundo, com o Brasil e o Paraná com todos os interesses voltados para o futebol. Não poderia ter data melhor para a votação!

A engenharia para entregar o banco à iniciativa privada previa aumentar o prejuízo, jogar o ônus para o estado e, ao mesmo tempo, preservar a imagem e o patrimônio da empresa. A manipulação era muito grande, e a mídia teve um papel de destaque nesse processo. Os investimentos nas propagandas oficiais foram fundamentais para fortalecer o conceito de que a privatização iria significar uma instituição fortalecida.

As exigências foram muitas, como o aumento da capitalização que alterou o capital social, em 30 de junho de 1999. Mas o aporte não chegou aos acionistas minoritários, que não tiveram recursos financiados pela União para poder integralizar o capital necessário e manter a participação na sociedade. O estado do Paraná então passou a ter 94,42% das ações. Com isso, os maiores perdedores foram os funcionários que participavam de clubes de investimentos. Mais um prejuízo para o corpo funcional.

Desvalorização dos recursos humanos e desmonte da cultura institucional

Programas de preparação dos funcionários aconteciam desde 1995. Palestras motivacionais, como seminários e oficinas que preparavam os funcionários a aceitar a ideia de que era preciso mudar. Que o emprego público estava fadado à extinção. Então, era quase um dever de todos se preparar para os novos tempos. Bastava que a pessoa se qualificasse e se esforçasse, pois os melhores seriam acolhidos e bem remunerados pelo mercado.

Esses programas não foram totalmente inúteis. Muitos banestaden-ses entenderam o recado e aproveitaram para voltar aos estudos. Alguns que tinham sequer o Ensino Médio buscaram concluir a educação formal e cursar uma faculdade. Em 1996, dos 3.425 escriturários na função, apenas 1.124 tinham curso superior. De alguma forma, o enfoque na qualificação levou muitos a investir no aprimoramento pessoal.

A diretoria da privatização criou, em 1999, o projeto *Comvida*, com seminários e projetos de sensibilização. O objetivo era despertar o “eu empreendedor”, a redescoberta de potenciais, a atuação em times de excelência. A proposta era convencer o funcionário de que ele não deveria ter medo do futuro, ele era bem preparado e que o mercado iria recebê-lo, talvez até com remuneração melhor. Em resumo: os funcionários do Banestado só precisavam entender que o ser humano precisa estar preparado para as mudanças, pois elas nunca são bem-vindas, mas são necessárias.

O objetivo principal era fazer com que o funcionário assimilasse facilmente a transição para que não causasse empecilhos ao comprador, que era o que movia esse programa. Segundo o vice-presidente José Evangelista de Souza, no informativo *Papel Moeda*, os trabalhadores do Banestado deveriam se acostumar com os novos tempos. Souza afirmava que nos bancos privados eles seriam reconhecidos. Então, deveriam se preparar em termos de qualidade, treinamento e investimentos em desenvolvimento pessoal para estar bem preparados para enfrentar o mercado. Caberia a cada um investir em seu desenvolvimento.

A mensagem subliminar era a de que o banco estatal estava oferecendo todas as ferramentas para o funcionário se adaptar às mudanças, mas o

resultado final dependeria do esforço de cada um. Em outras palavras: se você fosse demitido, a culpa era sua. E não da instituição financeira que assumiria o controle do Banestado. A carga e a responsabilidade por perder o emprego era de cada um.

Em julho de 2000, o *Papel Moeda* continuava a iludir o quadro de funcionários, com textos e argumentos diversos. Muitos acreditaram. Porém, ao serem demitidos, sentiram-se enganados. E foram!

Muitos perderam os empregos e a saúde, com várias consequências no âmbito das relações trabalhistas. Para os poucos que ficaram, as mudanças foram muitas e doídas. A maioria teve ali seu primeiro e único emprego, natural então que compartilhassem muitos momentos. A partir das interações no ambiente de trabalho, ou como resultado delas, eram incentivadas relações sociais que estreitavam os laços entre funcionários e familiares.

Para isso, contavam com os grêmios associativos, que promoviam festas e confraternizações fora do horário do trabalho e existiam em praticamente todas as unidades do Banco. Porém, no início do processo de incorporação das agências, a área de marketing do Itaú determinou que essas organizações fossem extintas, não permitindo mais nenhuma atividade social em suas dependências.

Foi implantada a cultura do “cada um por si”, em que só atingir as metas importava. Era o fim da Família Banestado.

Durce R. Figueiredo

*Jornalista, funcionária aposentada do Banestado/Itaú
Trabalhou na Assessoria de Comunicação do Banestado (Ascom)*

Comitê em Defesa do Banestado

Em 1994, o Banestado contava com uma rede de 392 agências e 240 postos de atendimento, com um quadro de mais de 13 mil funcionários, estando presente em 370 municípios do Paraná.

Com a eleição de Jaime Lerner, esse banco, um dos mais sólidos e lucrativos do país, passava a ser submetido a um verdadeiro desmonte para servir ao projeto privatista de Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil.

A gestão Jaime Lerner, marcada por denúncias de corrupção no Banestado, em especial da Banestado Leasing e Banco Del Paraná, atuou para reduzir agências e postos de atendimento, ao mesmo tempo que reduzia drasticamente o quadro de pessoal do banco, com planos de demissões e aposentadorias compulsórias.

Até 1996, Lerner fechou 15 agências e 67 postos de atendimento ao mesmo tempo que milhares de bancários perdiam seus empregos.

As entidades de defesa dos empregados precisavam se organizar. Se por um lado o governo trabalhava para tornar o banco mais atrativo para os compradores, por outro lado era urgente construir uma estratégia que tornasse o Banestado mais atraente para os empregados e para a sociedade em geral. Era necessário defender o Banestado como o banco público dos paranaenses e, no limite, minimizar os efeitos da privatização para os empregados e para a sociedade.

Era preciso confrontar os que defendiam a privatização sob o argumento de que o banco era deficitário, era necessário propagar a viabilidade financeira do Banco do Estado do Paraná e dar ciência do grande prejuízo que o estado sofreria com a entrega deste para a iniciativa privada.

Era fundado o Comitê de Defesa do Banestado em outubro de 1997 com a participação da Fetec-CUT, FEEB/PR e sindicatos filiados, da Associação Banestado, Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado, Associação dos Acionistas Minoritários do Banestado, além da represen-

tante no Conselho de Administração do Banco, eleita pelos empregados, sendo lançado no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

Foto: Maiguel Geths



Desde então, diversas frentes de atuação foram criadas, começando pela conscientização dos empregados da casa que precisavam arregaçar as mangas e ir para a rua em defesa do banco e, porque não dizer, dos seus direitos, afinal, essas questões estavam interligadas.

Todas as agências e departamentos receberam a visita dos membros do comitê e apoiadores com jornais e panfletos de esclarecimentos e conscientização, vigílias foram realizadas no Centro Administrativo em Santa Cândida, local de maior concentração de empregados do banco, assembleias foram convocadas para organização e divisão de tarefas com os participantes.

À sociedade, a mensagem de defesa do Banestado foi enviada das formas mais diversas, os participantes do comitê e apoiadores organizaram a distribuição de jornais, adesivos e panfletos nas ruas, praças e terminais de ônibus de Curitiba e nas diversas cidades do estado. Foram contratados outdoors para fixação nos mais variados pontos das cidades. Caminhões de som foram alocados, divulgando a mensagem nas ruas, terminais de

ônibus e praças. Spots de rádio foram contratados para a divulgação da importância do Banestado para os paranaenses.

No campo jurídico, cautelares foram impetradas questionando a forma de saneamento, mandados de segurança foram protocolados, além da organização, em todo o estado, de pontos de coleta de assinaturas contra a privatização. Mais de 70 mil pessoas compareceram para respaldar a Ação Popular, dizendo não à privatização do Banestado.

Ainda, como parte da resistência, a Conselheira eleita Zinara M. Nascimento atuou junto ao Ministério Público, denunciando fraudes nas operações na Banestado Leasing, além da atuação da Fetec-CUT/PR, requerendo a investigação da privatização como um todo, acrescentando os valores superestimados e ilegalidades na compra de precatórios, porém, o MPF não deu o retorno pretendido, obrigando o Movimento Sindical a entrar com representação na CVM – Comissão de Valores Mobiliários e na Vara da Fazenda Pública, contra a atuação dos diretores do Banestado.

No campo político, o comitê, além de buscar o apoio de associações comerciais, buscou também a adesão dos prefeitos municipais e dos vereadores na defesa do Banestado como indutor da produção de riquezas das diversas regiões do Paraná, afinal, não raro, grande parcela dos municípios paranaenses contavam com apenas um banco, o Banestado.

Fizeram reuniões nas câmaras municipais em todo o estado a fim de sensibilizar os vereadores para a aprovação de moções em defesa do Banestado. Conversaram com os prefeitos para atuarem no convencimento dos deputados das suas regiões, para votarem em defesa do Banestado como banco público dos paranaenses.

O ano de 1998 foi propício para pautas importantes como a defesa do Banestado, estavam em disputa vagas no Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Governo do Paraná e do posto máximo, a Presidência da República. Então, a estratégia era clara, atuar no convencimento dos postulantes desses cargos.

Na época, os gabinetes dos deputados e candidatos a reeleição eram cotidianamente visitados na tentativa de convencê-los a aderir ao projeto de defesa do Banestado como banco público. Relatórios, cujo conteúdo

apontava a viabilidade do banco, sua lucratividade, demonstrando sua atuação como financiador do desenvolvimento de diversas regiões do Paraná foram entregues aos assessores dos parlamentares.

Em todas as regiões, membros do comitê, simpatizantes e apoiadores mapeavam e visitavam os diversos candidatos a fim de convencê-los a assumir como bandeira a defesa do Banestado como o banco público dos paranaenses.

A pauta de defesa do Banestado era levada aos futuros parlamentares federais e estaduais, aos prefeitos e vereadores, através de cartões postais enviados para seus gabinetes e para suas casas, reafirmando a importância do banco e alertando sobre o prejuízo que o Paraná estava prestes a sofrer, caso o banco fosse privatizado.



O Comitê de Defesa do Banestado não levantou, em nível estadual ou nacional, a bandeira de qualquer projeto em disputa, tentou apenas inserir sua luta nos programas dos postulantes aos cargos na eleição de 1998, em especial, na esfera estadual. Com esse objetivo, os membros do comitê se reuniram com os dois principais postulantes ao cargo de governador, Roberto Requião e o governador Jaime Lerner, candidato a reeleição, ambos se comprometeram a não privatizar o Banestado.

Jaime Lerner era o algoz, já havia exterminado mais de 8 mil empregos, fechado diversas agências e postos de atendimento, sua gestão era denunciada em escândalos como o do Banestado Leasing e Banco Del Paraná. Mesmo assim, grande parcela dos empregados do banco, em especial os da sede do conglomerado em Santa Cândida, não defendia um projeto alternativo à sua gestão, ao contrário, o governador contava com a simpatia de parcela dos banestadenses, a ponto de se engajarem na campanha para sua reeleição após ele prometer verbalmente que não privatizaria o banco, em reunião realizada no auditório do bloco I do Centro Administrativo.

Fernando Henrique Cardoso é reconduzido ao poder, Jaime Lerner foi eleito governador do estado para o segundo mandato, junto com ele foi reeleita a bancada de sua sustentação política, além de grande parcela de novos deputados que passaram a somar a base de seu governo.

Reeleito governador e com base ampliada, suas próximas ações levariam o Comitê de Defesa do Banestado, funcionários e apoiadores a lotar as galerias da Assembleia Legislativa num último esforço de convencer os deputados na defesa do Banestado.

Em vão.

Restava como última ação, permanecer no campo jurídico tentando invalidar o feito através de medidas liminares, mas a cada vitória do movimento seguia sempre uma derrota, afinal, poucos foram os magistrados que se insurgiram contra os desmandos de Lerner e de FHC.

Da mesma forma, cabia ao movimento, como tarefa final no processo, a organização dos empregados do Banestado para a luta que seguia para minimizar os efeitos da privatização sobre os direitos do trabalhador, sendo construída, no mês de outubro de 2000, uma grande mobilização que culminou em uma forte greve de 13 dias, uma mobilização histórica no Paraná.

Eustáquio Moreira dos Santos

Advogado, aposentado do Banco Itaú, ex-funcionário do Banestado

O Banco do Estado do Paraná, o Banestado aos olhos de um menino

Fui funcionário do Banco do Estado do Paraná, o Banestado, desde maio de 1986, quando lá entrei num programa que o Banco tinha de assistência a menores aprendizes. Eram dois programas na verdade: um administrado por uma instituição que se chamava FAMA – Fundação de Amparo ao Menor Aprendiz, e o outro pelo qual passei a fazer parte dos quadros do Banco que era o Instituto de Assistência ao Menor, o IAM/Guarda mirim.

Em rápidas palavras o IAM/Guarda Mirim era uma instituição que atendia menores carentes e oferecia a eles uma formação que, além da disciplina e algumas noções paramilitares como ordem única, respeito em cadeia hierárquica, também proporcionava aulas de caligrafia, datilografia e auxiliar de escritório. Após essa formação inicial, as jovens meninas e os meninos eram encaminhados para as diversas empresas parceiras do governo no estado do Paraná para a colocação desses menores acima dos 14 anos no mercado de trabalho. Na época, essas duas instituições eram fundamentais para a vida desses menores, que muitas vezes sem perspectivas se apegavam a essas chances.

No meu caso, a minha história de vida se liga ao IAM e ao Banco do Estado do Paraná, o Banestado, porque tive que ir ao encontro do IAM/Guarda Mirim pelo fato de ter ficado desamparado na vida pela perda do meu pai, que havia falecido no ano de 1984 em decorrência de problemas cardíacos. Eu tinha somente 14 anos de idade e minha mãe já havia falecido três anos antes, vítima de hepatite adquirida por infecção hospitalar.

Pelo fato de não ter parentes em Curitiba, acabei sendo acolhido por Elisabete Miriam Kohler, que havia sido minha professora no primário. Quando eu vendia pastéis para ajudar no orçamento doméstico, entre os vários lugares em que eu passava para vender, sua casa era um deles. Ela sempre se demonstrava solícita e determinada a ajudar que eu vendesse todos os pastéis para que pudesse voltar para casa. Este curto depoimento é mais um espaço em que lhe faço essas referências, por que ela foi importantíssima em minha vida e ainda hoje o é! Quando fui por ela acolhido,

as condições iniciais de seu suporte sempre foram para que eu continuasse a estudar. E a aproximação com o Instituto de Assistência ao Menor tinha esse, entre outros motivos, que era adquirir condições objetivas de sobreviver, focar no meu desenvolvimento escolar e me preparar para a vida.

Ao passar o período de formação interna na Guarda Mirim, até a formatura e encaminhamento para o emprego, foram quatro meses. Aí chegou a hora de “escolher” o lugar onde eu iria trabalhar. Eu tinha uma referência: meu irmão, aos 15 anos, ainda quando meu pai era vivo, tinha sido encaminhado pela FAMA a um emprego no Banestado. Essa experiência dele havia me incentivado a querer muito trabalhar no Banco do Estado do Paraná. E como dizia, após a formatura na Guarda Mirim, veio a indagação sobre as oportunidades de trabalho, qual seria a minha escolha. Disponibilizaram-me duas possibilidades: uma era trabalhar na Cidade Industrial de Curitiba, numa empresa chamada Bosch, a outra era trabalhar no Banestado. A influência das histórias do meu irmão mais velho fez com que eu escolhesse o Banestado sem pestanejar. Aliás, era o banco que pretendia disputar com os outros guardas mirins, caso fosse necessário.

Junto com o início do trabalho no banco, vieram também na escola os primeiros contatos com o movimento estudantil. Eu passei a fazer parte da direção do Grêmio Estudantil. O que me permitia ter uma visão mais consciente e coletiva do papel do Banco do Estado do Paraná como instituição pública, que servia ao povo paranaense. E eu como guarda mirim estava contribuindo com esse papel.

No final dos anos 80, o Banestado passou a contar com o desenvolvimento tecnológico do sistema brasileiro de bancos constituído, naquele período, com informações e as inovações tecnológicas da época. Ainda nesse período, o meio de comunicação mais usual no banco era o telex e o telefone, ou seja, a comunicação entre as agências se dava, essencialmente, por troca de telegramas e telefonemas. Também era o auge da burocracia do papel, tudo dentro do banco se dava por correspondência, papéis, documentos que precisavam ficar arquivados por tempos, mas as técnicas de arquivamento eram muito rudimentares. Enfim, os processos de automação mais acelerados começavam a dar os primeiros passos.

Mas as mudanças decorrentes da utilização das novas tecnologias viam acompanhadas pelas transformações sociais e econômicas em todo o mundo. Era início da ofensiva contra o neoliberalismo e a volta da crítica filosófica liberal ao processo da concentração de serviços e atuação de diversas áreas nas mãos do Estado.

Esse processo de desestatização, chamado Consenso de Washington, era a reunião de um grupo de pensadores do capitalismo que soltaram sua volúpia em reduzir o papel do Estado em diversas áreas, inclusive no papel que era desempenhado pelos bancos estaduais. Ou seja, a política de entrega do patrimônio nacional que havia começado pela entrega das siderúrgicas nacionais, como CSN, Usiminas, e depois pelas mineradoras como Vale do Rio Doce, entre tantas outras.

Os processos de mudanças nos bancos brasileiros faziam com que eles apresentassem projetos de bancos múltiplos, que reuniram as empresas em *holdings* e o Banestado entrou na onda da construção dos bancos públicos. E iniciou um processo de unificação de suas empresas através de concursos públicos internos, para que seus funcionários passassem a ser funcionários de um mesmo CNPJ, mesmo em partes dos bancos que atuavam em áreas diferentes. Talvez, aí já estivesse sendo colocada implicitamente em prática a lógica de juntar todas as atividades dos bancos, para que juntos, mais enxutos, pudessem ser colocados nas listas de privatizações.

A Direção Geral do banco ficava no Centro Administrativo, o CEAD, que era conhecido como Conglomerado do Banestado, onde se localizava a direção geral de diversas empresas que se espalhavam pelos diversos blocos, entre eles a Banestado Serviços Gerais, a BABS, Banestado Informática, a BISA – dentre outras que constituíam o Banco Múltiplo do Banestado.

Comecei a trabalhar lá aos 15 anos como office boy (guarda mirim) no Departamento de Arrecadação, o Depar, e a partir dele eu me relacionava com diversos departamentos dentro do conglomerado e tinha contato com todo o papel social que o Banestado desenvolvia. Claro que também por influência da minha já militância estudantil eu vislumbrava no Banestado um importante instrumento de desenvolvimento do estado, de possibilidade de ascensão das pequenas empresas e também do financiamento

dos trabalhadores do campo. Esse papel social que o Banestado desenvolvia, ao contrário dos bancos de mercado, fazia com que eu me orgulhasse de trabalhar no banco e trazia forças para lutar para continuar trabalhando lá, depois que passasse o período de alistamento militar obrigatório para todos os jovens que completavam 18 anos. Depois de mais de dois anos trabalhando no Depar, passei a trabalhar no Serviço de Medicina do Trabalho do Banco, o Sesmet, que era composto à época por três médicos, três enfermeiras, três psicólogas e três assistentes sociais e um técnico do trabalho, departamento esse que era obrigatório por imposição das Normas Reguladoras. Lá no Sesmet fiquei até o alistamento militar. Quando esse período chegou, em 1988, eu tive que sair do trabalho para me alistar, mas, logo após a dispensa do serviço militar, voltei a trabalhar no banco através de recrutamento público. Nesse ínterim, enquanto aguardava ser chamado, comecei a trabalhar para sobreviver, como ajudante de um engenheiro civil, que era casado com uma das psicólogas.

Voltei a trabalhar no banco depois da seleção pública, que me permitiu entrar na Banestado Informática, a Bisa, agora como digitador em um horário fora do horário comercial, que era das oito horas da noite até as duas horas da manhã. Esse turno tinha suas dificuldades, mas facilitava a minha militância partidária e estudantil. No contexto das lutas sociais, estava aparecendo a questão da disputa de projeto de sociedade, colocada entre duas opções: uma conservadora, que queria que o poder continuasse concentrado nas mãos das oligarquias; e outra avançada, que soprava com os ventos da social democracia europeia.

A primeira vinha com o projeto de entregar todas as riquezas e propulsores de riquezas, como eram os bancos estaduais fomentadores do desenvolvimento regional. Em contrapartida, com a visão que descrevia um Estado forte e presente na vida das pessoas e das sociedades. Essas duas visões seriam colocadas à prova com as eleições de 1989, em que as condições objetivas e a coalizão de forças oligárquicas penderam muito para a vitória das forças conservadoras, expressa em um produto da política que se apresentava como caçador de marajás, puro marketing da manipulação política que imperou para que vingasse o projeto privatista no Brasil e, consequentemente, nos estados brasileiros pela próxima década, que seria o apogeu dos privatistas de plantão.

O governo Collor começou o projeto de entrega do Brasil, que foi continuado pelo próximo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, que tinha entre seus patrocinadores os principais bancos e banqueiros. Ou seja, era um governo comprometido com a concentração do sistema financeiro nas mãos de poucos bancos privados. O governo FHC, privilegiando os bancos privados, anunciava para os bancos estatais que os entregaria ao ganancioso capital financeiro nacional e internacional. E o pior é que os modelos de privatizações no Brasil são os mais perversos do mundo, porque não põem em primeiro lugar a preservação dos empregos. Não, a prática é de enxugar, demitir e deixar as empresas e bancos que serão privatizados prontos para atrair os possíveis compradores.

No final dos anos 90, nas proximidades da virada do milênio, eu completava uma década de trabalho. Eu, aquele menino que entrara deslumbrado para trabalhar no Banco do Estado do Paraná e que a cada ano que passava se encantava cada vez mais, ao conhecer mais e mais como o Banestado era importante para os paranaenses, assim como também para as famílias de funcionários do banco (naqueles tempos somavam mais de 14 mil famílias). E isso sem contar a importância que o conglomerado tinha para as famílias do entorno, supermercados, farmácias, lojas de móveis, oficinas, o comércio em geral. O Banestado era uma importante engrenagem para o desenvolvimento local. Além de que o Banco contava com um complexo de lazer e esportes para seus funcionários que era a Associação Banestado, com várias sedes em Curitiba, no litoral e no interior do Paraná.

A minha vida dentro do banco, mesmo nos tempos da Banestado Informática, sempre foi de aproximação da organização dos trabalhadores, afinal, eu era oriundo da militância estudantil e, assim que entrei no banco, uma das primeiras ações, inclusive junto com a minha contratação, foi me filiar ao sindicato, na época Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, o SINDPD. Após a incorporação da Bisa ao Banestado, em 1992, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região assume os filiados das empresas incorporadas. No mesmo ano, o Comando Nacional dos bancários passou a assinar a Convenção Coletiva Nacional dos bancários, ao mesmo tempo em que tentávamos resistir às primeiras grandes privatizações de siderúrgicas nacionais e da Vale do Rio Doce.

E nesses tempos, alguns bancos estaduais começam a ser entregues, o primeiro deles foi o Banco do Estado do Rio de Janeiro, o BANERJ. O que deixou os funcionários de bancos estaduais do Brasil inteiro preocupados com a ameaça de privatização.

Infelizmente, a sociedade paranaense cedeu ao poder da mídia e se curvou à entrega do Banestado para o Itaú. Eu acabei seguindo, o que para mim entendia como natural, o caminho das lutas sindicais. E nesse caminho, vi meus sonhos e expectativas de menino com relação ao Banestado irem embora com milhares de mulheres e homens banestadenses que em pouco tempo perderam seus empregos, seus sonhos, assim como o Paraná perdeu seu norte de desenvolvimento com a privatização do banco. Hoje sou um dos poucos funcionários oriundos do Banestado que continuam como funcionários do Itaú e, isso porque continuo na resistência sindical e na luta pela volta de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, com bancos que entendem que devem ter papel social, como tinha o Banestado, e não visar somente o lucro.

Marcio Kieller

*Presidente da CUT/PR e Mestre em Sociologia Política pela
Universidade Federal do Paraná. Entrou no banco como
guarda mirim (office boy) e posteriormente na Bisa*

Mãe, olha o Banestado!

Passei no concurso em 1988, tomei posse na financeira, das 7h às 13h digitava contratos, era o banco que fomentava a economia no estado do Paraná, que sustentava iniciativas dos paranaenses, que desenvolvia tecnologias nunca vistas, como extratos, depósitos e saldos em máquinas on-line, depósitos interagências, interbancos estaduais e era paradigma para outros bancos brasileiros, uma honra. Trabalhei na Funbep e uma década na Dinfo/DEAUT (automação bancária).

Colegas que fotografavam, praticavam ciclismo, compravam casas próprias, chácaras, criavam cão Fila e compravam carros e motos, viam seus filhos crescerem juntos na escola/creche em frente ao banco, que tinham colônia de férias na praia, 15 dias no verão e outros 15 em outras estações, com três refeições fartas à beira-mar a preço de associados. Colegas com quem eu dividia o ônibus que nos pegava em frente de casa nas manhãs frias e nos entregava em frente de casa nas noites chuvosas da “modorrenta” Curitiba. Eu almoçava no banco, um refeitório espetacular, refeição excelente, nutricionistas especializados, com sobremesas, sucos, refrigerantes e frutas. Embaixo do restaurante, a loja da Associação Banestado com expositoras de excelentes produtos diversos, e as caminhadas antes de voltar ao trabalho, pelo bosque... O banco que incentivava os estudos, e eu estudava à noite na UFPR, economia. Tínhamos turmas de inglês no banco, estudávamos lá. O banco estava nas nossas vidas como pilar, como sustento, dignidade e marca de toda a família, era parte do nosso lar. Internet, meu primeiro e-mail foi cadastrado ali. Tínhamos muito orgulho de pertencer. Trabalhávamos muito, muito mesmo, plantões semanais com bip e *home office* na madrugada, nos anos 80, para vocês verem a vanguarda.

Uma palavra forte para mim. Ouço no eco do passado, na voz do filho de seis anos, “Olhe, mãe, o Banestado”. Era a logo na placa, a placa que muito rápido sumiu de nossas vistas.

Hoje, quando se fala nela, a palavra Banestado é sobre a CPI que ainda é citada, como o maior escândalo financeiro do século passado.

Mas foi mais, muito mais. Foi a mãozinha que cresceu indo para a creche do Banestado durante seis anos até o PDV. Foi a formação tecnológica que recebi, foi a relação de emprego decente que vivi e a constatação de que “o pra sempre, sempre acaba”.

Na última assembleia, o senador Requião e os sindicalistas na mesa, a constatação da inevitável privatização...

Nos departamentos, os 5 “S” (técnicas japonesas de organização na vida e trabalho) nos distraíam do que estava por vir, a semana de imersão na Associação Banestado, a música clássica de camerata, o amanhecer em exercícios físicos na praia, o sino tocava às cinco horas nos corredores, as palestras o dia todo e o banho de mar no fim da tarde e nascer da imensa lua rosa dentro d’água, inesquecível. Os filmes depois do jantar. Ali eu vi “A Festa de Babete”.

De volta ao dia a dia, as coisas mudando, as sonhadas seis horas implantadas... e a notícia da venda iminente. Paralisações do trabalho, assembleias, mais paralisações... arremesso dos crachás e botons do 5 “S” à lixeira no centro da roda em reuniões de empregados.

Primeiro PDV, não éramos público-alvo. Só funcionários de agências, mas começavam os planos de alguns colegas... ao lado, planejando deixar o Brasil, ir para a Austrália, onde o conhecimento daquela tecnologia específica era também usado em bancos e no estado australiano, lá tinha emprego e novas chances para as famílias. Agora o inglês seria ainda mais útil.

Meu Deus, mas e o Paraná, vai ficar sem banco?

Contei oito colegas em volta (éramos 12 na equipe) planejando sair no próximo PDV, e passando recomendações a quem iria ficar (para apagar a luz)... Meu Deus, era real.

Quatro iriam para a Austrália. Já tinham tudo organizado, contatos feitos, e o melhor, tinham emprego lá. Alguns indo e vindo do Banco Del Paraná, onde semelhante tecnologia, agora interpaíses, já estava desenvolvida e concluída. O Banco Del Paraná, era uma filial do Banestado no Paraguai.

E veio o segundo PDV, mas de novo não éramos público-alvo. Só departamentos menos a Dinfo. Nesse período, já tínhamos notícia do que aconteceu com o Banerj e com o Banco do Estado de Minas Gerais,

comprados pelo Itaú, entre outras fusões, e o destino de seus funcionários. As notícias eram de desemprego e suicídios.

Eu comecei a alertar a família que iria sair. Preferia eu decidir em vez de ser demitida por um Itaú. E não seria eu a apagar a luz...

Mas não tinha planos. Precisava de um plano. Pensei “vou fazer concursos”, comecei imediatamente a estudar para concursos, CEC, Centro de Estudos Curitiba. Iria para outro banco, afinal eu era bancária, sempre trabalhei concursada e iria para onde senão outro banco?

Quando veio o terceiro PDV, eu fui uma das primeiras a fazer a adesão por telefone.

Comprei uma casa e continuei estudando, fiz três concursos e passei nos três. Agora era esperar chamarem. Os dias passavam e as notícias dos colegas que foram para a Austrália vieram, dos quatro só um se adaptou e levou sua família, outro foi para Portugal trabalhar no banco do Vaticano, o Banco do Espírito Santo. Os demais foram para o HSBC em Curitiba, só um empregado, os outros contratados como PJ por projeto, sem direitos e sem garantias... um foi para a Amazônia, levou a família. Suicidou-se lá. Outro foi demitido pelo Itaú (demitiam um ou dois por semana) e teve uma depressão de longos três anos, não saía de casa. Recuperou-se, fez um concurso nos Correios e foi contratado lá. A maioria ficou alguns anos no HSBC da Kennedy, em Curitiba.

Eu fui para a Copel primeiro, depois o BB chamou e fui para Brasília, onde fica a Tecnologia do Banco. Ainda estou no BB, mas com um ano escrevi um artigo de opinião, o DDD no BB. Deslumbre, Desilusão e Desespero. O BB também não era mais o mesmo depois de FHC. Duas décadas depois e não tenho a relação de emprego decente que tinha no Banestado. O Paraná ficou com a dívida (desfalque) do Banestado para ser paga em 30 anos pelos paranaenses e ainda tem mais dez anos de pagamentos pela frente. Criaram uma agência de fomento, pois o estado não podia promover políticas de desenvolvimento no Paraná sem uma ferramenta, mas nunca com a identidade e soberania que o Banestado significava para o Paraná.

Os estragos das privatizações de FHC e Jaime Lerner nas vidas dos paranaenses são incalculáveis. A cada demitido, o efeito gradiente (em ondas)

impacta imediatamente outras dez pessoas e vai se multiplicando por dez pessoas a cada seis meses. Que o diga o senador Requião, presente naquela última assembleia em defesa do Banestado, e que amargou mandatos do estado falido que Lerner lhe deixou. Infantilmente fui à porta da PF no dia da prisão de Giovani Gionédís, durou quatro horas...

O escândalo financeiro (desfalque) nunca foi devidamente punido.

Políticas públicas constroem ou destroem vidas. É imperdoável, Jaime Lerner, imperdoável.

Defender um banco público é defender seu povo. Hoje defendo o BB e a CAIXA das privatizações, como bandeira de luta de uma vida, pois conheço as consequências de uma privatização.

Defender o Banco do Brasil e a CAIXA é defender o Brasil.

Ana Smolka

Foi funcionária do Banestado entre 1988 e 1999 em vários cargos na carreira de informática. É funcionária do Banco do Brasil concursada em 1999 e dirigente sindical em Curitiba, atualmente eleita no mandato 2020 a 2024

Privatização do Banestado já estava no radar neoliberal

Muito tempo antes de ser sacramentada, em leilão ocorrido na Bolsa de Valores do Paraná, no dia 17 de outubro de 2000, a privatização do Banestado – Banco do Estado do Paraná, já vinha sendo planejada por grupos que seguiam o receituário do Consenso de Washington. Essa avaliação é feita pelo funcionário aposentado do Itaú/Banestado e ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Londrina e da Fetec-CUT/PR (Federação Estadual dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito do Paraná), Geraldo Fausto dos Santos, o Ceará.

“Nas reuniões do Coletivo Sindical dos dirigentes sindicais do Banestado, naquela época, já se falava nesse pensamento neoliberal, que defendia a redução da participação do Estado na economia. Essa política foi colocada em prática durante o governo de Fernando Collor de Mello, com a abertura do mercado brasileiro para grupos estrangeiros e, depois, impulsionada por Fernando Henrique Cardoso, com a ascensão do PSDB no comando do país”, explica Ceará.

Segundo ele, nas décadas de 1980 e 1990, o Banestado, assim como outros bancos estaduais, foram alvo de escândalos financeiros, fruto da ingerência política, que gerou inúmeras fraudes em operações financeiras por conta de gestões nebulosas. Um dos casos mais conhecidos, lembra Ceará, foram as contas CC5, através das quais foram enviadas fortunas ao exterior por pessoas muito conhecidas no cenário nacional e que acabaram não sendo condenadas por desvios de recursos nos inquéritos que na época estavam nas mãos do então juiz Sérgio Moro.

“Apesar da gravidade desses crimes de lesa-pátria, os governantes daquele tempo não fizeram nada para estancar os rombos nos bancos estaduais e até eram coniventes com esse tipo de prática, que além de retirar grandes quantias de recursos que poderiam ser investidos em prol da população, acabaram por enfraquecer a imagem das instituições públicas e facilitar a privatização, como ocorreu não só com o Banestado, mas também com o Banerj, Banespa e diversos outros bancos estaduais”, recorda.

Fechamento da Bisa deu início ao desmonte do banco

Dentro do processo de desmonte do Banestado, em 1997, houve o fechamento da Bisa (Banestado Informática S/A) em Londrina, que era encarregada pela compensação e processamento de dados das agências do Banco na região, serviços estes que foram transferidos para Curitiba.

Para Dirceu Quinelato, diretor do Sindicato dos Bancários de Londrina e ex-funcionário da Bisa, esse processo foi longo e doloroso para os cerca de 150 funcionários que lá trabalhavam, além dos terceirizados.

“No final de 1997, muitos funcionários e suas famílias foram obrigados a se mudar para Curitiba, causando transtornos familiares e dificuldades para se ajustar, sem terem certeza de quanto tempo ainda permaneceriam no banco. Para os que se recusaram a ir, restou a alternativa de um terrível PDV (Plano de Demissões Voluntárias), lançado no início de 1998, o que se transformou num desastre, visto que a maioria que aderiu acabou no desemprego, e a parca indenização logo acabou”, relembra Dirceu, acrescentando que os poucos que tiveram a oportunidade de transferência para o setor comercial do banco foram os primeiros a serem demitidos quando o controle do Banestado passou para o Itaú.

“No começo desse processo de desmonte da Bisa, foram desligados os motoristas e o pessoal encarregado dos serviços de copa, telefonia e portaria, que naquele tempo faziam parte da folha de pagamento do Banestado. Era o começo da terceirização tão sonhada pelos neoliberais que ainda hoje defendem a flexibilização de direitos para precarizar as relações trabalhistas”, salienta.

Ainda de acordo com Dirceu Quinelato, naquela época, esses trabalhadores da Bisa foram enquadrados como bancários, numa manobra feita pela direção do Banestado para enfraquecer a atuação do SINDPD-PR (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná).

“Não podemos esquecer que o pessoal da Bisa fez greves memoráveis em defesa de salários justos e condições de trabalho nos tempos da hiperinflação no Brasil recém-saído da ditadura militar. A organização continuou mesmo após a incorporação desses trabalhadores pelo Banestado e alguns deles se tornaram dirigentes dos Sindicatos de Bancários nas bases em que existia a Bisa, como Londrina, Curitiba e outras cidades do Estado”, recorda.

Fechamento de agências

Para evitar que fosse levada à frente essa política de privatização, juntamente com os também dirigentes do Sindicato dos Bancários de Londrina na época, José Francisco da Silva, o Chico, e Odete Thomaz de Aquino, Geraldo Fausto dos Santos (Ceará), afirma que os Sindicatos de Bancários de todo o estado do Paraná desenvolveram uma campanha em defesa do Banestado, mobilizando não só a população, mas também prefeitos e vereadores na luta para barrar o fechamento de agências e a demissão de funcionários, medidas que foram acentuadas nos anos 90 no processo de desmonte do banco.

As primeiras agências do Banestado a serem fechadas foram aquelas consideradas deficitárias, como a de Jataizinho, na base do Sindicato de Londrina. Nessa esteira, também foram encerradas as atividades em Nossa Senhora das Graças, Cafeara e em mais de uma dezena de agências em outras cidades do Paraná. Não importava sua importância para o município como uma opção de serviços bancários para atender a população, nem mesmo as operações que eram feitas para movimentar a economia local, porque para os gestores daquele tempo, da mesma forma como fazem hoje os bancos privados, o mais importante era o lucro fácil.



“O Sindicato organizou protestos, fez abaixo-assinados e uma série de atividades em defesa do Banestado, além de participar de inúmeras reuniões com o coletivo

sindical, manifestações em Curitiba e participação da pressão para obter apoio da Assembleia Legislativa do Paraná para impedir a venda do banco”, relembra o ex-diretor do Sindicato de Londrina.

Foto: Sindicato dos Bancários de Londrina



Paralelamente, a direção do banco fazia ataques aos direitos dos funcionários e funcionárias, como o não pagamento das horas extras e alterações nas regras do Plano de Saúde (PASS) e, tentativa de aumentar as contribuições. “Todos esses ataques foram superados com muita mobilização nacional dos banestadenses, paralisações e uma greve em outubro de 2000, que durou 13 dias e garantiu a manutenção dos direitos”, ressalta.

Agência Centro de Londrina era referência na cidade

Imediatamente após assumir o controle do banco, o Itaú mostrou suas garras, em dezembro de 2000, com ataques aos direitos e “incentivos” aos funcionários que aceitassem se desligar. As pressões continuaram e em, março de 2001, o banco lançou um PDV (Plano de Demissões Voluntárias), com o qual cortou milhares de bancários e bancárias em todo o país.



Ao mesmo tempo, foram dispensados vigilantes, copeiras e outros trabalhadores que prestavam serviços ao Banestado, jogando por terra o discurso do então governador Jaime Lerner de que a privatização do banco seria boa para o Paraná e os paranaenses. As demissões eram tantas que o Sindicato colocou em frente à agência Centro um placar com os números de cortes feitos pelo banco, denunciando aos clientes e à população o flagelo que se abateu sobre o Banco do Estado do Paraná.

“Decorridos 20 anos após a privatização, o cenário é desolador, pois muitos municípios que eram atendidos pelo Banestado já não têm mais nenhuma opção de serviços bancários. Nos grandes centros, como Londrina, a situação também não é boa e a todo momento o Itaú fecha unidades físicas, como fez com a agência Centro do Banestado, que era a maior no interior do estado e chegou a ter 45 caixas no prédio onde também funcionava a Corretora e a Sureg (Superintendência Regional). Hoje, ela está lá, no Calçadão, abandonada e sem uma viva alma em seu interior”, lamenta Geraldo dos Santos.

Armando Duarte Junior

*Assessor de Imprensa dos Sindicatos do Vida Bancária
(Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina)*

Banestado, o banco do interior do Paraná

Em 1994, o vereador Mauro Wanderlei Spina (*in memorian*) apresentou uma indicação, em uma sessão da Câmara Municipal de Umuarama, sugerindo ao Executivo Municipal que incentivasse os moradores da cidade a adquirirem bicicletas. A indicação também sugeria que a aquisição poderia ser feita por meio de financiamento através do Banco do Estado do Paraná, o Banestado. É verdade que o vereador em questão tinha fama de folclórico, por essa e outras iniciativas. E também é verdade que indicações não têm força de Lei, pois tratam-se apenas de sugestões para o chefe do executivo. E, claro, isso não se traduziu em nenhuma medida concreta. Porém, ilustra bem o significado do Banestado. No Paraná, em uma época em que havia uma grande diversidade de instituições financeiras e maior concorrência entre elas, o Banestado ainda era um dos primeiros bancos a serem lembrados, tanto em circunstâncias exóticas como a relatada como quando se falava de crédito para o desenvolvimento, até mesmo em áreas dominadas pelos dois gigantes estatais. No Paraná, o Banestado rivalizava com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal no crédito rural e no financiamento imobiliário.

No mesmo ano de 1994, Fernando Henrique Cardoso e Jaime Lerner foram eleitos presidente e governador, respectivamente, com a bandeira da redução do tamanho do Estado e privatização das empresas públicas. Ainda naquele ano, no mês de setembro, Ciro Gomes, sucessor de FHC no Ministério da Fazenda, afirma à *Folha de S. Paulo* que bancos estaduais são “uma excrescência do sistema financeiro nacional”. Pedro Malan, ministro da Fazenda de FHC, semanas depois de empossado, em 1995, ao criticar os bancos estaduais, reitera as afirmações de Ciro, mas elogia a gestão do Banestado, afirmando que o mesmo é uma exceção entre os demais bancos estaduais.

Muitos bancários do Banestado e lideranças políticas do banco chegaram a se iludir com os elogios de Malan. Porém, a criação do Proes (Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária), em 1996, e diversas outras medidas do governo federal e do governo estadual não deixavam dúvidas, o Banestado estava sendo preparado para a privatização.

O movimento sindical bancário cutista do Paraná foi o grande protagonista da luta contra a privatização do Banestado. Os sindicatos cutistas foram os primeiros a enxergar os riscos e as possíveis consequências de uma eventual venda do banco para a iniciativa privada e os primeiros a fazer oposição sistemática a qualquer movimento do governo ou da direção do banco que indicasse esse caminho.

A resistência do movimento sindical não foi páreo para a ofensiva neoliberal. A propaganda permanente e sistemática dos governos contra as empresas públicas, o envolvimento no escândalo dos precatórios, o rombo milionário da Banestado Leasing, o encerramento mal explicado do Banco Del Paraná, e a reeleição de Jaime Lerner e Fernando Henrique Cardoso, em 1998, tiveram um peso político extraordinário sobre tudo que veio depois disso. Bastaram quatro anos de desvios e desmandos para que a afirmação de Pedro Malan, em 1995, deixasse de ser verdadeira e fosse completamente esquecida. Após a aprovação da autorização para a venda do banco, em julho de 1998, pela Assembleia Legislativa do Paraná, foi possível ampliar o leque de entidades e personalidades que se reuniram no movimento União em Defesa do Banestado. Mas o máximo conseguido foi o retardamento do processo, finalizado com o leilão realizado em 17 de dezembro de 2000.

Interior do Paraná

O Banestado era o banco com o maior número de agências e postos de atendimento no estado. Os números e percentuais aumentavam, se excluíssemos Curitiba e região metropolitana. Por fim, era o banco com o

maior número de agências pioneiras¹ no Paraná. Em mais de 130 municípios, o Banestado era a única agência bancária da cidade.

A luta contra a venda do Banestado abordava vários temas, tentando demonstrar à população os prejuízos para o estado, caso o banco fosse privatizado. Volume de crédito para políticas públicas, financiamento de empresas públicas e privadas que se tornaram importantes para o estado. Mas um dos temas com maior apelo era a presença do banco onde nenhum outro tinha interesse em se instalar.

Segundo cálculos da época, quase 900 mil paranaenses moravam em municípios que só tinham o Banestado como agente financeiro e, na avaliação do movimento que lutava contra a privatização, poderiam ficar sem nenhum banco em sua localidade.

Não foi à toa e não foi difícil, então, conquistar dezenas de moções contra a privatização do Banestado, em câmaras municipais e associações de municípios. Vereadores e prefeitos, mesmo ligados a deputados que haviam votado pela autorização para a venda, mesmo com postura acrítica em relação a essas e outras iniciativas do governo Lerner, aprovaram tais moções. Assim como o vereador Mauro Spina, de Umuarama, que imaginava que até uma simples bicicleta poderia ser financiada pelo Banestado, as lideranças políticas do interior do Paraná, em maior ou menor grau, sabiam que o banco não deveria ser privatizado.

O Sindicato dos Bancários de Umuarama, do qual este autor era dirigente (e ainda é), desenvolveu uma iniciativa que, à época, ganhou bastante visibilidade na microrregião em que atua. Durante mais de dois meses, o Sindicato, semanalmente, liderou paralisações parciais de cada uma das dez agências pioneiras do Banestado localizadas em municípios de sua área de atuação. As agências eram paralisadas e sua abertura só acontecia às 12h, atrasando em duas horas seu funcionamento normal. Durante esse período, os dirigentes do Sindicato entravam em contato com lideranças políticas, empresariais e religiosas locais,

1 - Agência pioneira: a única agência da localidade.

apresentando as prováveis consequências da privatização do banco. No diálogo com os clientes e usuários que, pacientemente, aguardavam a abertura de sua agência naquela data, as lideranças esclareciam: “se é ruim ficar duas horas sem o Banestado, imagine ficar sem ele para o resto da vida”. A ação contou com apoio total dos trabalhadores do banco e das lideranças procuradas. E, assim, outras ações semelhantes foram realizadas no restante do estado, com maior ou menor visibilidade, maior ou menor contundência.

E por que perdemos?

Sim, perdemos. Apesar da campanha e das ações desenvolvidas pelo Movimento União em Defesa do Banestado e pelos sindicatos, não conseguimos impedir a privatização do banco que tanto tinha feito e fazia pelo estado do Paraná e pela sua população. Alguns fatores precisam ser considerados.

O primeiro deles é que a propaganda sobre os benefícios das privatizações era muito forte e havia cooptado parcela importante dos trabalhadores do banco, que defendiam a privatização e criticavam as ações dos sindicatos; o segundo é que a deterioração das contas do banco se acelerou após a autorização legislativa para sua venda, ou seja, o governo esvaziou e abandonou o banco para alcançar seu intento.

Mas algo decisivo foi a falta de apoio popular para a luta dos movimentos sociais. Embora fosse o banco do estado, lembrado por toda a população, era mais um banco em um país de forte exclusão social, forte exclusão financeira e que aprofundava a elitização do acesso às agências bancárias. A criação e a ampliação paulatina dos correspondentes bancários expulsavam a população das agências. Nesse cenário, ficou difícil convencer a população de que ela precisava do Banestado. Embora a existência do banco significasse benefícios para os paranaenses, em grande parte eles eram indiretos e invisíveis.

Essa visão pode ser confirmada quando comparamos o movimento em defesa do Banestado com o movimento em defesa da Copel. Por ser a

empresa responsável pelo abastecimento de um artigo essencial, a eletricidade, o apelo e a participação popular foram muito maiores, impedindo que a concessionária de energia fosse privatizada.

Quanto aos resultados, todos se confirmaram. Maior concentração do sistema financeiro, com crédito mais caro para a população; redução da capacidade de financiamento do governo do estado. Quase todas as agências pioneiras foram encerradas pelo comprador do Banestado, o banco Itaú. O prejuízo para os paranaenses das pequenas cidades e municípios só não foi maior porque o processo de fechamento das agências coincidiu com a expansão das cooperativas de crédito e dos correspondentes bancários, a criação do Banco Postal e o incentivo à bancarização de parcela expressiva da população.

As localidades não ficaram desassistidas, mas certamente não foram as mesmas após o fim do Banestado, o Banco do Estado do Paraná.

Edilson José Gabriel

Foi escriturário e operador de microcomputador no Banestado. Era presidente do Sindicato dos Bancários de Umuarama no dia da privatização

Dois sonhos impossíveis: o Banestado não ser privatizado OU controle acionário dos trabalhadores

O distanciamento do tempo apaga da memória alguns fatos e acrescenta outros, originários da leitura do que é publicado sobre o acontecimento. No viver do acontecido, não há possibilidade de se enxergar e entender tudo, se vê apenas uma pequena parte, ainda mais quando muita coisa é escondida para não ser denunciada. O distanciamento dos fatos permite lê-los com mais profundidade, perceber com mais amplitude e se aproximar mais do que realmente aconteceu.

A privatização do Banestado era irreversível

A privatização do Banestado pelos governos neoliberais de FHC e Lerner era inevitável. Com o tempo o sistema financeiro estadual foi praticamente extinto. Essa obsessão neoliberal pelo Estado mínimo trouxe grandes prejuízos ao povo brasileiro e aos povos do mundo. O caos era imenso e atualmente se vê uma de suas faces perversas escancaradas diante do genocídio do povo americano, realização do governo Trump pela má gestão na pandemia do coronavírus nos EUA. Lá não tem um sistema de saúde estatal como o SUS, a peste global atingiu os maiores números de infecção e mortalidade mundial, transformando os EUA numa grande república latinoamericana.

O fato é que o escândalo dos escândalos da corrupção da história do Paraná e do Brasil até a década de 90, século XX, continua vivo. A todo momento, em todos esses 20 anos, novas denúncias revelam dados da corrupção no Banestado, gerando terror nos responsáveis pela possibilidade de tornarem público os nomes dos poderosos políticos, empresários, juízes e traficantes de drogas internacionais que continuam impunes. O CC5Gate exigiu a fraudulenta privatização do Banestado.

De acordo com matéria publicada na AEPET, a Associação de Engenheiros da Petrobras, “O escândalo do Banestado surge em 1996 com a acusação de desvio pelo doleiro Dario Messer no valor de 228,3 mil dólares de uma conta da agência do banco em Nova York”.

Segundo o site *Nova Margem*, “o escândalo do Banestado é até hoje o maior crime financeiro da história do Brasil, com mais de US\$ 380 bilhões em remessas monetárias ilegais – o que equivale a mais de US\$ 600 bilhões em valores atuais e 30 vezes mais do que as maiores estimativas relativas à Operação Lava Jato”. O responsável pela apuração do caso Banestado foi o então juiz Sérgio Moro que, ao não anexar as provas no processo, levou à absolvição de todos os envolvidos citados, entre eles destaco: “Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, Davi Alcolumbre (DEM), Tasso Jereissati (PSDB), Luiz Cesar Fernandes, fundador do banco BTG Pactual”. Rodrigo Maia (DEM), foi o vice-presidente da CPI do Banestado na Câmara Federal. A comissão mista de inquérito teve acesso a cerca de 1,6 milhão de operações, das quais 400 mil registradas no Banco Central (BC), quebrando o sigilo bancário e fiscal de 1.400 pessoas e empresas. Mesmo diante dos números estratosféricos e de milhares de documentos, a CPI deu em nada, foi enterrada sem condenar os culpados, sem sequer divulgar os nomes e crimes de todos os criminosos envolvidos.

O banco, o sindicato e o processo de privatização neoliberal

A ironia da história é que o Banestado, até o início dos anos 90, era um dos bancos mais sólidos do sistema bancário oficial estadual. Era a joia mais cobiçada, depois do Banespa. Funcionários de outros bancos oficiais estaduais realizavam cursos de RH e de serviços bancários no Banestado. Por outro lado, a maioria dos dirigentes sindicais bancários do estado era banestadense, eles defendiam reivindicações econômicas avançadas, tinham uma influência muito grande no seio do funcionalismo, inclusive conquistaram uma vaga no Conselho de Administração na diretoria do banco, para ser ocupada por uma representante do funcionalismo.

A privatização dos bancos oficiais estaduais visava também enfraquecer o movimento sindical cutista no setor bancário, objetivo estendido às demais empresas estatais de outros setores econômicos, já que nestas se concentravam os mais expressivos e organizados sindicatos cutistas, por isso mesmo, fonte de suas maiores lideranças, realidade que impedia a extinção de direitos dos trabalhadores, estratégia maior do neoliberalismo.

Um contexto histórico político neoliberal difícil para a classe trabalhadora

Antes da década de 90 do século passado, minha preocupação com a privatização do Banestado já era grande, era constante a discussão com os companheiros no banco. Conscientização era o primeiro passo para uma futura resistência. Tinha certeza de que a luta impediria a privatização do banco. Discutia com o funcionalismo e os companheiros sindicalistas para a necessidade de nos organizarmos para a luta. Quando puxava essa discussão, ouvi muitas vezes dos meus colegas de trabalho e companheiros do movimento sindical que era maluquice, que o Banestado jamais seria privatizado. Não sabiam que as privatizações já se espalhavam pelo mundo neoliberal há muito tempo. Durante quase nove anos, a privatização parecia aos olhos do funcionalismo e sindicalistas correr devagar, que não iria chegar até eles, até que, houve uma aceleração nesse processo e, em pouco mais de dois anos, o Banestado estava privatizado. Em junho de 1998, o martelo foi batido autorizando a venda, em outubro de 2000, o banco foi “entregue” ao Itaú.

No decorrer desse processo, o silêncio da mídia denunciava de que lado estava. As grandes oligarquias familiares e empresariais paranaenses controlavam a mídia do Paraná, muitas estavam bastante endividadadas com o banco. O processo fraudulento do CC5Gate tinha que ser escondido do povo, era preciso proteger os responsáveis encastelados nos governos neoliberais de FHC e Lerner, era preciso esconder os nomes dos envolvidos, poderosos políticos, empresários e juízes do Paraná e do Brasil.

Essa ação criminoso de não punição tornou difícilíssimo de se enfrentar, deter e derrotar o ataque arrasador neoliberal sobre o Banestado, re-

gado por diversas ações fraudulentas. Se a privatização do Banespa tinha como questão central privatizar o maior banco do sistema oficial estadual, enfraquecendo-o absurdamente, a do Banestado tinha de esconder o escândalo CC5Gate, para evitar a punição dos seus responsáveis e daqueles que cometeram todo tipo de fraudes durante o processo de privatização.

Diante desse contexto histórico fortemente neoliberal, complexo, perturbador e adverso, era perfeitamente correto o posicionamento radical da resistência parlamentar e sindical contra a privatização, que também defendi desde o primeiro momento. Inclusive, era a posição de todo movimento sindical nacional bancário. No entanto, para mim, a privatização do Banespa indicava concretamente que o processo de privatização neoliberal era irreversível. Nesse contexto político desfavorável aos trabalhadores e aos sindicatos, era impossível vencer. Mesmo assim, lutei muito ao lado de companheiras e companheiros contra a privatização do Banestado.

Foto: Arquivo FeteccUT/PR



A brecha

No caso do Banestado, havia uma brecha, a dificuldade maior estava no convencimento da sua existência. O movimento sindical radicalizado

em sua posição, não permitia a discussão, construção e o convencimento do funcionalismo e do povo paranaense, da possibilidade de uma proposta alternativa, que entregasse somente os anéis e não os dedos. Apesar de se estar certo ao defender ambas as propostas, a derrota já estava lançada pelo governo FHC através de uma ofensiva política de privatizações.

Se a alternativa era privatista, o sonho de o Banestado não ser privatizado já não era possível de realizar. Correto era estabelecer como ponto central os interesses do funcionalismo. Passar o controle do banco para o funcionalismo era uma proposta antineoliberal e favorecia o povo paranaense. Um sonho também!

Os funcionários eram proprietários de 30% das ações do controle acionário do banco de propriedade do Funbep, o Clube de Acionistas dos Funcionários detinha mais 2% que poderiam chegar a 11%, com a compra financiada pelo Funbep de mais 9%. Logo, com o total obtido com mais os 10% garantidos por lei ao funcionalismo com a privatização, os 51% seriam alcançados. O que possibilitaria o banco ficar sob controle acionário do funcionalismo. Aliás, um dos motivos da criação do Clube de Acionistas.

A composição dos 49% restantes do controle acionário poderia se dar com uma maior participação do Funbep, com uma participação do estado paranaense, com os pequenos acionistas e com grupos nacionais para integralização total do capital.

Um fato indicador, promissor e importante dessa possibilidade aconteceu no ano de 1995, quando uma campanha de captação promovida pelos funcionários alcançou o valor de 580 milhões de reais, resultando em equilíbrio para o banco naquele momento.

No entanto, num outro momento, na calada da noite, essa realidade foi pulverizada por um aumento de capital aprovado pela maioria privatista da Assembleia Legislativa do Paraná, reduziram exponencialmente o valor das ações, o que extinguiu a possibilidade da concretização do sonho do controle acionário pelo funcionalismo.

O sonho de se manter o emprego, salário, carreira, aposentadoria e todos os direitos alcançados era muito forte. E sua concretização era possível com a privatização do banco sob controle do funcionalismo, que

reorientaria o modelo para ser um banco cooperativo, como o Banco Cooperativo Sicredi, e passaria a ter como foco o atendimento do pequeno empresário, do microempreendedor e do povo pobre urbano e rural. No popular: um banco do povo!

Ainda que a proposta alternativa contasse com o apoio de alguns altos funcionários do banco e tinha uma possível aceitação no seio do funcionalismo, e embora tenha sido criado o Clube de Investimentos Gralha Azul, com a participação de 8 mil cotistas funcionários, a discussão não foi ampliada, não existiu o pleno debate em torno da que seria a melhor solução pela qual lutar.

Quando vi a possibilidade de um desfecho diferente para o Banes-tado, já havia a grande dificuldade de conscientizar os funcionários e o movimento sindical de que a proposta era viável. Essa “solução” era uma luta tão impossível de ser vitoriosa como a luta contra a privatização. Quando surgiu a ideia, considerei necessário um recuo estratégico e passei a defendê-lo, mas já não era mais possível promover um grande debate. A luta tinha chegado aos tempos do tudo ou nada, quando o corneteiro só toca o toque de avançar, por não saber um outro toque qualquer. Naquele momento, o entendimento já era o de que seria melhor entregar os anéis e preservar os dedos.

Uma questão fundamental, que impediu o avanço para o debate, era o fato de que o funcionalismo não estava preparado para assumir o controle do banco. A cultura do banco e do estado do capital era paternalista, exigia obediência. Ainda que o movimento sindical banestadense com seus movimentos grevistas acontecidos a partir de 1985, com a grande greve nacional bancária, tenha mudado muito essa realidade de submissão ao patrão, os mais de 20 anos de ditadura militar impediram uma conscientização mais rápida e mais profunda, ainda mais num estado ultraconservador como o Paraná, com o agravante da influência de um governador neoliberal que detinha uma boa aceitação entre os paranaenses. E nessa luta o apoio de Jaime Lerner era tudo! Simples assim.

Entendo, 20 anos depois, que a privatização era uma exigência neoliberal, somada a outra também fundamental, uma espécie de queima de arquivo, montada para esconder o colossal escândalo das contas CC5.

Não foi sem razão que os processos judiciais foram anulados e arquivados em decorrência de falhas no julgamento, o juiz não apresentou as provas. Quem era esse juiz? Sergio Moro.

Uma pena não ter sido levado em conta, que todos os bancos oficiais estaduais apresentavam uma situação atípica, todos gerenciavam os fundos de pensões dos seus funcionários que poderiam bancar uma proposta privatista sob controle acionário do funcionalismo, uma vacina antineoliberal. O movimento sindical bancário nacional deveria ter realizado uma profunda discussão sobre essa alternativa, tinha capacidade para realizá-la. Não houve uma profunda discussão sobre essa alternativa, nem pelos funcionários e seus representantes, tampouco pela sociedade e forças políticas. Talvez, todos juntos poderiam ter enfrentado o destino imposto pelo neoliberalismo, com novas armas que os levassem à vitória.

Antineoliberalismo e anticapitalismo

A luta antineoliberal e anticapitalista da classe trabalhadora no mundo fazia emergir no Brasil, naquele momento, uma nova visão de luta.

No final dos anos 90, a classe trabalhadora brasileira iniciava a construção de uma resposta à tragédia das políticas econômicas neoliberais do governo FHC. Em dezembro de 1999, a CUT cria a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS-CUT, cuja missão era “promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos solidários e autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda através da organização econômica, social e política dos trabalhadores inseridos em um processo de desenvolvimento sustentável e solidário.”

No ABC acontece, em meados de 2000, a ocupação de uma metalúrgica pelos metalúrgicos cutistas. A Uniforja vai mostrar concretamente que toda falência pode ser sanada pelos trabalhadores. Era o primeiro passo para em agosto de 2004 nascer a Unisol Brasil, fruto de um debate acerca da crise da economia neoliberal na década de 1990. A Unisol Brasil e a ADS-CUT foram, desde o início, duas importantes entidades da classe trabalhadora na luta contra o neoliberalismo e suas mazelas.

Esse processo de construção continua avançando na construção da Economia Solidária em todo o país. A Unicopas é uma prova desse sucesso, congrega as maiores centrais desse modelo de cooperativismo antineoliberal e anticapitalista, que são a Unisol Brasil, Unicafe, Concrab e Unicatadores. Gravitam em seu entorno mais de 2,5 mil cooperativas, associações e empresas autogestionárias urbanas e rurais, agregando mais de 800 mil trabalhadores. Por outro lado, no Brasil o Sistema OCB do cooperativismo capitalista é composto por 6,8 mil cooperativas, com 14,6 milhões de cooperados e 280 milhões de postos de trabalho. No Paraná, um dos exemplos da força do Sistema OCB é a cooperativa Cocamar que todo paranaense conhece.

O cooperativismo anticapitalista mundial e a economia solidária

O cooperativismo anticapitalista mundial continua respondendo à exploração neoliberal, e nos dias atuais se prepara para ser também uma das respostas à servidão do trabalho precarizado do capitalismo das plataformas digitais.

No mundo neoliberal de hoje, os trabalhadores continuam respondendo ao ataque, com o fortalecimento do cooperativismo, associativismo e empresas autogestionárias, e com a criação de economias alternativas à capitalista, como a Economia Solidária, que começou a ser construída a partir das tragédias das falências, das privatizações e geração de grande desemprego, decorrentes das políticas econômicas neoliberais. Hoje o cooperativismo está em 150 países. Existem só no ramo agro 1,2 bilhão de cooperados, e suas 300 maiores cooperativas faturam US\$ 2,1 trilhões por ano. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) afirma que no mundo existem mais de 3 milhões de cooperativas, o que significa mais de 280 milhões de pessoas em todo o planeta trabalhando em cooperativas, o que representa 10% da população mundial empregada.

Não foi sem razão a correria para privatizar o Banespa e o Banestado em 2000, o medo dos privatistas neoliberais era imenso, com a grande probabilidade de os trabalhadores elegerem Lula e Requião em 2002,

e o processo de privatização neoliberal ser adiado, como aconteceu. Tanto que Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, em 2003 no âmbito do MTE para fomentar em todo país a geração de trabalho e renda de forma diferenciada de organização do trabalho. Se os bancos oficiais estaduais fossem todos transformados em bancos cooperativos, teríamos um sistema financeiro cooperativo nacional, que junto com a Economia Solidária transformariam o Brasil através de um profundo desenvolvimento e progresso.

Não foi como era para ser, mas a luta continua

Participei da luta pela construção desse mundo alternativo, do cooperativismo autogestionário e da Economia Solidária. Sei o quanto seria importante e possível a integração do Banestado nesse processo, já que seria a sua locomotiva em relação ao cooperativismo e associativismo de crédito rural e urbano, o que aglutinaria em torno de si milhares de cooperativas de crédito em todo o território nacional, capitalistas ou autogestionárias.

Hoje entendo, com uma tristeza imensa, que não havia massa crítica suficiente no seio do funcionalismo para entender essa construção, já que o Brasil estava ainda nos seus primórdios.

Do meu ponto de vista, a proposta alternativa era privatista, porém mais avançada do que a contra a privatização, já que o controle do banco ficaria nas mãos do funcionalismo. Em seus tempos primeiros, no século XIX, o cooperativismo buscava construir uma alternativa política e econômica ao capitalismo, na qual eliminava o patrão e o intermediário, permitindo ao trabalhador a propriedade de seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados de seu próprio desempenho. Hoje o capitalismo das plataformas digitais quer impor à classe trabalhadora mundial a volta à servidão, com a precarização total do trabalho, o que obrigará os trabalhadores a transformar seu cooperativismo do século XIX em um novo cooperativismo autônomo, autogestionário e igualitário do século XXI.

Serginho Athayde

Funcionário aposentado do Banestado e ex-sindicalista

Cultura organizacional de um banco privado

A privatização do Banestado ocorreu no ano de 2000, porém, a preparação para a privatização começou bem antes, e o quadro funcional lutou bravamente para que o Paraná não perdesse seu importante agente de promoção do desenvolvimento social. Mobilizou-se um grande contingente e a solidariedade nesse momento estava aflorada em cada um.

Liderados pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, protestávamos e lutávamos para que não houvesse a privatização. Foi uma luta árdua e porque não dizer heroica? Ficávamos reunidos todos os dias das 8h às 18h na esquina da Rua Monsenhor Celso com a Rua XV de Novembro, nosso expediente era ali na frente do prédio onde ficava o Regional, foram dias e dias todos vestidos de preto, e quando havia nova liminar a concentração era em frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Todos os esforços foram feitos, lutamos com todos os meios de mobilização e medidas jurídicas possíveis até quando o “capital” venceu. Quando a privatização de um órgão público acontece, traz impactos terríveis, os primeiros a sentir o impacto são os funcionários, porque a partir daí começam as medidas administrativas de enxugamento do quadro e redução de despesas.

Uma das primeiras medidas são os temidos PDVs (Programas de Desligamento Voluntário), que no primeiro momento parecem atrativos e aos poucos vão se tornando meios de opressão por parte do patrão e da competitividade gerada entre colegas que tentam lhe mostrar o quanto é vantajoso aderir, e assim aos poucos a solidariedade de classe vai sendo minada e dá lugar à política da meritocracia. Desde a privatização em outubro, até setembro de 2002, o Itaú reduziu em 76% o número de agências que antes eram do Banestado. Apenas 16% das agências do Banestado eram localizadas em grandes cidades.

Tão logo o Itaú assumiu, uma das primeiras visitas do *staff* foi à agência Centro Cívico, o alto escalão do Banco Itaú chegava à agência, todos

trajando terno azul marinho e camisa azul clara, gravata, tudo padronizado, observando os funcionários e questionando funções e atribuições, sempre com arrogância. Os funcionários da ativa passavam por transferências de uma agência para outra em pelotões para preparar a virada de “bandeira” Banestado para Itaú. As equipes das empresas de Construção Civil chegavam às agências nas sextas-feiras às 16h e trabalhavam durante todo o fim de semana sem parar, na segunda-feira a agência abria as portas para o atendimento ao público totalmente reformada, não restava um clip do Banestado, tudo novo, layout, pintura, fachada, placa do Itaú identificando a agência, *hardware*, *software* tudo diferente. No meio disso tudo, funcionários tentavam entender o novo modelo, sobrevivendo aos funcionários do Itaú, que vinham de São Paulo com a missão de promover o treinamento em tempo real, eles tinham salário inferior ao dos banestadenses, talvez por esse motivo eram ríspidos e pouco sociáveis, evidenciando a todo momento que onde já se viu tal diferença!

Observávamos clientes perdidos com a mudança nos procedimentos e funcionários que não tinham o domínio do novo formato para poder lhes esclarecer as dúvidas, mas que eram penalizados se não o fizessem. Foram momentos de angústia e sensação de não pertencimento a todo instante. Restava aos subordinados o silêncio, uma vez que qualquer manifestação era motivo de uma transferência. Ninguém mais tinha endereço de trabalho fixo, era lotado em uma unidade, mas a qualquer momento ia para outra prestar serviço, cada dia era uma nova vivência. Aos afastados por motivos de doença ou acidente de trabalho, eram negados a CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, pelo SESMT – Serviço Especializado em Medicina e Segurança do Trabalho. A partir do momento em que o Banestado foi vendido, diminuiu assustadoramente a emissão de CATs, em 1997 foram 141, em 1998 foram 146, em 1999 foram 84, e em 2001 emitiram apenas três.

O Banco foi chamado ao Ministério Público do trabalho para prestar esclarecimento e declarou “que entendia que emitindo a CAT estaria concordando com o nexo causal”. O Banestado por intermédio do Médico do Trabalho coordenador do PCMSO negava autorização necessária para a realização dos exames complementares de quem apresentava lesões, embora solicitados pelos médicos assistentes, impossibilitando assim, o custeio dos mesmos pelo Funbep, responsável pela assistência médica dos empre-

gados. O SESMT tinha ordem expressa do Itaú para não abrir ou reabrir CAT dos trabalhadores do Banestado. Esses funcionários ficaram expostos à exclusão moral, uma guerra psicológica que agrega abuso de poder e manipulação perversa, minando a autoconfiança dos funcionários já adoecidos. Seria justo perder a saúde para ganhar o salário? O adoecimento que antes era físico LER/DORT passou a ser psíquico (adoecimento mental), os funcionários tornaram-se apenas números em um cadastro geral.

A Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho com a Secretaria de Assuntos Jurídicos Coletivos e Individuais do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região desenvolveram, então, um amplo trabalho de acolhimento aos bancários e bancárias adoecidos e assim foram desenvolvidas ações sindicais de enfrentamento às práticas de gestão que adoecem.

Em 30 de abril de 2002, a juíza Suely Filipetto, da 6ª Vara do Trabalho de Curitiba, concedeu liminar de tutela antecipada para a Ação Civil Pública 002/2002, proposta pelo Ministério Público do Trabalho, por encaminhamento da Procuradora do Trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, que atendeu às denúncias feitas pelos Sindicatos dos Bancários de Curitiba e Região, Sindicato dos Bancários de Londrina, Apler Curitiba e Apler Cascavel. A sentença foi dada em 30 de abril de 2002, sendo os réus Banco Itaú e Banco Banestado notificados do seguinte teor:

“Determina-se aos Réus, o encaminhamento, em 48 (quarenta e oito) horas, de CATs entregues por empregados, sem realização de questionamentos quanto ao nexó técnico, bem como a abertura de CAT a pedido do empregado, instruído com atestado de médico assistente, em 48 (quarenta e oito) horas, com suspensão da rescisão contratual até constatação de aptidão pela perícia do INSS.”

Essa ação foi de fundamental importância, impediu a demissão de centenas de bancários e bancárias e impôs o respeito à legislação relativa ao adoecimento pelo trabalho. Posteriormente, liminar semelhante também foi concedida pela 7ª Vara do Trabalho de Curitiba para a Ação Civil Pública 005/2004, que determinava que o Banco HSBC também devia emitir CATs aos empregados adoecidos.

A Ação Civil Pública 002/2002 permitia a condenação do banco ao pagamento de danos morais decorrentes do tratamento discriminatório

aos trabalhadores adoecidos (negativa de emissão de CAT, coação para adesão ao programa de adesão voluntária, humilhações e dispensas discriminatórias) e desequilíbrio no ambiente de trabalho, a fim de reparar danos à ordem jurídica e preservar a saúde mental, a autoconfiança e a autoestima dos trabalhadores. Também restou comprovado que:

“[...] o empregador dificulta o acesso do trabalhador aos documentos necessários ao esclarecimento do nexo técnico entre a doença e o trabalho. A não abertura de CAT em presença de lesões diagnosticadas e classificadas como DORT é fato incontroverso. [...] O procedimento pela parte passiva é contrário ao dever imposto pelo ordenamento jurídico pátrio e consiste em dificultar o reconhecimento de eventuais doenças ocupacionais, aquisição de estabilidade acidentária e, possivelmente, de danos morais e materiais em caso de culpa. Resulta em tratamento discriminatório de lesionados com dadas repercussões ao equilíbrio que deve existir no meio ambiente de trabalho, na medida em que contribui para o sentimento de exclusão que os acomete, em face das dificuldades e/ou limitações provocadas pelos problemas de saúde.”

A partir da avalanche de demissões, acompanhadas do agravante da existência de doenças ocupacionais, o Sindicato reestruturou a Secretaria de Saúde contratando uma assistente social para que o atendimento tivesse um direcionamento mais abrangente, contemplando a subjetividade que envolve a situação do trabalhador demitido. A entidade elaborou um projeto de atendimento que combinava a orientação e o acolhimento pessoal com reuniões e encontros de grupos de funcionários adoecidos, demitidos ou afastados, para que a troca de experiências proporcionasse momentos de alento a essas pessoas. Como a sede administrativa não comportava tal projeto, no primeiro momento, esses encontros motivacionais foram realizados em espaços alugados, e posteriormente, em 2007, o Sindicato adquiriu um barracão no bairro Rebouças e ali reconstruiu o Espaço Cultural e Esportivo, com auditório, academia e bar para atendimento e realização de eventos coordenados pela Secretaria de Saúde da entidade. Com o tempo, a dor e o sofrimento de cada trabalhador e trabalhadora do extinto Banestado se somavam ao adoecimento dos bancários próprios do Itaú, sugerindo que as práticas gerenciais da empresa eram causadoras das doenças, e isso ampliou o debate para o campo jurídico, resultando na necessidade de providências mais contundentes.

“As secretarias do Sindicato denunciavam diariamente os métodos de gestão assediosos no âmbito do trabalho bancário, indicando que a organização do trabalho se encontra intrinsecamente ligada ao adoecimento dos trabalhadores. Na atuação sindical das secretarias, é inegável a percepção de que os métodos de gestão assediosos, na busca por mais lucro e produtividade, são parte de uma política de gestão cuja consequência é o sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores. Longas jornadas de trabalho, controle do uso do banheiro, intensificação do trabalho, precariedade na relação com os superiores e colegas de trabalho, metas abusivas, desrespeito com os trabalhadores, práticas antissindicais e ameaças de demissão são exemplos do cotidiano do trabalho bancário, observado e combatido pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região. O sindicato optou por desenvolver uma pesquisa, realizada junto com seus parceiros, um trabalho científico capaz de comprovar a ilicitude das práticas de gestão abusivas, voltado a capacitar os trabalhadores e as direções sindicais na transformação da realidade dentro do ambiente de trabalho. Para o Sindicato, o assédio moral sofrido pelos bancários deve ser compreendido como parte de uma estrutura de organização dos bancos, direcionada a maior lucratividade possível. A busca cega por altos rendimentos determina um ambiente de trabalho perverso, o qual leva parte significativa dos trabalhadores ao adoecimento.”

A partir daí, o trabalho intensificou-se, cada bancário ou bancária que procurava o Sindicato trazia uma história, foram relatos tristes, sofridos, de pessoas que lá chegavam arrasadas, reféns dos remédios de tarja preta e que eram acolhidas cada uma com uma história comovente que mostrava os reflexos de uma gestão adoecedora e caracterizada pelo assédio moral estrutural dentro da organização. A Secretaria de Saúde passou a buscar os fóruns de discussão e trabalho para prevenção e combate a esse tipo de Assédio Moral Organizacional que estava adoecendo as vítimas da privatização. O Fórum de Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho foi um meio de levar essa situação ao conhecimento da sociedade, o Sindicato e a Secretaria de Saúde da entidade tiveram seus diretores Sidney Sato, Vandira Martins de Oliveira e Eliane Fontana Rocha atuando incansavelmente nesse fórum. A diretora Vandira Martins de Oliveira foi convidada pelo

fórum a fazer uma palestra no Ministério Público do Trabalho para levar informações a outros participantes do fórum e a pessoas da área da saúde sobre os procedimentos que o Sindicato vinha adotando em relação aos trâmites de documentações perante o INSS, bem como sobre o acompanhamento aos bancários adoecidos até que conseguisse o afastamento para o devido tratamento.

Em Curitiba, o banco decidiu que encerraria suas atividades em um determinado departamento em que a maioria dos funcionários estava com deficiência na fala e audição, acometidos por doença mental e LER/DORT entre outras patologias. Eram trabalhadores que tinham dedicado sua vida inteira para o banco, mas sob a nova gestão nada representavam. Não havia nenhuma possibilidade de condições de trabalho no banco e quase todos foram demitidos.

Através da ACPU e de forte ação Sindical, foram suspensas todas as demissões até passarem pela perícia do INSS. O banco foi obrigado a receber esses trabalhadores de volta, porém, mais uma vez, a discriminação imperou. Eles foram colocados em única sala, insalubre e sem ventilação, não foi lhes atribuído qualquer tarefa, passavam os dias um olhando para o outro, no máximo picotavam papéis. Naquele departamento, eram indignamente tratados, formou-se um ambiente tenso, de “doentes”, de trabalhadores acuados em situação de inferioridade. Isso durou meses. Mais uma vez, o Sindicato, através da Secretaria de Saúde, denunciou aquela condição ao MPT e à Secretaria de Saúde do Município. Foram feitas algumas diligências e foi constatado o que estava acontecendo. O banco foi obrigado a alocá-los em outro prédio, aí sim em condições condizentes com um banco, onde ali permaneceram por aproximadamente dois anos. Foi quando o banco lançou novo PDV, dessa vez mais vantajoso para os bancários. Nesse tempo, muitos já haviam completado o tempo para exercer o direito (mesmo que parcial) à aposentadoria pelo INSS e pelo Funbep. Foram quatro anos de “demite e suspende demissão” de trabalhadores humildes, com baixo salário e com sérios problemas de saúde. Alguns não conseguiam entender o que estava acontecendo, outros tornaram-se pessoas tristes, arredias e com sentimento de menos valia, esses relatos eram constantes no Sindicato.

A Secretaria de Saúde, na gestão da secretária Ana Fideli Marques, fez-se representar no CIST (Conselho Intersetorial da Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba), assumindo a Coordenação a diretora Vandira Martins de Oliveira, com a participação da diretora Eliane Fontana Rocha, onde a Secretaria de Saúde do Sindicato estabeleceu uma parceria contribuindo assim para os atendimentos nos Postos de Saúde e Hospital do Trabalhador, onde os bancários e bancárias são atendidos, para fortalecer a documentação apresentada ao INSS e aos peritos que não colocavam muita credibilidade no diagnóstico quando dado só pelo médico assistente do convênio do bancário(a).

A precarização do trabalho bancário se confirma pela proporção encontrada de trabalhadores adoecidos pelo trabalho, a partir dessa constatação o Sindicato através das Secretarias de Saúde e do Jurídico em parceria com o Instituto Declatra desenvolveram uma pesquisa científica sobre as “Vítimas dos Métodos de Gestão nos Bancos”.

Vítimas do Itaú

A pesquisa analisou principalmente o conteúdo das ações trabalhistas e apontou as práticas abusivas que configuravam assédio moral organizacional, entre as quais destacamos:

1 - Subutilização de habilidades: situações em que é ordenado ao empregado que exerça atividades que exigem capacitação inferior àque-la que foi contratado para desenvolver ou que tem condições intelectuais de desenvolver. 2 - Alto nível de incerteza: situações em que o empregado trabalha sob incertezas acerca do teor das atividades que deve realizar. 3 - Exposição contínua a pessoas devido ao trabalho realizado: empregado que fica continuamente exposto a clientes. 4 - Sobrecarga ou pouca carga. 5 - Altos níveis de pressão por tempo. 6 - Continuamente sujeito a prazos. 7 - Metas abusivas: situações em que são impostas metas além do razoável ao empregado. 8 - Horários imprevisíveis, horário incerto para o trabalho. 9 - Falta de controle da carga de trabalho. 10 - Ritmo de trabalho. 11 - Controle do tempo de uso do banheiro. 12 - Condições ambientais ruins (ambiente e equipamentos). 13 - Problemas decorrentes de pouca

comunicação entre os colegas de trabalho e entre os superiores hierárquicos e o empregado. 14 - Baixos níveis de apoio para a solução de problemas e desenvolvimento pessoal. 15 - Isolamento físico ou social: empregado apresenta-se isolado no ambiente de trabalho, separado dos demais física ou socialmente, obstado de estar nos espaços de sociabilização da empresa. 16 - Precariedade das relações com superiores ou colegas de trabalho, casos em que os empregados relatam humilhações constantes. 17- Conflito interpessoal, casos em que há problemas pessoais e de ordem íntima e particular entre os empregados. 18 - Falta de apoio social. 19 - Ambiguidade de papéis (papéis na organização), casos em que há desvio ou acúmulo de função. 20 - Estagnação da carreira e incerteza (desenvolvimento da carreira). 21 - Insegurança no trabalho: quando empregado sofre ameaças gerais em relação ao desenvolvimento de sua carreira. 22 - Ameaça de demissão, de transferência de agência ou de local de trabalho etc. 23 - Demandas conflitantes do trabalho e vida pessoal (interface lar/trabalho): situações em que há queixas diretas de que as exigências feitas pela empresa conflitam com a vida pessoal do empregado (por exemplo, viagens constantes e de longos períodos). 24 - Uso de fantasia, o empregado é obrigado a usar fantasias ou roupas que o deixam em posição vexatória no ambiente de trabalho. 25 - Exposição e cobrança vexatória de produtividade. 26 - Sinalização na mesa quando ausente: casos em que há sinalização de que o empregado está fazendo pausa no trabalho (para ir ao banheiro, tomar água etc.). 27 - Exigência superior às habilidades. 28 - Humilhação na demissão: casos em que o empregado sofreu conduta vexatória por parte de superiores e colegas de trabalho quando foi comunicado de sua dispensa. 29 - Exigência de prática ilícita: quando o empregado é obrigado a realizar procedimentos fraudulentos, como, por exemplo, compensar um cheque sem a assinatura correta. 30 - Discriminação: casos em que o empregado relata algum ato discriminatório no ambiente de trabalho por razões diversas, como deficiência, religião ou doença. 31 - Falta de pausa para recuperação: não é concedido ao empregado intervalo para que se recupere dos esforços repetitivos e afins, situações em que o empregado reivindica o cumprimento do artigo 72 da CLT. 32 - “Demissão” abusiva: quando o empregado relata que sua demissão foi ilegal. O caso mais comum é a dispensa discriminatória em razão de doença. 33 - Estorno da comissão: quando há estorno de uma

parcela paga a título de comissão devido a motivos alheios ao empregado. 34 - Invasão da vida privada: quando a empresa faz visitas investigando a vida privada dos empregados, invadindo a sua esfera íntima. 35 - Promessa frustrada: a empresa faz promessas em relação ao trabalho e não cumpre, como, por exemplo, divulgar que pagará prêmio para o empregado que alcançar determinada meta, mas não paga.

O estudo também identificou problemas de saúde ligados ao trabalho e afastamento a partir de reclamações dos empregados no tocante à saúde: a) depressão, b) estresse, c) ombro, d) punho, e) ansiedade, f) síndrome de pânico, g) braço-antebraço, h) insônia, i) coluna, j) cotovelo, k) problemas cardiovasculares, l) mãos, m) cefaleia, n) síndrome de burnout, o) problemas gastrointestinais, p) hipertensão, q) arritmias cardíacas, r) dedos, s) audição, t) voz, u) visão. Os itens que especificam partes do corpo humano, como ombro, punho, cotovelo etc., foram considerados todas as vezes em que o empregado fazia menção a qualquer desconforto, dor ou doença na região específica. Frise-se que as queixas referentes a dor, desconforto ou doença foram assinaladas mesmo não havendo comprovação nos autos, portanto, optou-se nesta pesquisa por dar ênfase aos depoimentos e relatos dos empregados.

Os itens acima especificados estão enquadrados em três grandes grupos: doenças mentais/psíquicas, doenças osteomusculares e doenças crônicas, classificados na seguinte forma: a) doenças mentais/psíquicas: depressão, estresse, ansiedade, síndrome do pânico, insônia, síndrome de burnout. b) doenças osteomusculares: ombro, punho, braço-antebraço, coluna, cotovelo, mãos, dedos. c) doenças crônicas: problemas cardiovasculares, cefaleia, problemas gastrointestinais, hipertensão, arritmias cardíacas, audição, voz, visão.

As evidências de doenças relacionadas ao método de gestão apontadas no estudo podem ter sua origem na política neoliberal e privatizante? Podemos fazer tal afirmação, pois os métodos de gestão nos bancos, públicos e privados, foram desenvolvidos visando ao lucro por meio de metas, quase sempre abusivas, evidenciando que são exatamente essas políticas, esse modelo de “eficiência”, que agravaram e tiraram a saúde dos empregados.

Naquele distante 17 de outubro de 2000, a dor da perda da instituição em que milhares de pais e mães de família apostaram suas vidas, investiram suas energias e dedicaram seus talentos, apenas indicava o cruel caminho que seria percorrido por aqueles e aquelas que não aderiram aos planos de demissão “voluntária”, permaneceram no emprego e tiveram de aprender, absorver e resistir à “cultura de um banco privado”.

Vandira Martins de Oliveira

*Foi bancária do Banestado, lotada na agência Centro Cívico em 2000
Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue. Extensão em Economia
do Trabalho e Previdência Privada. Estudante de Direito
É Secretária Executiva da Região Leste, Sudeste e Sul da
Fetec-CUT/PR e do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região*

Ana Fideli

Bancária do Itaú e dirigente sindical

CPI do Banestado na Assembleia Legislativa do Paraná: a preocupação dos despreocupados

O processo de privatização do Banestado foi longo o suficiente para que os deputados paranaenses abrissem os olhos para os desmandos e irregularidades que culminaram com a venda do banco em 17 de outubro de 2000. Assim, uma CPI instalada após a concretização do processo poderia ser encarada como hipocrisia dos chamados representantes do povo, ou de fato seria uma forma de remediar os estragos resultantes do processo?

Não pretendemos responder à pergunta, visto que para isso seria necessário uma análise mais aprofundada de documentos que cobrem um longo período da história recente, porém nos propomos a destacar alguns fatos que demonstram o descaso diante do patrimônio público.

Memória

Quando se ouve sobre a “dívida do Banestado”, imagina-se dívidas feitas pelo banco. Entretanto, a dívida que o saneamento e privatização do Banestado deixaram ao estado do Paraná foi gerada pelo endividamento dos clientes junto à instituição e mesmo o seu uso para execução de programas e políticas dos sucessivos governos que ocuparam o Palácio Iguaçu.

O projeto de privatização dos bancos estaduais era acalentado por autoridades monetárias desde a década de 1980, e só não aconteceu pela forte presença de governadores de oposição ao governo federal. Os governadores de oposição burlavam a falta de repasses federais usando os caixas dos bancos estaduais para execução de políticas públicas e de infraestrutura e com isso comprometiam a solidez dessas instituições, gerando problemas para a União, que, para não gerar instabilidade no sistema como um todo, fazia os aportes necessários.¹

1 - SALVIANO JÚNIOR, Cleofas. **Bancos Públicos** – dos problemas crônicos ao Proes. 2002. p. 50. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/https/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf Acesso em 13 ago. 2020.

Os governos estaduais sempre usaram os bancos estaduais para fazer política, no sentido mais amplo da palavra. Porém, muitas operações feitas sem as devidas garantias, privilegiando um ou outro grupo econômico, foram acumulando inadimplências e gerando instabilidades. No artigo *Plano real, privatização dos bancos estaduais e reeleição*, Ricardo Borges Gama Neto escreve que “os governos estaduais, democraticamente eleitos a partir de 1982, pressionados pelas demandas da sociedade civil e da falta de mecanismos de financiamento decorrentes da crise fiscal do Estado nacional, passaram a ser financiados através da emissão de títulos e debêntures dos tesouros estaduais, empresas estatais, operações de Antecipação de Receita Orçamentária (AROs) e, principalmente, dos bancos estaduais que funcionavam como pequenos emissores de “quase-moeda”, impedindo que políticas de estabilização macroeconômicas elaboradas e executadas pelo governo federal fossem efetivadas”.²

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso toma posse na Presidência da República com propostas neoliberais e uma agenda abertamente privatizante, e nos principais estados foram eleitos governadores alinhados com o pensamento de FHC. O cenário torna-se favorável ao projeto de desestatização do sistema financeiro, começando pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro. Em 7 de agosto de 1996, o Ministério da Fazenda anuncia a edição da Medida Provisória 1.514, que cria o Proes – Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária. Os principais instrumentos do programa eram linhas de financiamento do governo federal aos estados, que, em contrapartida, obrigava à adoção de algumas medidas frente às instituições financeiras, tais como saneamento, extinção, privatização, transformação em agência de fomento, federalização seguida de extinção ou privatização. Com o Banestado, o governo Lerner optou pelo saneamento e privatização.

As políticas de privatização do governo FHC atingiram em cheio as empresas estatais e em especial os bancos estaduais, que antes já haviam sido considerados “excrecências” pelo então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 25 de setembro de 1994.³

2 - Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/12.pdf> Acesso em: 13 ago. 2020 p. 4.

3 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/25/brasil/15.html> Acesso em: 13 ago. 2020. O Ministro era Ciro Gomes.

Até 1997, o Brasil possuía 25 bancos comerciais e múltiplos, duas caixas econômicas e cinco bancos de desenvolvimento controlados pelos governos de seus respectivos estados. A partir daquele ano, os governadores se desfizeram dos bancos estaduais sob a alegação de que teriam mais recursos para a saúde, educação e segurança, argumento expresso nos editais de leilão.

O Proes custou R\$ 73 bilhões aos cofres públicos e, longe de resolver o problema dos estados, gerou novas dívidas, pois o programa transferiu aos estados a chamada “parte podre”, que eram os créditos de difícil recuperação ou créditos em liquidação. O valor arrecadado com a venda dos bancos estaduais entre 1997 e 2002 foi de R\$ 11 bilhões. Os bancos privados ficaram com instituições totalmente saneadas, e os estados com a quase impossível missão de cobrar essas dívidas, além de assumirem a conta final.

O governo Jaime Lerner aderiu ao Proes, o programa tinha algumas premissas, entre as quais a liquidação do banco estadual, privatização ou saneamento. O Banestado teve o terceiro maior volume de financiamento com os recursos. O Banestado teve o terceiro maior volume de financiamento com os recursos do Proes superado pelos financiamentos realizados para o Banespa (R\$ 45,5 bilhões) e Nossa Caixa Nosso Banco (R\$ 11 bilhões), mostrando a dimensão do tamanho da dívida assumida pelo estado do Paraná. Porém, o contrato de financiamento junto à União deixou uma dívida aos cofres do estado. Em 1998, o estado do Paraná contraiu dívida de R\$ 5.665.135.550,66 com a União para sanear o Banestado e privatizá-lo, o acordo com a União foi assinado em 31 de março de 1998, com prazo de 30 anos, com juros prefixados de 6% e correção monetária pelo IGP-DI, com limite de comprometimento da receita líquida real de 13%. Com esse empréstimo, o governo Lerner se comprometia a adquirir os títulos públicos no valor de R\$ 350 milhões dos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, e das prefeituras de Osasco e Guarulhos, que pertenciam ao banco. Essa negociação foi propiciada pela resolução 98/1998 do Senado Federal e seu objetivo era tirar a “parte podre do banco” para depois privatizá-lo. A dívida contraída pelo estado deveria começar a ser quitada a partir de 1999. Esse é outro capítulo desta história.

O Banestado era um banco estadual com 72 anos de existência, em 1996, contava com 392 agências, 12.886 funcionários, seu patrimônio líquido era de R\$ 453.987.279,20 possuindo ativos na ordem de R\$ 6,11 bilhões. Para privatizá-lo, o governo Lerner seguiu a cartilha do governo federal e do Banco Central. Trâmites seguidos, o consórcio contratado para avaliação estabeleceu que o preço de venda seria de R\$ 434,88 milhões. Após três anos de tratativas e em meio a uma greve dos funcionários, o banco foi leiloadado em 17 de outubro de 2000, e pelo valor de R\$1,6 bilhão o Banco Itaú levou a instituição financeira do estado do Paraná.

No ano de 2003, novos governos estaduais e federal foram empossados, governos esses que se colocaram em oposição aos que governaram anteriormente e, portanto, responsáveis pelo processo de privatização do Banestado, sobre o que pairavam dúvidas se realmente o banco precisava ser vendido e se o preço pago pelo Banco Itaú foi justo. Com novos governos, o que se esperava era que os fatos que levaram à entrega do patrimônio público fossem investigados, passados a limpo e os responsáveis punidos. O que se queria era que o novo governo verificasse os detalhes que levaram à privatização e se de fato, além de operações desastrosas, ocorreram crimes contra a instituição pública. Operações desastrosas devem ser diferenciadas de operações criminosas feitas para empresas fantasmas, ou ainda fora dos padrões estabelecidos pelo sistema financeiro.

Surgiram as denúncias da evasão de divisas e remessas de recursos ao exterior pelas contas CC5 através do Banestado. Outros bancos também foram usados para prática desse ilícito, porém a expressão “escândalo do Banestado” ficou gravada porque foi pela agência Banestado de Foz do Iguaçu que passaram parte dos recursos, e ali começaram as investigações na esfera federal, denunciadas pelo Procurador da República Celso Trêz e comandadas pelo delegado da Polícia Federal José Castilho Neto. No esquema revelado nas investigações, políticos, empresários e profissionais liberais usaram doleiros e laranjas para remeter dinheiro para paraísos fiscais entre 1996 e 2003, fraudando o sistema legal de remessa pelas contas internacionais conhecidas como CC5. O MPF em Foz do Iguaçu descobriu a fraude porque a agência local do Banestado enviou para a agência de Nova Iorque cerca de 30 bilhões de dólares – o total com outros bancos chegou aos 124 bilhões.

CPI Estadual

O cenário político nacional fervilhava com a possibilidade de instalação de uma CPI que trouxesse à tona os nomes e grupos que enviaram recursos ilegais ao exterior usando o Banestado. No Paraná, o deputado Neivo Beraldin propõe uma CPI que, segundo ele, foi motivada pela atmosfera criada no Congresso Nacional.

“A iniciativa foi tomada em virtude das notícias veiculadas na imprensa nacional, com relação à lavagem de quase 30 bilhões de dólares através do Banco do Estado do Paraná. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que durou nove meses, composta por 11 membros e presidida pelo deputado Neivo Beraldin, passou a funcionar efetivamente no dia 17 de março de 2003. A CPI do Banestado foi dividida em quatro módulos: saneamento, privatização, quebra e CC5 (para apurar as remessas de dinheiro do Brasil para o exterior via Banestado). Depois de muito trabalho e 43 reuniões, o relatório final da CPI foi apresentado no dia 24 de novembro. Muitas pessoas foram presas e até hoje tem gente que responde processo por conta das investigações.”⁴

Assim, a CPI do Banestado na Assembleia Legislativa do Paraná teve o propósito de responder a três perguntas: – Por que o Banestado quebrou? – Por que ele foi saneado? – Por que, depois de saneado, foi vendido?

Verificamos que, apesar das motivações do deputado terem sido despertadas pelas denúncias da evasão de divisas, a CPI estadual ficou mais centrada nas questões ligadas à quebra do banco, operações irregulares e os atos que envolveram a privatização, tendo os responsáveis pelas investigações das remessas ilegais uma participação nesta também, quando o delegado Castilho fez uma série de alertas sobre o uso do banco para as práticas criminosas e as tentativas de acobertamento de nomes que praticaram os ilícitos.

Cabe informar que as entidades sindicais, especialmente o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, acompanharam os principais depoimentos na tentativa de identificar fatos, até então não revelados, que pudessem de alguma forma contribuir para uma ação mais efetiva na busca

4 - Disponível em: <https://www.neivoberaldin.com.br/cpi-banestado/> Acesso em: 12 ago. 2020.

por justiça, porém, a maioria dos depoentes na CPI da Assembleia Legislativa do Paraná procuraram se isentar de quaisquer responsabilidades, alguns chegaram a insinuar que o Banco Central teria responsabilidade na quebra do banco por não ter feito uma intervenção a tempo de evitar o agravamento da situação. Contudo, Tereza Cristina Grossi Togni, ex-diretora de Fiscalização do Banco Central, em seu depoimento, negou a responsabilidade do BC, declarando que “eu não concordo com a tese de que o Banco Central é responsável por isso, os responsáveis são os gestores, as pessoas que tomaram decisões de fazer operações danosas para o Banestado. São essas as pessoas que têm que ser responsabilizadas e não o Banco Central.”⁵ Ela depôs em 16 de abril de 2003 e afirmou que “só após 1997 o Banco Central pôde fiscalizar os bancos públicos e que o ambiente político nas instituições sob gestão de governos estaduais e federal não davam condições ao BC para fiscalizar”. Ela também declarou que o Banco Central abriu inúmeros processos e enviou denúncias ao Ministério Público Federal, pedindo a apuração das irregularidades.⁶ Para quem não acredita em coincidências, foi muito estranho ver Tereza Cristina Grossi Togni como membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. entre fevereiro de 2004 e novembro de 2008.

Outro depoimento acompanhado com grande expectativa foi de Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú, por conta de suas declarações aos acionistas no dia da privatização. Na ocasião, ele afirmou “que os créditos fiscais do Banestado vão reduzir o preço pago pelo banco para R\$ 1 bilhão”. O Itaú comprou o Banestado por R\$ 1,625 bilhão. No entanto, o banco paranaense tinha, em 31 de março de 2000, créditos fiscais não contabilizados de R\$ 1,751 bilhão devido ao prejuízo acumulado nos últimos anos. A avaliação do Itaú é que poderia abater, ao longo de vários anos, R\$ 600 milhões em impostos com esses créditos. “O preço foi, aparentemente alto, mas estamos muito confortáveis com o valor pago”.⁷ O Itaú pagou um ágio de 302,81%, e o que o povo paranaense precisava saber é por que a precificação não levou em consideração os créditos tributários e uma das questões da CPI era exatamente essa. Porém, em seu depoimento à CPI no

5 - Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MarceloBancalero/cpi-banestado-relatrio-final-112003> Acesso em: 13 ago. 2020.

6 - Revista dos Bancários, maio 2003.

7 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1810200003.htm> Acesso em: 14 ago. 2020.

dia 7 de agosto de 2003, Roberto Setúbal falou que não sabia exatamente e, respondendo à pergunta sobre sua declaração feita no dia do leilão, que seria recuperado aproximadamente R\$ 600 milhões em crédito tributário do Banestado, uma vez que os créditos tributários não estavam contabilizados no balanço do Banestado e foram precificados na venda por apenas cerca de R\$ 61 milhões, disse à CPI: “não nos apegamos ao processo e ao modelo de avaliação do Banco Fator. Tínhamos o nosso modelo, tanto é que chegamos a valores muito maiores. Consideramos tudo isso, a marca, o fundo de comércio, as contas do Paraná. Tudo isso está considerado nesse valor de um bilhão e seiscentos. O crédito tributário e tudo o mais. A avaliação do vendedor é diferente do comprador e cada comprador tem uma avaliação diferente, tanto é que cada um faz uma proposta por preço diferente. Na realidade, a nossa avaliação considerou todos esses aspectos”. Ele disse, ainda: “o banco paranaense foi privatizado por causa de má gestão e do endividamento do estado com a instituição financeira”. Ele não citou nomes dos eventuais responsáveis, mas afirmou que, ao comprar o banco, em outubro de 2000, encontrou “dificuldades muito maiores” do que aquelas que foram levantadas antes da privatização, para ele: “a privatização foi bastante positiva porque o governo do estado conseguiu alongar uma dívida que, sem a privatização, ele teria de pagar num prazo menor”. O que ficou evidente a partir da CPI e da confrontação com o depoimento do presidente do banco comprador é que a avaliação do Banestado feita pelo consórcio CCF, se considerarmos somente o que se refere aos créditos tributários, ficou muito abaixo da realidade.

De fato, o Banestado foi muito mal conduzido, em seus sucessivos presidentes e diretorias. Entre eles, podemos citar a gestão de Manoel Garcia Cid, cuja passagem pelo banco entre 1997 e 1999 foi questionada durante sessão da CPI. No relatório final, a CPI revelou que o depoimento de Manoel “evidencia não ser pessoa indicada para presidir qualquer instituição financeira, visto que era afeito ao agronegócio apenas, e que ele não passava de um fantoche nas mãos do governador que o escolheu [...]”⁸

Giovani Gionédís, então secretário de Estado da Fazenda e presidente do Conselho de Administração do Banestado, durante todo o processo

8 - Relatório final da CPI do Banestado, p. 163.

de privatização, só depôs em 11 de novembro de 2003 por força de decisão judicial de condução coercitiva. Seu depoimento mostrou que não havia qualquer compromisso ou responsabilidade com o patrimônio público, e que ele esteve ausente das principais reuniões da Comissão de Privatização, tendo conduta omissa durante todo o processo.⁹

A CPI também contratou o perito Zung Che Yee para analisar todos os documentos do processo de privatização, as conclusões finais do laudo foram, resumidamente, as seguintes:

- A comissão designada para conduzir o processo de privatização deixou o processo nas mãos do consórcio CCF;
- Irregularidades operacionais que, pela privatização e liquidação a qualquer preço, fariam desaparecer os reais responsáveis;
- Conflitos de interesse, diretor de privatização e advogado de empresa com enormes débitos junto ao banco;
- Desconhecimento dos membros da comissão sobre o que estavam fazendo;
- Preço achatado para parecer que o leilão teve ágio;
- Ingerência do Banco Central na indicação do vice-presidente do banco;
- Indícios de que a Comissão Especial de Licitação demonstrou interesse em favorecer a empresa vencedora;
- Favorecimento de terceiros nos processos de cobrança e advogados (funcionários do banco).

Foram oito meses de investigação e 43 reuniões e, no dia 24 de novembro de 2003, os membros da CPI apresentaram o relatório dos trabalhos com 1.142 páginas. O Sindicato dos Bancários de Curitiba realizou um protesto dentro da Assembleia Legislativa, denunciando que o resultado esperado foi muito menor do que todo o processo sugeria.

O relatório final responsabiliza o Banco Central, o Tribunal de Contas do Paraná e o governo Jaime Lerner pelos prejuízos causados no processo de saneamento e privatização do banco. Todavia, não citou nomes de ex-direto-

9 - Relatório final da CPI do Banestado. p. 1029.

res que tiveram participação direta na má gestão do banco. O nome de Jaime Lerner também foi poupado, sendo referido apenas como “governo anterior”.

O documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal e Estadual, ao juiz da 2ª Vara Federal Criminal, que trata dos crimes contra o sistema financeiro, e à Procuradoria Geral do Estado. Segundo informações, o documento sugeria que o governo estadual e o MP movessem duas ações de indenização, uma contra o Banco Central no valor de R\$2 bilhões (valores da época) por omissão no controle das operações do banco e outra contra o BC e a Caixa Federal no valor de R\$ 221 milhões por valores pagos à CAIXA em taxas de juros superiores às praticadas.

O relatório criticava o fato de o BC não ter feito a intervenção quando o banco apresentava um passivo de R\$ 2,6 bilhões (valores da época) e, posteriormente, aprovar um empréstimo de R\$ 5,6 bilhões (valores da época) para saneamento que comprometeria o caixa do estado.

O relatório destacou, também, o prejuízo de R\$ 43,5 milhões, causado por títulos do estado do Paraná no valor de R\$ 621 milhões que estavam em posse do Banestado e da Banestado Corretora em 31 de dezembro de 1998, provando o uso político e os interesses do governo estadual, que “usou o banco e a Corretora como instrumento de captação para os cofres do estado, gerando dificuldades para as instituições, que não conseguiam revender os títulos do estado, sendo obrigados à recorrerem ao financiamento junto a outras instituições financeiras, pagando juros superiores aos rendimentos oferecidos pelos papéis...”¹⁰

O relatório destacou financiamentos feitos às montadoras Renault e Volkswagen do Brasil como exemplos de má gestão. Os empréstimos às duas montadoras somavam R\$ 145 milhões (valores da época) e foram concedidos sem que as empresas precisassem pagar juros, correção monetária, sem quaisquer encargos ou comissões ao final do prazo concedido (de 10 anos para a Renault e 26 anos para a Volkswagen).¹¹ Enfim, negligência ou crime, entre os 130 maiores devedores, apenas 34 estavam em execução, sendo que o volume de crédito concedido a esses devedores entre 1993 e 1996 somava R\$ 122.913.440,27.

10 - Relatório final da CPI do Banestado. p. 686.

11 - *Revista dos Bancários*, dez. 2003 e Relatório final da CPI do Banestado. p. 694.

A CPI pediu o indiciamento de 17 ex-diretores, acusados de gestão temerária, ou seja, empréstimos, financiamentos e leasing a empresas sem garantias e sem condições de honrar a dívida. A carteira de créditos duvidosos ou de difícil recuperação, que somava R\$ 379 milhões, possuía 130 que chamavam a atenção por representar 33% do valor total. O Banco Central teria feito levantamento e apontado as irregularidades, a CPI selecionou 54 delas, que envolvia 11 grupos empresariais. Esses créditos de recuperação duvidosa e o destino dado a eles deveriam ser alvo de uma grande investigação, porém o então juiz da 2ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, considerou sigilosas as informações sobre essas empresas.¹²

Poderíamos relatar inúmeras entre as centenas de operações duvidosas que foram levantadas durante a CPI estadual. Grande parte dessas operações já havia sido denunciada anteriormente, como por exemplo, as denúncias feitas à Comissão de Valores Mobiliários em 2000 pela conselheira eleita pelos funcionários, e se dividia em três grupos de operações: Algaci, DM e Xingu. A CVM – Comissão de Valores Mobiliários, condenou os acusados apenas no primeiro caso, por considerar que as operações para as construtoras DM e Xingu eram operações comuns e que passaram por todos os trâmites. Em relação às chamadas “Operações Algaci”, a CVM considerou que os diretores violaram o dever de diligência da Lei das S.A., além de praticar desvio de poder e ato de liberalidade às custas da companhia. O caso envolve, segundo a CVM, o favorecimento de quatro empresas ligadas ao radialista e então deputado estadual Algaci Túlio, por meio da liquidação irregular de dívidas com descontos excessivos e uso de precatórios do estado do Paraná. O problema envolveu 17 operações de crédito, somando R\$ 3,3 milhões (a valores de 1998). A CVM condenou 11 ex-executivos e funcionários do antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado), de um total de 28 acusados por atos ilegais na instituição financeira, em operações realizadas entre maio de 1996 e novembro de 1998. As multas somam R\$ 2,9 milhões.¹³

Outras tantas operações foram denunciadas às autoridades, sem, entretanto, terem o resultado esperado. O que demonstra que o alerta foi

12 - Relatório final da CPI do Banestado. p. 1028.

13 - Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,cvm-condena-11-ex-executivos-do-banestado-a-pagar-multa-de-r-2-9-mi,145239e> Acesso em 14 ago.2020.

dado, mas que naquele período histórico (1995 a 2000) era conveniente para o poder público a manutenção do desregramento e da impunidade acerca dos assuntos que envolviam a depreciação do banco público estadual. Ao final, os recursos levantados com a privatização foram usados para abater a dívida do estado com a União.

Para a opinião pública, a CPI estadual acabou confundindo-se com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instalada no Congresso Nacional para investigação de remessas ilegais ao exterior por meio de contas CC5, e os fatos levantados durante os depoimentos e análises documentais foram ofuscados pela CPMI devido ao volume astronômico de recursos ilegais que transitaram por essas contas em todo o sistema financeiro.

Quanto às três perguntas colocadas pelo presidente da CPI, por que quebrou? Por que foi saneado? Por que, saneado, foi vendido? As conclusões apontadas no relatório dão conta de que o banco quebrou pela má gestão, foi saneado e vendido como forma encontrada pelo governo estadual para esconder as irregularidades cometidas contra o patrimônio público.

Acreditamos que as perguntas foram, sim, respondidas. No entanto, os nomes dos responsáveis foram ocultados, e a punição alcançou agentes de menor expressão na cadeia decisória. Foi saneado para facilitar ao comprador que, como sabemos, a cada ano vê os lucros subirem na casa dos bilhões. Foi saneado e vendido justamente para ocultar o que poderia ser revelado com as mudanças nos rumos políticos do país.

Marisa Stedile

Conselheira, eleita pelos funcionários, do Conselho de Administração do Banestado entre 1999 e 2000

Presidenta do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região entre 2002 e 2008

A privatização do Banestado, um estudante de jornalismo e as CPIs que terminaram em pizza

Quando a idade corroer a memória e apagar as lembranças mais triviais do cérebro, tenho certeza de que ainda preservarei dois fatos que marcaram a minha vida nos idos de 2000: o ano em que saí do interior para cursar jornalismo na capital do Paraná e a privatização do Banestado.

Até então, não tinha uma relação próxima com o banco estatal, nada além do que qualquer cidadão paranaense comum: as recordações do co-frinho em formato de porquinho na infância e de um parente funcionário do banco. Era um primo de segundo grau lá de Cascavel que vez ou outra quebrava um galho quando eu era adolescente e trabalhava de office boy.

Quando cheguei a Curitiba, minha conexão com o Banestado ficou mais intensa. Na verdade, não com a instituição financeira, mas com a luta dos trabalhadores bancários contra a privatização. Naquela época, costumava perambular pelo centro da cidade, deslumbrado pela quantidade de gente e as agitações sociais que aconteciam, coisa de interiorano na capital.

Numa dessas andanças, deparei-me com uma manifestação do Sindicato dos Bancários. Como engatinhava nas minhas primeiras pautas, resolvi me aproximar e conversar com as pessoas que discursavam sob a amplificação de um carrinho de som movido a gerador e puxado à mão – a célebre “Pipoqueira dos Bancários”. Foi assim que conheci a Marisa Stedile, o Roberto Von Der Osten, o Gustavo Erwin (Red) e tantos outros lá do Sindicato. Mal sabia que, mais tarde, essas pessoas fariam parte da minha formação profissional e se tornariam grandes amigos meus.

Nas conversas com os dirigentes, a causa pareceu mais do que justa e fui convidado a ir ao Comitê em Defesa do Banestado, montado a uma quadra da Sede do Sindicato, ali na Praça Osório. Apareci por lá e peguei um maço de panfletos e adesivos. Levava esse material para as aulas e distribuía entre os alunos.

Na manhã do fatídico dia 17 de outubro de 2000, data da privatização do Banestado, eu e mais alguns colegas pressionamos o coordenador do curso para que nos liberasse das aulas a fim de irmos até a frente do prédio que abrigava a extinta Bolsa de Valores do Paraná, na Rua Marechal Deodoro. Nossa alegação foi acompanhar jornalisticamente o episódio, mas na realidade estávamos mais interessados em participar do protesto. Tanto que no dia seguinte fomos flagrados na foto da capa do jornal *Folha de Londrina* exibindo cédulas de R\$ 1 junto ao cordão de isolamento montado pela Tropa de Choque da Polícia Militar, em alusão à entrega de um patrimônio público aos interesses privados.

O Itaú adquiriu o Banestado por R\$ 1,6 bilhão, logo após o estado ter injetado R\$ 5,1 bilhões para sanear o banco. Saímos do protesto com aquele gosto amargo da derrota. Ainda levamos uma bronca dos professores do curso por aparecermos no jornal como manifestantes, mas para nós era vida que seguia, diferente do que viria a acontecer com os trabalhadores do banco. Demissões e fechamento de agências era o cenário esperado, e que se concretizou. Naquele tempo, existiam pouco mais de 7 mil banes-tadenses. Dados de 2019 mostram que restam menos de 500 trabalhadores do antigo Banestado na folha de pagamento do Itaú.

Minha trajetória junto aos bancários foi retomada em 2002. Uma vaga de estágio divulgada no CIEE/PR (Centro de Integração Empresa-Escola) me chamou a atenção e corri atrás. A Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (Fetec-PR) buscava um estudante universitário para auxiliar no seu departamento de comunicação. Vagas para estágio de jornalismo eram raras e sabia que muitos concorreriam. Fiz a entrevista e acabei sendo selecionado. Fiquei lá por mais de um ano. Ao final do estágio, a Áudrea, minha chefe na Fetec-PR, revelou o motivo da minha admissão. Segundo ela, quando perguntaram por que eu fazia aquele curso, respondi que enxergava o jornalismo como um instrumento capaz de promover as mudanças sociais necessárias para um mundo melhor. Confessou-me que naquele momento cutucou o então presidente da Fetec-PR, Adilson Stuzata, também presente na entrevista.

O estágio na Fetec-PR foi fundamental na minha formação profissional e construção de concepção de mundo. Foi quando compreendi a

luta de classes e comecei meu desenvolvimento enquanto sujeito político. Posteriormente, com a graduação concluída, trabalhei na Central Única dos Trabalhadores (CUT-PR) por 10 anos e hoje estou na comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina, e também assessoro outras entidades de classe.

No último semestre do meu estágio, a Assembleia Legislativa do Paraná instaurava uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a evasão de divisas ao exterior através do Banestado. Entre os anos de 1996 e 1999, foram retirados indevidamente do país mais de US\$ 30 bilhões por meio das famosas contas CC5, criadas pelo Banco Central para viabilizar a remessa legal de dinheiro para fora do país. O Banestado foi utilizado como uma grande lavanderia de dinheiro. O caso ficou conhecido como o maior esquema de corrupção da história do Brasil.

A CPI da Alep não resultou em muita coisa. Um trambique tão grande envolvia gente poderosa, inclusive da classe política local, mas também extrapolava os limites territoriais do Paraná. Em junho de 2003, foi a vez do Congresso Nacional criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o caso Banestado, formada por 16 deputados e 16 senadores. O dualismo PT e PSDB disputava a escalação na CPMI.

O objetivo da Comissão era investigar como os fraudadores agiam para driblar a lei e remeter bilhões ao exterior, principalmente a partir de uma agência do Banestado de Foz do Iguaçu. Os trabalhos parlamentares duraram 18 meses, mas não terminaram como a sociedade esperava. A Comissão foi encerrada sem que o relatório final do deputado José Mentor (PT-SP) fosse votado.

O parecer definitivo da relatoria indicava a realização de 91 indiciamentos. Nomes de pessoas importantes, como o do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, figuravam na lista.

O relatório da CPMI recebeu mais de 50 sugestões de mudanças na redação. José Mentor disse à época que o documento só incluía nomes que apresentavam indícios suficientes para a incriminação, segundo as respectivas investigações.

Muitas manobras políticas foram feitas para evitar a votação do relatório. A mais escancarada foi a data da sessão final, marcada para 27 de dezembro de 2004, uma segunda-feira de final de ano, em pleno recesso parlamentar.

O prazo final da CPMI do Banestado foi marcado por polêmicas e divergências. Para o relator, os trabalhos iriam até 27 de fevereiro de 2005. Já para o presidente da Comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o prazo acabaria na controversa data entre as festividades de final de ano. Prevaleceu a posição do presidente.

Sem a votação do relatório, a documentação da CPMI foi encaminhada ao Ministério Público, mas sem a rubrica do Congresso Nacional. O volume de dados obtidos a partir da quebra do sigilo das bases de dados de várias instituições financeiras envolvidas impressionava. A Comissão recebeu informações de 1,6 milhão de movimentações feitas por cerca de 500 mil pessoas físicas e jurídicas. Muito para quase nada.

No judiciário, as expectativas diante de um escândalo de tamanha proporção também não foram contempladas.

Atualmente, passados 20 anos da privatização do Banestado, muitas dúvidas ainda pairam no ar quando o assunto é a corrupção. Por que pouquíssimos foram condenados pela lavagem de dinheiro através das contas CC5? Parlamentares teriam agido para blindar os investigados? A venda do banco foi uma tentativa de abafar o caso pelo governo do estado?

Já quando o tema é a consequência da privatização para os banes-tadenses, existem mais certezas: precarização do trabalho, demissões e a saudade de outros tempos.

Pra que lado a corda sempre arrebenta mesmo?

Davi Macedo

Jornalista e especialista em comunicação política e imagem

Privatização do Banestado: impactos no orçamento do estado

Síntese da linha do tempo da agonia do Banestado (1994-1997)

Em 1996, o Banestado era a sexta maior instituição financeira estadual em valor de ativos (R\$ 6 bilhões), atrás apenas do Banespa (R\$ 63 bilhões), Nossa Caixa (R\$ 10 bilhões), Banrisul (R\$ 10 bilhões), Credireal (R\$ 8,5 bilhões), Banerj (R\$ 8 bilhões).

Era a terceira maior instituição em número de funcionários (12.886), superado apenas pelo Banespa (34.872) e Nossa Caixa (13.403).

Quatro anos depois, o Banestado foi privatizado. A situação do Banestado começou a se deteriorar após o Plano Real, até esse momento (julho/94), as perdas com a má gestão na concessão de créditos eram ocultadas pelos ganhos inflacionários.

Os levantamentos do Banco Central e da CPI Banestado atribuem a deterioração do Banco à má gestão de sua administração, do governo do estado do Paraná e do próprio Banco Central. O órgão regulador realizou a Inspeção Global Consolidada – IGC e apontou contratos deferidos acima dos limites ou com limite inexistente para clientes com restrições cadastrais, com garantias insuficientes e sem condições para deferimento. Foram analisadas operações de 162 clientes e foram identificadas 738 irregularidades em 525 operações, 93% dos negócios com esses clientes apresentaram algum tipo de irregularidade, com perdas para o banco através de crédito mal concedido, concessão de descontos indevidos e recebimento de precatórios por conta de quitação de contrato.

Em 1997, é registrado o primeiro prejuízo após o Plano Real, o Banco registrou lucro em 1994, 1995 e 1996 de R\$ 37,5 milhões, R\$ 40,2 milhões e R\$ 12,9 milhões, respectivamente, e prejuízo em 1997, 1998 e 1999 de (- R\$ 278,7 milhões), (- R\$ 2,860 bilhões) e (- R\$ 535 milhões), respectivamente.

Tabela 01 – Lucro e Prejuízo do Banestado

Ano	Lucro	Prejuízo
1994	R\$ 37,5 milhões	
1995	R\$ 40,2 milhões	
1996	R\$ 12,9 milhões	
1997		(R\$ 278,7 milhões)
1998		(R\$ 2,861 bilhões)
1999		(R\$ 535,1 milhões)

Fonte: BCB e CPI Banestado

A redução do nível de liquidez preocupou o Banco Central, os diretores do Banestado foram convocados em 27 de dezembro de 1994 para firmarem um Termo de Comparecimento.

Em 5 de janeiro de 1996, o governo do estado apresentou ao Banco Central um plano de diretrizes e metas que contemplava: aumento do capital social; alienação da reflorestadora; intensificação da cobrança e recuperação de créditos perdidos; redução da estrutura administrativa; redução dos gastos com publicidade e propaganda; adequação da estrutura das operações aos prazos e taxas de captação.

Em 31 de outubro de 1996 e 30 de dezembro de 1996, foram convocados pelo Banco Central, respectivamente, diretores da Banestado Leasing e do Banco para firmarem outro Termo de Comparecimento, comprometendo-se a cumprir com os dispositivos da Resolução 1748 que estabelecia critérios para inscrição de valores em créditos em liquidação e provisão para esses créditos, com correta classificação e provisionamento.

O projeto de saneamento do Banestado

Em 18 de dezembro de 1997, o governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa do Paraná – Alep, o Projeto de Lei 741/1997 através da mensagem nº 123/97, solicitando autorização para refinanciamento da dívida do estado e de recursos para o saneamento do Banestado no montante

de até R\$ 1,460 bilhão para refinanciamento da dívida mobiliária (R\$ 475 milhões), refinanciamento da dívida do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE junto ao Banestado (R\$ 575 milhões) e aquisição de Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS do Banestado, Proagro e securitização das operações rurais (R\$ 410 milhões).

O Art. 2º do Projeto de Lei também autorizava o estado a adquirir ativos e assumir passivos do Banestado até o valor de R\$ 840 milhões para:

- a) até R\$ 580 milhões para financiamento do saneamento do Banestado;
- b) até R\$ 260 milhões para assunção de passivos do Banestado junto ao Banco do Brasil e CEF.

O estado também ficava autorizado a proceder com aumento de capital no Banestado de até R\$ 1,2 bilhão, o Projeto de Lei tramitou e foi votado em dois dias, convertido na Lei 11.961/1997.

Esse pacote financeiro, que totalizou valores na ordem de R\$ 2,3 bilhões, visava renegociar a dívida mobiliária do Paraná, trazer liquidez para o Banestado, alongar dívidas de curto prazo e dar suporte na redefinição de um novo sistema financeiro estadual com a transferência para a Agência de Desenvolvimento da carteira de fomento.

Do saneamento à privatização

Em 17 de junho de 1998, o governo do estado encaminhou à Alep o Projeto de Lei 238/1998, alterando o Art. 2º da Lei 11.961/1997 que autorizava o estado a adquirir ativos e assumir passivos do Banestado, mais que quadruplicando o volume de contratação de financiamento, passando de R\$ 840 milhões previstos para R\$ 3,750 bilhões. Os recursos seriam utilizados para: pagamento de débitos do FDE junto ao Banestado; recomposição patrimonial; aquisição de ativos e capitalização; ajuste do passivo atuarial da Fundação Banestado de Seguridade Social – Funbep; suporte financeiro para atendimento ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV. Além dos R\$ 3,750 bilhões, a lei autorizava a contratação de financiamento de R\$ 100 milhões para capitalização da Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., totalizando um montante de R\$ 3,850 bilhões.

A tramitação, votação e aprovação do Projeto de Lei também foi rápida, a mensagem foi enviada à Alep no dia 17 de junho de 1998, votada em 24 de junho de 1998; sancionada e publicada em 25 de junho de 1998.

A grande mudança que ocorre entre o PL 11.961/97 e o PL 12.201/98 é que esse último previa não só o saneamento como a privatização, essa alteração está expressa na alteração que o PL 12.201/98 fez no Art. 3º da Lei anterior.

Art. 3º da Lei 11.961: “Fica o Poder Executivo, **sem prejuízo da manutenção de sua condição de acionista controlador** do Banco do Estado do Paraná S/A, autorizado a alienar ações desta instituição e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, **levados a efeito para viabilizar o saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A.**”

Art. 2º da Lei 12.201/98 “O artigo 3º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, passa a ter a seguinte redação: “Art. 3º - Fica o Poder Executivo, autorizado a alienar ações do Banco do Estado do Paraná S.A. e a não exercer seu direito de preferência na subscrição de ações que lhe cabe em futuros aumentos de capital, **levados a efeito para viabilizar o saneamento e a transferência de seu controle acionário.**”

Essa alteração é que autorizava o início do processo de privatização do Banestado.

No decorrer desse tempo, foram feitas algumas tentativas para manter o Banco sob o controle do estado, uma das propostas apresentadas à União era sanear o banco e transferir sua propriedade ao fundo previdenciário que seria criado, outra tentativa se deu com a apresentação, em 16 de outubro de 1998, de novo plano de gestão apresentado ao Banco Central, contemplando ajustes funcionais (redução de funcionários), redução de estrutura física (agências) e organizacional (direção) e viabilidade econômico-financeira do banco saneado. Outra possibilidade foi transferir o controle, mas a União não aceitou nenhuma das alternativas propostas, cobrando do estado o cumprimento do compromisso da privatização.

O leilão do Banestado

Apesar de toda a mobilização, de toda a luta, prevaleceu a privatização. O leilão do Banestado foi marcado para 17 de outubro de 2000 com preço mínimo de até R\$ 434 milhões, sendo fixado o valor mínimo final de R\$ 403 milhões correspondendo a 88% das ações (R\$ 1,296 bilhão, valor atualizado), foi ofertado R\$ 146,56 milhões aos funcionários (R\$ 471,53 milhões, valor atualizado), o resultado final foi a venda de 94,42% da participação, como pode ser observado na tabela 02.

Tabela 02 – Lucro e Prejuízo do Banestado

Descrição	Valor	Valor atualizado
Data do Leilão	17.10.2000	
Patrimônio Líquido na data do Leilão	R\$ 472,30 milhões	R\$ 1,519 bilhão
Participação Vendida	94,42% do Capital Total	
Preço Mínimo do Leilão	R\$ 403,00 milhões	R\$ 1,296 bilhão
Preço de Venda Obtido no Leilão	R\$ 1,625 bilhão	R\$ 5,226 bilhões
Oferta aos Empregados	R\$ 146,56 milhões	R\$ 471,5 milhões
Sobras	R\$ 27,70 milhões	R\$ 89 milhões
Preço Total	R\$ 1,79926 bilhão	R\$ 5,786 bilhões
Relação Preço Mínimo/PL	0,76	
Total de Ativos	R\$ 7,129 bilhão (jun/2000)	R\$ 23,710 bilhões
Crédito Tributário	R\$ 1,447 bilhão	R\$ 4,653 bilhões
Nº de Funcionários na data do Leilão	7.683	
Nº de Agências	376	
Média de Funcionários/Agência	20,4	
Adquirente	Itaú	
Local	Bolsa de Valores do Paraná	

Fonte: Banco Central do Brasil – BCB, atualizado pelo autor para 01/09/2020

Em 17 de outubro, o Banestado foi arrematado em leilão que se iniciou às 11 horas da manhã, no prédio da Bolsa de Valores de Curitiba, após disputa de lances entre o Banco Itaú, Bradesco e Unibanco. Às 11h30, os envelopes com as ofertas iniciais foram abertos, Bradesco ofereceu R\$ 710 milhões (R\$ 2,3 bilhões, valor atualizado), Unibanco ofereceu R\$ 1,251 bilhão (R\$ 4 bilhões, valor atualizado) e Itaú R\$ 1,515 bilhão (R\$ 4,9 bilhões, valor atualizado), como a diferença entre os dois maiores lances ficou abaixo de 20%, os lances continuaram, então em viva voz. O Unibanco ofereceu R\$ 1,525 bilhão e o Itaú R\$ 1,575, nova oferta foi feita pelo Unibanco R\$ 1,580, e o Itaú finalizou com a oferta de R\$ 1,625 bilhão (R\$ 5,226 bilhões), arrematando o Banestado com ágio de 303% sobre o lance mínimo (R\$ 403 milhões, 88% das ações). Todo esse valor do leilão teve que ser repassado para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN como pagamento de amortização extraordinária da dívida contraída, o adquirente teve como ganho tributário o abatimento de 30% do lucro anual do Banestado no Imposto de Renda, e a sociedade paranaense perdeu um banco estadual que teve um papel importante no desenvolvimento do estado, na viabilização de políticas de crédito regional, na geração de emprego e renda.

A dívida do saneamento do Banestado

Inicialmente a dívida para o saneamento do Banestado era prevista em R\$ 840 milhões, sendo R\$ 580 milhões para saneamento e R\$ 260 milhões para assunção de passivos, conforme fixado no Art. 2º da Lei 11.961/2017. Esse valor foi alterado pela Lei 12.201/1998 para R\$ 3,750 bilhões a valores de 31/3/98 (R\$ 13,8 bilhões a valores de 01/09/2020, corrigido pelo IPCA), autorizando o estado para utilizar no:

- pagamento de débitos do FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. e Banestado S.A. Participações Administrações de Serviços;
- recomposição patrimonial do Banco do Estado do Paraná S.A.;

- aquisições de ativos e capitalização do Banco do Estado do Paraná S.A.;
- ajuste do passivo atuarial da Fundação Banestado de Seguridade Social – Funbep;
- suporte financeiro para atendimento ao Programa de Desligamento Voluntário do Banco do Estado do Paraná S.A.

Os valores foram reajustados a partir de 31 de março de 1998 até a efetiva liberação dos recursos, fato que ocorreu ao longo de 1999, com a primeira parcela liberada em março, a segunda em junho e as demais três parcelas no mês de dezembro.

O valor assumido pelo estado como dívida para sanear o Banestado foi de R\$ 5,198 bilhões, com prazo de pagamento de 30 anos, data inicial contada a partir de 31 de março de 1998 e final em 30 de março de 2028, alterado pela Lei Complementar 156, que dilatou o prazo para mais 240 meses (20 anos), aumentando o prazo para pagamento da dívida para 2048, com isso carregaremos a dívida do Banestado por 50 anos.

O índice de correção da dívida foi fixado em IGP-DI + 6% a.a. e perdurou pelo período de 1999 a 2014, sendo alterado pela Lei Complementar 148 de 25 de novembro de 2014 para IPCA + 4% a.a. ou Selic – o que for menor –, utilizando a tabela Price. Projeções da STN apontaram para redução da dívida em R\$ 931,480 milhões com a troca dos indexadores.

Dívida que não termina – 50 anos carregando a dívida

O estado já pagou em encargos R\$ 29 bilhões, em esforço fiscal R\$ 46,6 bilhões, e ainda deve R\$ 10 bilhões.

O valor original da dívida do Banestado de R\$ 5,198 bilhões, corrigida pelo IPCA, chega hoje a R\$ 18,2 bilhões em valores de 1º de setembro de 2020, se considerarmos a equivalência da época com o ICMS esse valor chega a R\$ 45,3 bilhões como avaliado a seguir.

Ao longo desses 22 anos, o estado do Paraná pagou, em valores atualizados para janeiro de 2020 (IPCA), o montante de R\$ 12,5 bilhões em amortização, R\$ 16,1 bilhões em juros e R\$ 32,2 milhões em encargos, totalizando R\$ 28,7 bilhões em serviço da dívida e restando um saldo devedor de R\$ 10 bilhões. O prazo inicial para quitar a dívida era de 30 anos (2028) e passou para 50 anos (2048).

Comparado na equivalência com o ICMS anual (junho de 2020), o pagamento dos serviços da dívida nesses 22 anos foi equivalente a 2,06 arrecadação anual do ICMS, equivalendo a um esforço fiscal de R\$ 46,6 bilhões.

O custo da dívida do estado foi muito alto, o IGP-DI – índice utilizado para correção – ficou muito acima da variação do IPCA, enquanto o IGP-DI acumulou variação percentual de 410,06%, o IPCA registrou variação de 264,85%, além da correção houve os juros de 6% a.a. até 2014 e 4% a partir de 2015, os juros acumularam no período variação percentual 209,07%. No total os serviços da dívida custaram ao estado 1.416,18% nos 21 anos, na média anual o custo da dívida foi de 13,82%, o dobro da variação média do IPCA de 6,36%, custo real anual de 7,01% (diferença de 13,82% e 6,36%). Esse foi o sacrifício da sociedade paranaense para pagar essa decisão tomada em 1998 e concretizada em 2000.

Outra comparação importante para ver o impacto da dívida no orçamento do estado é que esse empréstimo foi o grande responsável por dobrar o estoque da dívida do Paraná, a dívida cresceu 204,2% em 2000, era de R\$ 3,06 bilhões em dezembro de 2018, e passou para R\$ 9,32 bilhões em dezembro de 2019.

Em 2000, o estado fez uma amortização extraordinária na dívida junto à União com recursos da privatização do Banestado, o valor original dessa amortização extra foi de R\$ 1,199 bilhão (a preços de 31 de dezembro de 1998), que equivale a R\$ 4,405 bilhões (a preços de 1º de setembro de 2020).

Tabela 03 – Fluxo de Pagamentos da Dívida do Banestado

ANO	Serviço da dívida	SALDO DEVEDOR	IPCA	IGP-DI	Taxa (*)	Taxa (**)	Tx Selic
Valor Inicial da dívida para custear o saneamento do Banestado – valor corrente – 1999		5.197.629.462,98					
Valor Inicial da dívida para custear o saneamento do Banestado – atualizado para setembro 2020		18.240.106.044,80					
1999	653.753.804,80	19.334.565.735,25	8,94	19,98	6,00	27,18	25,59
2000	6.161.902.046,44	14.901.779.570,26	5,97	9,81	6,00	16,39	17,45
2001	1.118.683.614,91	15.197.797.504,14	7,67	10,40	6,00	17,02	17,32
2002	1.112.655.750,73	18.210.936.574,69	12,53	26,41	6,00	34,00	19,16
2003	1.462.945.297,88	17.452.774.337,70	9,30	7,67	6,00	14,13	23,33
2004	1.290.344.993,34	16.753.185.677,88	7,60	12,14	6,00	18,86	16,24
2005	1.351.511.696,29	17.453.755.672,00	5,69	1,22	6,00	7,30	19,04
2006	1.314.536.499,94	17.681.236.961,84	3,14	3,79	6,00	10,02	15,08
2007	1.365.367.841,24	15.986.171.362,61	4,46	7,89	6,00	14,37	11,85
2008	1.378.804.459,08	16.202.388.634,90	5,90	9,10	6,00	15,64	12,48
2009	1.383.085.590,34	15.530.911.335,26	4,31	-1,43	6,00	4,48	9,92
2010	1.420.852.518,19	14.275.294.957,60	5,91	11,30	6,00	17,98	9,78
2011	1.321.888.511,72	13.859.222.405,48	6,50	5,00	6,00	11,30	11,62
2012	1.312.325.385,13	13.413.918.438,74	5,84	8,10	6,00	14,58	8,48
2013	1.321.785.312,48	12.870.385.168,36	5,91	5,52	6,00	11,85	8,21
2014	1.311.978.978,75	12.037.515.681,17	6,41	3,78	6,00	10,01	10,91
2015	1.318.159.025,61	11.884.119.594,16	10,67	10,70	4,00	15,10	13,29
2016	464.492.290,53	10.910.708.407,79	6,29	7,18	4,00	10,54	14,03
2017	288.480.663,76	10.639.184.413,81	2,95	-0,42	4,00	7,07	9,96
2018	635.093.099,19	10.577.739.526,47	3,75	7,10	4,00	7,90	6,42
2019	602.992.602,38	10.221.182.212,42	4,31	7,70	4,00	8,48	5,95
2020 (**)	97.779.820,71	10.003.170.718,38					
Total	28.689.419.803,43		264,85	410,16	209,07	1.416,18	1.330,91
Média	1.304.064.536,52		6,36	8,07	5,52	13,82	13,51

2020 – Saldo em setembro de 2020

Fonte: SEFA-PR/STN

Impacto nas finanças do estado

O estado assumiu uma dívida equivalente a duas arrecadações anuais líquidas do ICMS, isso dá uma dimensão do tamanho do desafio que foi assumido para os 30 anos seguintes (1998 a 2028), e posteriormente ampliado para 50 anos (2048). A arrecadação líquida de ICMS nos últimos 12 meses encerrada em junho foi de R\$ 22,6 bilhões, mantida a mesma proporção, o valor da dívida seria, na comparação atual, de R\$ 45,3 bilhões, fazendo esse mesmo exercício para o pagamento do serviço da dívida, o valor desembolsado em proporção do ICMS atual foi de R\$ 46,6 bilhões.

Na média anual, o Estado gastou o equivalente a 9,82% do ICMS com pagamento do serviço da dívida, aplicando esse percentual médio sobre o valor arrecadado de ICMS dos últimos 12 meses encerrado em junho, o desembolso médio, utilizando o valor atual de ICMS, chega a R\$ 2,2 bilhões/ano.

Juntamente com a renúncia tributária atual de R\$ 12 bilhões/ano (R\$ 120 bilhões em dez anos), esse é o segundo maior problema para as finanças do Paraná e, sem dúvida representa um gargalo para a ampliação dos gastos do estado, limita a ampliação das políticas públicas e sociais e de valorização do Servidor Público.

Tabela 04 – Custo do Serviço da dívida em relação ao ICMS e valor atualizado

Ano	Serviço dívida/ICMS (%)	R\$ bi do ICMS atual
Dívida Contraída para Saneamento 5.197.629.462,98 e relação com ICMS	200,36%	45,31
1999	7,66%	1,73
2000	60,20%	13,61
2001	10,33%	2,34
2002	9,52%	2,15
2003	11,39%	2,58
2004	9,88%	2,23
2005	9,87%	2,23

Ano	Serviço dívida/ICMS (%)	R\$ bi do ICMS atual
2006	9,72%	2,2
2007	9,75%	2,2
2008	8,84%	2
2009	8,95%	2,02
2010	8,61%	1,95
2011	7,33%	1,66
2012	6,90%	1,56
2013	6,30%	1,42
2014	6,02%	1,36
2015	5,89%	1,33
2016	2,15%	0,49
2017	1,28%	0,29
2018	2,88%	0,65
2019	2,73%	0,62
Total	206,17%	46,62
Média	9,82%	2,22

Elaboração: Cid Cordeiro Silva – Economista

O impacto desse gasto nas políticas sociais e dos Servidores

Passados 20 anos, o balanço do que o estado desembolsou de recursos para pagar a dívida é revelador da ironia do discurso do governador Jaime Lerner ao afirmar em entrevista para a imprensa após a realização do leilão em 17 de outubro de 2000: “não é função do governo cobrar juros. O leilão foi um sucesso, e o governo vai utilizar cada vez mais recursos para investir em educação e saúde, atribuições básicas do estado”.

Com o volume de recursos despendidos de ICMS com o pagamento de uma dívida originária de desvios de recursos e má gestão, o estado po-

deria ter incrementado e potencializado as políticas públicas com aumento considerável de serviços prestados à população, a tabela a seguir apresenta simulações desse aumento de serviços e gasto possível.

Atualizando os valores pagos com serviço da dívida em percentual do ICMS – comprometimento de 9,82% da arrecadação do ICMS com pagamento dos serviços da dívida na média dos últimos 21 anos – e transformando em valores atuais – R\$ 2,2 bilhões de média anual gasto com serviço da dívida – projetamos o incremento de gasto que algumas políticas públicas teriam nos últimos 21 anos:

- a educação poderia ter um orçamento médio anual 34,38% maior que o realizado na média anual dos últimos 21 anos;
- na saúde, o acréscimo seria de 41,51% a mais para cada um dos anos do período; ou
- no ensino superior o incremento seria de 104,76%; ou
- transporte aumentaria o investimento em 223,12%; ou
- agricultura teria um orçamento 393,56% maior que o realizado nos últimos 21 anos; ou
- gestão ambiental poderia ter gasto 940,17% a mais anualmente com os recursos destinados ao pagamento da dívida; ou
- ciência e tecnologia poderiam ter investimento 1.111,11% maior na média anual; ou
- poderia ser destinado 1.189,19% a mais de orçamento para habitação nos últimos 21 anos; ou
- investimento em cultura poderia ser 2.933,33% maior anualmente nos últimos 21 anos; ou
- destinar para o investimento um orçamento anual de 84,62% maior nas últimas duas décadas.

Mesma leitura pode ser feita quando se projeta o gasto anual de 2019 para o período de 21 anos, a tabela nos mostra quanto por cento o pagamento da dívida representou do gasto de cada função na totalidade dos gastos dessas funções nos últimos 21 anos.

Tabela 05 – Incremento de gasto com políticas públicas – média anual 21 anos

Função	Gasto 2019	Novo Gasto	% de Aumento	Projetado 21 anos	Gasto Com Dívida	Dívida/ Projeção
Educação Básica	6,400	8,600	34%	134,40	46,62	35%
Saúde	5,300	7,500	42%	111,30	46,62	42%
Ensino Superior	2,100	4,300	105%	44,10	46,62	106%
Transporte	0,986	3,186	223%	20,71	46,62	225%
Agricultura	0,559	2,759	394%	11,74	46,62	397%
Gestão Ambiental	0,234	2,434	940%	4,91	46,62	949%
Ciência e Tecnologia	0,198	2,398	1111%	4,16	46,62	1121%
Habitação	0,185	2,385	1189%	3,89	46,62	1200%
Cultura	0,075	2,275	2933%	1,58	46,62	2960%
Investimento	2,6	4,8	85%	54,60	46,62	85%

Fonte: Relatórios Fiscais, elaboração: Cid Cordeiro Silva – Economista

Gastos com a dívida cobriam auxílio emergencial por 12 meses para o dobro de paranaenses

O auxílio emergencial se revelou uma importante política pública de transferência de renda e de complemento orçamentário das famílias mais vulneráveis na pandemia, vale destacar que essa luta foi do movimento sindical, da sociedade e do Congresso. O governo Federal era contra.

O auxílio emergencial atende 3,1 milhões de paranaenses, foram três parcelas iniciais de R\$ 600,00 (abril a junho), prorrogado para mais dois meses (julho e agosto) no mesmo valor de R\$ 600,00, e estendido para mais quatro parcelas (setembro a dezembro) no valor de R\$ 300,00.

Sem dúvida essa foi uma medida de grande importância social, amenizou a queda do PIB e impactou na queda menor do desemprego, estimativas indicam que o auxílio reduziu a queda do PIB em 2,5 p.p., ou seja, para uma queda de 9%, o auxílio contribuiu para redução da queda para 6,5%, uma política muito importante para mitigar os efeitos da pandemia no emprego, na renda, no consumo e nos impostos.

Pesquisa do Data Folha indica que 53% dos recursos foram destinados para comprar alimentos; 25% para pagar contas; 16% destinado a despesas da casa; 1% para comprar remédios; 4% outras despesas.

O Governo teria um custo equivalente ao que pagou da dívida do Banestado (R\$ 46,6 bilhões em equivalência do ICMS) para atender o dobro de paranaenses por 12 meses (janeiro a dezembro de 2021), pagando R\$ 600,00. Essa é a dimensão social do que custou a dívida do Banestado.

Além de colocar comida na mesa das famílias vulneráveis e de baixa renda, o auxílio reverteria em aumento do emprego, do PIB e aumento de impostos para o estado.

Tabela 06 – Utilização do que foi pago da dívida com pagamento auxílio emergencial

Número atual de beneficiários (em milhões/mês)	3,1
Número dos que poderiam ser beneficiados por 12 meses (em milhões/mês)	6,5
Incremento – Número de vezes de melhor atendimento	2,1
Custo mês (R\$ bilhões)	3,90
Custo ano (R\$ bilhões)	46,60
Consumo gerado (atribuído 74%)	34,48
Impostos gerados para União	7,00
Impostos gerados para Estado – ICMS	2,50
Impostos gerados para Municípios	0,70
Investimento	2,6

Fonte: transparência do Governo Federal; Relatórios Fiscais; STN; Data Folha. Elaboração: Cid Cordeiro Silva – Economista

Privatização do Banestado, Copel e Sanepar

A privatização do Banestado era a primeira a ser realizada, na sequência viria Copel e Sanepar, foi esse compromisso que o governo Jaime Lerner assinou com o Governo Federal através do Programa de Ajuste Fiscal – PAF, essa era a contrapartida para o governo do estado receber os recursos e fazer a renegociação das dívidas, a partir de 1996, o governo do Paraná iniciou uma série de iniciativas para viabilizar a privatização das empresas paranaenses.

Após a definição da privatização do Banestado em 1998 (Lei 12.201 de 25 de junho de 1998), o governo iniciou os preparativos para a privatização da Copel e aprovou em 8 de dezembro de 1998 a autorização para a venda da empresa com a edição da Lei 12.355. Assim como ocorreu com os bancários, houve grande mobilização para evitar a privatização da Copel, culminando com a apresentação pela primeira vez na Alep de um Projeto de Lei de iniciativa popular, PL 248 de 13 de junho de 2001, que revogava a alienação de ações da empresa autorizada pela Lei 12.355. Na primeira votação em 15 de agosto, houve ocupação do plenário da Assembleia, e a votação ocorreu em 20 de agosto com 26 votos a favor e 26 votos contrários, sendo derrotado o PL com o voto do presidente da Assembleia. O governo fez duas tentativas de leilão da Copel em 2001, frustradas pela ausência de investidores em decorrência do cenário econômico vivido naquele momento, principalmente após os ataques de 11 de setembro, que trouxeram muitas incertezas para os negócios. O governo do estado anunciou em 25 de janeiro de 2002 a desistência de leiloar a Copel.

O preço da empresa foi avaliado entre R\$ 10,3 a R\$ 10,587 bilhões à época (R\$ 41,931 bilhões em valores atuais), com valor mínimo variando entre R\$ 4,324 bilhões (R\$ 13 bilhões em valores atuais) a R\$ 5,152 bilhões (R\$ 15,6 bilhões em valores atuais).

A nova dívida velha: e depois de tudo isso, devemos ao Itaú R\$ 3,5 bilhões

Nos anos 90, o Banestado adquiriu títulos emitidos pelos estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, dos municípios de Osasco e Guarul-

lhos. Em 1997, a CPI dos precatórios considerou nulos esses títulos porque haviam sido emitidos de forma irregular, como precatórios, iniciando uma novela que ainda não se encerrou. Como os estados e municípios não podiam emitir títulos, exceto para pagamento de dívidas específicas e judiciais – precatórios – esses entes passaram a emitir títulos simulando que eram para pagar esses tipos de dívidas. Segundo a CPI, era formado um esquema com instituições financeiras que envolvia deságios, fraudes, lavagem de dinheiro. O governo do Paraná, alegando a nulidade dos títulos, entrou com ação para não pagá-los, essa ação ainda transcorre na justiça.

Essa novela tem um roteiro, que veremos a seguir:

Em 30 de junho de 1998, o governo assina contrato com a União para receber os empréstimos e privatizar o Banestado, na cláusula 2ª desse contrato, o governo se compromete a adquirir do Banestado, no prazo de um ano, títulos emitidos dos estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e dos municípios de Osasco e Guarulhos.

Em agosto de 1998, o governo e o Banestado assinam o termo de compromisso de compra e venda desses títulos avaliados em R\$ 350 milhões (R\$ 1,250 bilhões, valor atualizado), a serem pagos a partir de junho de 1999, essa operação fazia parte do plano de sanear o Banestado para valorizá-lo no leilão.

Em março de 1999, o Termo de Compromisso é aditivado, o governo protela o pagamento e oferece como garantia ações da Copel. Nesse mesmo mês, a União federaliza os títulos de Pernambuco que quita a dívida com o Paraná, o estado repassa o dinheiro ao Banestado e amortiza do total da dívida.

Dezembro de 2000, é assinado um segundo termo aditivo ao Termo de Compromisso, o valor da dívida é fixado em R\$ 448 milhões (R\$ 1,434 bilhões, valor atualizado), e o governo se compromete a repassar ao banco Itaú os valores recebidos pelos títulos.

Junho de 2002, é assinado o terceiro termo aditivo, a dívida está em R\$ 540 milhões, o governo quita R\$ 80 milhões com a venda da folha de pagamento dos funcionários públicos, e os R\$ 460 milhões restantes são refinanciados em 30 parcelas, com pagamento iniciando-se em janeiro de 2003 (início do governo Requião) e término em junho de 2005.

Setembro de 2002, a União federaliza os títulos de Alagoas, que quita naquele momento 61% da dívida com o Paraná e os 39% quitaria em 2012 – o que só ocorreria em junho de 2009 –, com esse pagamento a dívida seria reduzida em 50%, no entanto, esse pagamento ao governo do estado não é repassado ao Itaú, é utilizado para capitalizar a Paraná Previdência.

Janeiro de 2003, o novo governador – Roberto Requião – toma posse e entra na Justiça para não pagar os títulos, alegando a nulidade dos mesmos. A ação é retirada do STF pelo próprio governo em 2008, os títulos continuaram sendo considerados válidos pela Justiça.

Julho de 2004, o Itaú executa os títulos, o TJPR reconhece a dívida, mas determina que o pagamento seja feito por precatórios e não com as ações da Copel. O Itaú entra com recurso no STJ, que pede detalhamento do parecer do TJPR.

Novembro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a aplicar multa mensal de R\$ 5 milhões (R\$ 11 milhões, valor atual) por inadimplência do estado do Paraná pelo não pagamento dos títulos, os valores eram retidos compulsoriamente do repasse do Fundo de Participação do Estado – FPE.

Dezembro de 2007, o Senado aprova o Projeto de Resolução 47/2007, alterando a Resolução 98/1998, acabando com a multa e restituindo valores pagos e obriga os emissores dos títulos a pagarem as dívidas.

Fevereiro de 2008, alegando inconstitucionalidade, a STN não cumpre a resolução e propõe nova redação que acaba com a multa.

Junho de 2009, Alagoas propõe pagar R\$ 106 milhões para quitar o saldo da dívida de R\$ 126 milhões de 2002, o governo do Paraná aceita, recebe o recurso e não repassa ao Itaú.

Em 28 de abril de 2010, a CCJ do Senado aprovou Projeto de Resolução nº 24/2008 do senador Osmar Dias alterando a Resolução 98/1998 do Senado, pondo fim na cobrança da multa. Em 28 de maio de 2010, a STN encaminha ofício ao governo oficializando o fim da multa, o estado pagou R\$ 256 milhões de multa desde novembro de 2004, esse valor será compensado no pagamento da dívida do estado, além do que foi alterado o indexador dessa dívida de IGP para taxa Selic, segundo estimativas essa alteração reduz o custo da dívida em R\$ 1 bilhão.

Em 17 de outubro de 2020, 20 anos após a privatização do Banestado, resta uma dívida de R\$ 3,5 bilhões e que está judicializada, além do saldo da dívida original que hoje é de R\$ 10 bilhões.

O exemplo do Banrisul

O Banrisul, em 1996, tinha porte um pouco maior que o Banestado (R\$ 9,9 bilhões em ativos x R\$ 6,1 bilhões do Banestado) e iniciou o mesmo percurso de privatização do Banestado. Em março de 1998, o governo do estado assinou contrato com a União para renegociar a dívida do estado e obter recursos para sanear o Banrisul, com obrigação de privatizar o banco 18 meses após assinatura do contrato, sob pena de arcar com o aumento do comprometimento da dívida de 13% para 18%, no entanto, houve a eleição naquele ano. Olívio Dutra, candidato pelo PT, venceu as eleições, durante a campanha ele assumiu o compromisso de não privatizar o Banrisul, mesmo sabendo que teria que assumir encargos maiores com a dívida.

O Banrisul não foi privatizado e traz resultados para o governo, sociedade e trabalhadores. O banco tinha, em 2018, 10.705 funcionários, 1.500 estagiários, 2 mil funcionários terceirizados e 516 agências no Brasil. Gerou em 2019, lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão, valor adicionado de R\$ 4,1 bilhões, pagou folha de pagamento de R\$ 1,8 bilhão, repassa em média R\$ 200 milhões em dividendos para o estado.

Considerações finais

Após 20 anos da privatização do Banestado, constatamos, através dos números levantados, que sobrou para a sociedade paranaense uma enorme carga de dívida para pagar, resultado de má gestão e corrupção no Banestado, e da política de privatização de FHC e Jaime Lerner. Foi privatizado um banco que poderia hoje estar empregando 10 a 12 mil funcionários, trazendo dividendos para o Paraná no montante de R\$ 150 a R\$ 300 milhões/ano, desempenhando fundamental papel no financiamento do desenvolvimento do estado, um banco que seria um importante instrumento de crédito para os agricultores, industriais,

comerciantes, prestadores de serviço e para trabalhadores formais e informais do estado do Paraná.

O que nos restou foi o pagamento da dívida de R\$ 46 bilhões, em equivalência de ICMS, ainda devemos R\$ 10 bilhões para pagar até 2048, e uma provável dívida adicional junto ao Itaú no valor de R\$ 3,5 bilhões.

O governo justificou que, com a privatização do Banestado, o estado teria condições de oferecer mais saúde, educação, segurança, investimento. O que verificamos é que foi retirado R\$ 46 bilhões dos cofres do estado para pagar a dívida, e que esse recurso fez muita falta para a ampliação e alcance das políticas públicas do Paraná.

Os números estão aí, a privatização do Banestado ainda se faz presente. Que esse artigo sirva de provocador do bom debate sobre os rumos da economia e das finanças do Paraná.

O Governo de Jaime Lerner, seguindo os preceitos neoliberais, deixou uma pesada herança para os paranaenses: dívida do Banestado, dívida com o Itaú, pedágio, renúncia fiscal, arrocho aos Servidores Públicos, denúncias de corrupção. Os Governos Beto Richa e Ratinho Junior vieram restabelecer esses preceitos como orientadores das decisões de governar. Que herança nos restará?

Cid Cordeiro Silva

Economista

Fontes de pesquisa

- Leis mencionadas
- Contratos assinados entre o Estado e a União
- Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF
- Site da transparência fiscal do Governo do Estado do Paraná
- Relatórios Fiscais
- Balanço Orçamentário do Estado
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN
- CPI da dívida do Banestado, Assembleia Legislativa do Paraná
- Banco Central
- Jornais: Gazeta do Povo, Folha de S. Paulo, Folha de Londrina

*A história se repete,
a primeira vez como tragédia
e a segunda como farsa.*

Karl Marx, Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, 1852

A importância da defesa dos Bancos Públicos em face ao que aconteceu com o Banestado e o projeto do atual governo

Via de regra o setor produtivo necessita de financiamento e apoio para investir, garantir a produção, agregar valor, comercializar e gerar riqueza para toda uma cadeia de fornecedores e trabalhadores envolvidos com a área de negócio escolhida.

O setor financeiro privado e a banca em geral tem por objetivo recolher e administrar os recursos e a poupança da população, intermediando tais recursos e obtendo um *spread* suficiente para cobrir seus custos e gerar um adicional que se transformará em seu lucro.

Com o passar do tempo, o sistema financeiro se especializou de tal forma e criou uma gama tão grande de possibilidades de investimentos que muitas vezes o cliente do banco sequer sabe ou imagina onde seus recursos estão investidos ou mesmo qual o grau de risco a que está submetido, criando uma ciranda financeira que se distancia bastante do objetivo inicial da banca de intermediar recursos, é a especulação financeira.

Em um sistema privado preocupado apenas com o resultado, na maioria das vezes de curto prazo, fica praticamente impossível destinar parte dos recursos captados do público para financiar quem deseja produzir e cujo resultado (lucro) pode ser menor no curto prazo. Por outro lado, o setor produtivo não suporta as altas taxas de juros cobradas pelos bancos que, com o argumento de “mitigar riscos”, embutem um *spread* enorme, elevando as taxas a números que vão muito além do possível ganho do produtor.

Pronto! Temos um dilema: o setor produtivo precisa de recursos, via financiamento de sua atividade, mas não tem condições de arcar com os altos custos desse capital; o setor financeiro tem os recursos, mas não tem interesse em investir em negócios cujos resultados serão de médio e longo prazo.

Os bancos privados preferem alocar os recursos do público em títulos de renda fixa, financiando a dívida da União ou realizando poucos

investimentos de grande valor para empresas consolidadas, mesmo com uma taxa menos atrativa, mas com risco menor.

Quem iria, então, financiar o pequeno e médio produtor urbano e rural? Aí entra outro ator dessa história, o Poder Público, ou em outras palavras, o Governo. A esse ator cabe planejar o crescimento da nação e criar as condições para tal crescimento. Criar condições de bem-estar para a população, bases legais, sólidas e seguras para aqueles que desejam produzir, garantir infraestrutura para distribuição da produção etc.

Ao longo do tempo, pudemos verificar o nível de compromisso de determinados governos com a nação a partir de sua disposição em criar as condições para o crescimento econômico e, sempre, esse crescimento esteve atrelado à firme ação dos bancos cuja influência da União era preponderante, ou seja, os Bancos Públicos.

Quando nos debruçamos sobre a história do crescimento econômico e da melhora da qualidade de vida dos cidadãos, verificamos que sempre houve um envolvimento dos Bancos Públicos no financiamento da produção ou das condições de infraestrutura.

Governos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos criam condições para que os bancos onde tem participação majoritária destinem parte de seus recursos para financiar os pequenos e médios produtores, com condições de pagamento mais adequadas. Muitas das vezes, existe uma carência para o início da quitação das parcelas para um período após a consolidação das vendas do produto, e a taxa de juros aplicada não é abusiva, estando mais apropriada às condições da economia local. Dessa forma, bancos regionais como BNB, BASA, Banestes, BRB, etc, desenvolvem um papel relevante no financiamento e geração de riqueza e melhores condições de vida para a população de suas áreas de atuação.

Os grandes Bancos Públicos nacionais, BB, CAIXA, BNDES igualmente atuam em setores importantes, por vezes, garantindo os recursos, equalizando as taxas de juros e atuando nacionalmente de forma coordenada.

Ao passo que garantem recursos para produção, estocagem, distribuição, também atuam no financiamento de infraestrutura com recursos de fundos específicos e ainda criam condições de melhoria da formação de

profissionais, financiando o estudo universitário através de programas específicos e com algum subsídio, de forma a criar uma geração qualificada para exercer atividades cada vez mais complexas exigidas pelas empresas em geral.

Esses bancos não deixam de ter lucros, mas são valores menores que os bancos privados, entretanto, o valor que agregam à economia é muito relevante e, em certo modo, muito mais importante e relevante que o lucro dos bancos privados, pois a comercialização dos produtos gera impostos que são recolhidos aos cofres dos estados e União, impostos que se transformarão em investimento público. Da mesma forma, geram mais e melhores empregos que permitem à população uma melhor condição de vida, desonerando o Estado de ter que arcar com custos assistenciais.

Outro fator relevante é que a maioria desses bancos públicos possui planos de previdência para seus funcionários como uma forma de atrair bons profissionais nos concursos públicos.

Os trabalhadores que se filiam aos planos de previdência complementar, os fundos de pensão, recolhem mensalmente parte de seus vencimentos e recebem como incentivo uma coparticipação do empregador, ou patrocínio, como é chamado. Como são empregos de vínculos longos, forma-se uma poupança de longo prazo que permite a esses fundos investir no setor produtivo, seja comprando ações, títulos ou participações acionárias em empresas, capitalizando-as, assim geram empregos, produtos e riqueza para todo o setor investido e para o meio ambiente onde essas empresas atuam.

É dessa forma que, quando se pensa em um círculo virtuoso, fica evidente que a participação dos bancos públicos e o compromisso dos governantes com a população é determinante para que se gere riqueza e os trabalhadores possam suportar um momento de prosperidade e melhora das condições de vida.

Entretanto, temos o outro lado dessa moeda. É quando o governante tem compromisso com outros interesses que não o do crescimento sustentável e melhora das condições de vida do povo.

Muitas vezes assistimos a esse filme de terror que é a privatização de bancos públicos e novamente ele está em cartaz. O roteiro é sempre o mesmo: destruir o estado de bem-estar social acabando com os direitos

dos cidadãos, atacar as entidades associativas e de movimento social para que não resistam e tirar do setor produtivo as condições para crescer.

Enfraquecem o sistema produtivo local, dando mais importância aos produtos importados, causando volatilidade cambial e inflação, que corrói o poder de compra do trabalhador e provocam uma brutal concentração de renda, deixando os ricos ainda mais ricos e os pobres à beira da miséria.

Os ataques às entidades que defendem o crescimento do setor produtivo é parte fundamental desse roteiro macabro. Enfraquecer os bancos públicos, seja com ataques às instituições ou aos seus trabalhadores, e favorecer e privilegiar o sistema privado fazem parte das ações que sempre ocorrem.

Ultimamente esse roteiro tem sido lapidado e revestido com um certo ar de legalidade e apoio de parte da população. Sim, por mais incrível que possa parecer, vivemos um roteiro de “síndrome de Estocolmo” em que muitas pessoas apoiam aqueles que lhes privam dos direitos e da esperança de um mundo melhor.

Privar os pequenos e médios produtores de acesso a recursos com taxas civilizadas e tirar dos cidadãos direitos históricos estão entre os argumentos desse filme tenebroso.

Ao longo da história, foram as entidades do movimento social que resistiram e fincaram trincheiras na defesa das instituições públicas e buscaram garantir os direitos dos cidadãos.

É possível resgatar momentos de lutas em defesa do papel dos bancos públicos, dos direitos dos trabalhadores, de leis que garantem condições adequadas de vida etc.

Manter a unidade da classe trabalhadora em torno de um ideal de um mundo mais justo, com distribuição de renda e justiça social é determinante, e, nessa luta, o papel destinado aos Bancos Públicos é de fundamental importância para garantir os recursos necessários ao financiamento da produção e da construção das condições para o desenvolvimento sustentado.

Marcel Juvinião Barros

Bancário no Banco do Brasil

Estado pós-pandemia e as empresas públicas

Com a chegada da pandemia pela Covid-19, o papel do Estado volta ao centro do debate mundial. A necessidade de fortalecer políticas públicas para superação da crise remete à relevância das empresas públicas, que no Brasil estão sendo alvo de forte debate ideológico. Diante disso, faz-se necessário um exame cuidadoso sobre suas dimensões mais fundamentais, tais como, o papel desempenhado no desenvolvimento do Estado brasileiro, resultados financeiros e de investimentos, influência na economia do Brasil. Com o objetivo de desmistificar o debate sobre a privatização, mostraremos um retrato sobre a relevância das empresas públicas pelo mundo.

Estado pós-pandemia

Na crise até os mais convictos liberais, os que alardearam o Estado mínimo, a luta contra a corrupção, que sempre defenderam privatização, são os primeiros a buscar a salvação no setor público, apropriando-se de recursos que pertencem a toda a sociedade. Frase de Noam Chomsky retrata essa realidade: “O governo não é a solução quando se trata do bem-estar da população, mas é claramente a solução para os problemas da riqueza privada e de poder corporativo”.

Além de desencadear a pior crise econômica mundial desde a Grande Depressão, a pandemia da Covid-19 levantou o debate sobre a possibilidade de uma transformação profunda no capitalismo como não se vê desde os anos 1980. Economistas, cientistas sociais e políticos começam a apontar – não de forma unânime – que uma maior presença do Estado na economia pode ser o novo normal, em oposição ao modelo que tem vigorado nos últimos 40 anos.

Segundo uma visão mais otimista, a necessidade óbvia da participação do Estado no enfrentamento da atual crise – caso inclusive de países de governos neoliberais como o brasileiro – aponta para um mundo em que o Estado voltaria a ser protagonista e os governos, mais propensos ao social.

Para Reginaldo Nasser, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mudanças certamente acontecerão, mas também readequações promovidas pelos chamados donos do capitalismo mundial. Em sua opinião, a guinada de economistas liberais, que de repente passam a enaltecer o Estado, deve ser encarada com prudência. “Do ponto de vista dos liberais e capitalistas, em tempos excepcionais como o atual, essas medidas antiliberais, de intervenção do Estado na economia, têm que acontecer, mas depois que passar não terão mais sentido, para eles”, diz. (Nasser, 2020)

Nasser compara o cenário atual com o do pós-Segunda Guerra Mundial, quando “a devastação foi muito pior do que estamos vendo, em número de pessoas mortas e destruição física”. No pós-guerra, o Estado também entrou pesadamente na economia, num período de transição e recuperação mundial, com o Plano Marshall, promovido pelos Estados Unidos, e depois a implementação do Estado do bem-estar social europeu, quando a Europa tinha movimentos sociais e de esquerda muito fortes e atuantes. “Houve uma transição. Mas, depois, as ideias liberais vão paulatinamente entrando novamente no cenário. Na década de 60, os liberais foram gradativamente retomando, até chegarem ao poder com Margareth Thatcher 20 anos depois”.

Nos últimos anos, há um processo de “endireitização” no Brasil e no mundo. Isso significa a defesa do capitalismo, do livre mercado, das privatizações, da desregulamentação da economia e do Estado Mínimo (verdade que grupos mais radicais da Direita são defensores do “Estado Máximo”, na linha das ideias nazifascistas: tudo pelo Estado, tudo pelo Estado, tudo pelo Estado). A redução das políticas de *welfare state*. A aceitação da desigualdade social como algo natural. A valorização do individualismo e do empreendedorismo. A defesa das tradições e da família patriarcal. O combate ao aborto, eutanásia e homossexualidade. Muitas vezes, são exaltados também a “limpeza” ética, e o suposto combate ferrenho à corrupção. (Conceição, 2019)

Importante destacar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. A contribuição da especulação financeira para essa realidade é significativa.

O sistema financeiro não deve ser um fim, mas um meio de facilitar as atividades socialmente úteis, levando ao desenvolvimento social e econômico das nações. No Brasil, os bancos formaram um cartel, determinam taxas de juros altíssimas, umas das maiores do mundo, e têm alto ganho na especulação financeira, ignorando seu papel de concessão pública do Estado. A intermediação financeira deve servir a economia para a alavancagem da produção, dos serviços e dos empregos e na melhoria da qualidade de vida da população. (Dowbor, *A Era do capital improdutivo*, 2017)

O papel do Estado nesse cenário é central, inclusive na dimensão mundial da crise, na administração de políticas nacionais eficazes e na supervisão dos mercados financeiros, e para cumprir essa função a atuação de bancos públicos é fundamental.

Segundo Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia de 2008, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e Estados repressivos. (Sen, 2007)

Na realidade, sabemos o que deve ser feito, e há consenso planetário, com o distanciamento significativo dos governos Trump, Bolsonaro e Netanyahu. Temos também os recursos financeiros: os 85 trilhões de dólares do PIB mundial, divididos pela população mundial, significam que o que hoje produzimos representa cerca de 15 mil reais por mês por família de quatro pessoas. O problema do mundo não é econômico, é político. Não é de produção, é de distribuição e sustentabilidade. (Dowbor, *Além do Coronavírus*, 2020)

A Europa saiu na frente e já se organiza para o próximo período, 27 países chegaram a um acordo sobre plano de recuperação da região, concordaram em mobilizar 750 bilhões de euros, que a Comissão Europeia tomará emprestado nos mercados financeiros e que serão distribuídos como subsídios e empréstimos.

Iniciativas individuais de alguns países, como por exemplo, a Alemanha, conhecida pelo conservadorismo, mostram uma maior intervenção do Estado a partir de agora, fazem parte das ações alemãs, ampliação das políticas de garantia de acesso ao crédito, financiamentos a partir do banco

público de desenvolvimento, auxílio pecuniário a pequenos empresários, renda básica para desempregados, investimentos em ciência, tecnologia, *startups* e outros

Estatais pelo mundo

As empresas estatais foram sendo criadas no Estado Capitalista contemporâneo, em diversas áreas de atuação e formas jurídicas. A atual configuração do Estado Capitalista posiciona-se no centro das estratégias de acumulação simultânea de recursos de poder político-econômico, cumprindo em outras, as chamadas “funções Keynes-shumpeterianas”, referentes aos cuidados com a estabilidade global do sistema (“funções keynesianas” – garantia de estabilidade geral do ambiente macroeconômico) e com as políticas de geração de complexidade econômica, de criação de novos ciclos de acumulação (“funções shumpeterianas” – garantia de incentivo a novos ciclos de inovação tecnológica e acumulação). Tais funções Keynes-shumpeterianas agem nas duas pontas do sistema econômico, tornando-o vivo em condições de operabilidade e propulsionando-o rumo a novas fases. (Octaviani & Nohara, 2019)

Entre essas duas extremidades, entretanto, há diversas outras infraestruturas econômicas criadas e operadas diretamente pelos Estados nacionais, que condizem com as definições concretas de seus estilos nacionais de capitalismo. Por isso, os distintos Estados capitalistas – sempre em competição entre si por melhores posições no sistema econômico mundial – mobilizam enormes quantias de capital, quer como “Receita Pública”, “Dívida Pública” ou “Gasto Público”. (Octaviani & Nohara, 2019)

Um exemplo dessa realidade mundial é a presença forte e ativa do setor de empresas públicas. Sua atuação em vários setores, cumpre papel estratégico para os respectivos governos nacionais.

Das dez maiores empresas do mundo, tendo-se como referência o valor total do ativo detido, segundo a revista Forbes, em 2019, 60% são empresas estatais, pertencentes a China, Estados Unidos e Japão (Forbes., 2019):

- **ICBC** – China; banco comercial e industrial; com ativos na ordem de US\$ 4,03 trilhões;

- **Fannie Mae** – Estados Unidos; atuante no mercado de hipotecas; com ativos na ordem de US\$ 3,41 trilhões;
- **China Construction Bank** – China; banco comercial: com ativos na ordem de US\$ 3,38 trilhões;
- **China Agricultural Bank** – China; banco agrícola; com ativos na ordem de US\$ 3,29 trilhões;
- **Bank of China** – China; banco comercial; com ativos na ordem de US\$ 3,09 trilhões;
- **Japan Post Holdings** – Japão; conglomerado com atuação em setores como transportes, postal, banco comercial e seguros; com ativos na ordem de US\$ 2,61 trilhões.

Tais conglomerados estatais superam, ainda segundo os dados da Forbes para ativos detidos, em 2019, gigantes de tecnologia da informação, da indústria farmacêutica ou da indústria do entretenimento: Apple, com ativos na ordem de US\$ 373,7 bilhões; Facebook, com ativos na ordem de US\$ 97,3 bilhões; Amazon, com ativos na ordem de US\$ 162,6 bilhões; Microsoft, com ativos na ordem de US\$ 258,9 bilhões; Bayer, com ativos de US\$ 150,3 bilhões; e Wall Disney, com ativos de US\$ 99,9 bilhões.

Os Estados capitalistas contemporâneos produziram também empresas estatais multinacionais, que operam estratégias econômicas em defesa de suas economias para além de suas fronteiras. A *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, em relatório de 2017, identificou aproximadamente 1.500 “Estatais Multinacionais” com mais de 86 mil filiais ao redor do mundo, sendo a Europa detentora de um terço do total.

Segundo a agência, as Estatais Multinacionais foram criadas por seus Estados soberanos com objetivos específicos, como implementar escolhas estratégicas de desenvolvimento, lidar com políticas públicas econômicas para além da perspectiva microeconômica ou de curto prazo, controlar recursos estratégicos ou adotar medidas de segurança nacional. As estatais devem implementar objetivos nacionais e coletivos, que as estruturas empresariais privadas, individuais, centradas no autointeresse e operando a partir da microrracionalidade não têm pretensões ou condições de satisfazer em tempo, escala ou direção hábil. (Octaviani & Nohara, 2019)

De acordo com o critério utilizado pela UNCTAD para identificar empresas estatais, estão as maiores Estatais Multinacionais (não financeiras) do mundo, as seguintes empresas: Volkswagen (Alemanha, indústria automobilística, ativos de US\$ 431 bilhões, participação estatal de 20%); EDF (França, indústria de infraestrutura, ativos de US\$ 296 bilhões, participação estatal de 84%); Japan Tobacco (Japão, indústria de Tabaco, ativos de US\$ 40 bilhões, participação estatal de 33%); Airbus (França, indústria aérea, ativos de US\$ 117 bilhões, participação estatal de 11%); CNOOC (China, indústria de Petróleo, ativos de US\$ 179 bilhões, participação estatal de 100%); Renault (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 107 bilhões, participação estatal de 15%); StatOil (Noruega, indústria do Petróleo, ativos de US\$ 104 bilhões, participação estatal de 67%) e Peugeot Citroën (França, indústria automobilística, ativos de US\$ 47 bilhões, participação estatal de 13%).

Alguns exemplos interessantes de países com grande número de estatais são os Estados Unidos e a China. O país tido mais liberal do mundo, tem nada mais, nada menos que 7 mil estatais, que atuam em setores como: crédito, hipotecas, prisional, seguro habitação, infraestrutura, energia, entre outros. Algumas como a Fannie Mae (com ativos de US\$ 3,4 trilhões) e Freddie Mac (com ativos de US\$ 2 trilhões), estão entre as maiores forças econômicas do mundo. (Octaviani & Nohara, 2019)

A China, país com a mais dinâmica economia do mundo nas últimas décadas, é também o Estado que possui a maior quantidade de empresas estatais: aproximadamente 150 mil, sendo 55 mil (33%) diretamente subordinadas ao Governo Central. As estatais estão distribuídas entre os mais diversos setores da economia, do turismo à infraestrutura, do setor bancário à biotecnologia. Em 2019, a lista “Fortune Global 500” incluiu 58 estatais chinesas, no mesmo ano, o lucro total obtido com as estatais do governo central chinês chegou a US\$ 286,8 bilhões.

Reestatizações

De 2000 até 2019, ao menos 1.408 serviços foram reestatizados ou estatizados no mundo. Os dados são da pesquisa *El Futuro es Público* de

2020, da TNI (*Transnational Institute*), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. As reestatizações e criação de novas estatais, aconteceram com destaque em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha. Isso ocorreu porque as empresas privadas priorizavam o lucro e os serviços estavam caros e ruins, segundo o TNI. Foram registrados casos de serviços públicos essenciais que vão desde fornecimento de água e energia e coleta de lixo até programas habitacionais e funerárias.

Empresas públicas no Brasil

A história das empresas públicas no Brasil começa em 1663, ainda no Brasil Colônia, com a fundação da empresa de Correios do Brasil e, em seguida, em 1694, com a criação da CMB – Casa da Moeda do Brasil. No período do Império, foram criados dois bancos, O Banco do Brasil, em 1808, e a Caixa Econômica Federal, em 1861.

Nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, considerados estadistas do desenvolvimento brasileiro, empresas como a Petrobras (1953), Eletrobras (1961), siderúrgica CSN (1941), BNDE (1952) e o IRB – Resseguro (1939) criaram um ecossistema cuja missão era viabilizar o processo de produção econômica nacional.

A ditadura militar, em seguida, caracterizou-se como um período de regressão social e das liberdades, mas as estatais continuaram a ser utilizadas no processo de modernização conservadora da economia, construindo a infraestrutura basista para a industrialização e urbanização.

No final da década de 80, o texto da nova Constituição de 1988, define o provimento de uma série de bens e serviços como propriedade/competência da União e, em alguns casos, de estados e municípios. Dentre eles, podem ser mencionados as jazidas e demais recursos minerais; potenciais de energia elétrica; tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto; gestão dos recursos hídricos; infraestrutura aeroportuária; serviços e instalações nucleares; serviços de transporte; e serviços postais.

Durante os primeiros governos eleitos depois da ditadura militar, com destaque para Fernando Henrique, o que se viu foi um processo de privatização e extinção de empresas estatais.

E, ao contrário da expectativa do governo, as desestatizações mostraram-se incapazes de solver a crise fiscal – entre 1995 e 2003, a dívida líquida do setor público passou de 28% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB); tampouco aumentaram a eficiência e a qualidade dos serviços prestados – vide política de privatização do setor elétrico que levou o país à “Crise do Apagão” em 2001. (Dieese, 2018)

Em 2002, contudo, foi eleito o Presidente Lula, cujo programa econômico foi distinto daquele implementado desde o início dos anos 1990, sobretudo, no que tange à relação entre setor público e sociedade. A partir de então, dentre outras medidas adotadas no campo da regulação, houve reorientação do papel das empresas estatais, o que ensejou o seu fortalecimento e mesmo a criação de novas empresas. Essas passaram a liderar os principais projetos estruturantes do país, por vezes, inclusive, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

No período recente, em meio à crise econômica e suas repercussões sobre as contas públicas do país, as empresas estatais voltaram ao centro do debate público, em um contexto permeado por investigações da prática de corrupção envolvendo quadros de direção dessas e de grandes empresas do setor privado.

O governo de Jair Bolsonaro, desde sua posse, acentuou o discurso ideológico das privatizações. Sua equipe econômica listou a venda de empresas como Eletrobras, Correios, Dataprev, Serpro, subsidiárias da Petrobras, bancos públicos e outros.

Até o final de 2019, o governo já tinha levantado, direta ou indiretamente, mais de R\$ 100 bilhões com a venda de ativos. Esse valor inclui as concessões de infraestrutura e a venda de subsidiárias da Eletrobras – que foram realizadas pelo governo Temer, e da Petrobras, incluindo refinarias. Também foram vendidas ações que a União, a CAIXA, o Banco do Brasil e o BNDESPar possuíam em companhias privadas.

Esse programa retoma uma série de conceitos hegemônicos na década de 1990, dentre os quais a desestatização e desregulamentação das relações econômicas e sociais. Em geral, utiliza-se como justificativa para a adoção de tais medidas duas ordens de argumentação. A primeira assenta-se na ideia de que a iniciativa privada, orientada pela busca de lucros, seria mais eficiente na realização de suas atividades e, portanto, daria maior contribuição ao desenvolvimento do país por meio da prestação de serviços ou da produção de bens de melhor qualidade e a preços mais baixos. A segunda ordem de argumentação baseia-se na ideia de que, frente a problemas fiscais, o processo de desestatização permitiria, ao mesmo tempo, enfrentar os crescentes desequilíbrios nas contas públicas e realizar novos e maiores investimentos em infraestrutura. A rigor, esse não é um debate novo.

Investimentos das estatais brasileiras

Até o final de 2019, na esfera federal havia 200 empresas estatais com concentração nos seguintes setores: petróleo, centrais elétricas e bancos. Das 200, 46 estão sob controle direto da União e 154 sob controle indireto. (Economia S. -M., 2019)

No mesmo período, foram contabilizadas em torno de 339 empresas estatais estaduais, que atuam, entre outros, no setor financeiro, saneamento básico, transportes, infraestrutura, habitação, assistência técnica e extensão agropecuária, tecnologia da informação, abastecimento e desenvolvimento estadual. (Octaviani & Nohara, 2019)

Em 2018, apenas as estatais federais somavam cerca de R\$ 655 bilhões em patrimônio, com ativos totais de 4.717 bilhões. Essas empresas realizaram investimentos expressivos em 2019, que somaram R\$ 58,3 bilhões, de um total de 1.114,4 trilhões de investimento no país (tabela 1).

Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 476.644 trabalhadores próprios no final de 2019, número 13,4% menor que 2015, devido aos sucessivos incentivos à demissão realizados pelas empresas no último período.

TABELA 1 – Investimentos realizados por Empresas Estatais Federais e o investimento total no Brasil (em R\$ bilhões)

Ano	Investimento realizado pelas estatais federais	Investimento Brasil (FBCF – IBGE)	Investimentos Estatais/ Investimento Brasil
2012	98	997,5	9,8%
2013	113,5	1.114,9	10,2%
2014	95,6	1.148,5	8,3%
2015	80,2	1.069,4	7,5%
2016	56,4	973,3	5,8%
2017	50,4	981,8	5,1%
2018	84,8	1.080,6	7,8%
2019	58,3	1.114,4	5,2%

Fonte: SEST – Ministério do Planejamento; Contas Nacionais – IBGE
Elaboração: Dieese/Fenae

Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobras e a Petrobras – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – mantiveram a tendência de alta no lucro e fecharam 2019 com R\$ 107,86 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 56% em relação a 2018, quando a rentabilidade foi de R\$ 69,04 bilhões.

Entre essas empresas, o maior crescimento verificado foi no BNDES, que saiu de um lucro de R\$ 6,0 bilhões em 2018 para lucro de R\$ 17,7 bilhões em 2019 (aumento de 164%).

Outro ponto que aumentou desde 2016 foi o total de dividendos e de juros sobre capital próprio (JCP) pagos pelas empresas de controle direto da União. No consolidado das empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, CAIXA e BNDES, os valores passaram de R\$ 3,7 bilhões em 2016 para R\$ 19,8 bilhões no fim de 2019.

O valor de dividendos distribuídos pelas estatais exclusivamente para a União também é bastante expressivo, correspondendo a R\$ 333 bilhões, no período compreendido entre 2002 e 2019, com média de R\$ 18,5 bilhões por ano, conforme exposto na Tabela 2.

TABELA 2 – Dividendos das Empresas Estatais Federais pagos à União – 2002-2019 (em milhões de R\$ Valores de Dez/19 – IPCA)

	Acumulado 2002/2019	Média/ano
Banco do Brasil	51.607	2.867
BNB	2.994	166
BNDES	126.412	7.023
CAIXA	61.385	3.410
Correios	7.558	420
Eletrobras	15.083	838
IRB	2.738	152
Petrobras	51.971	2.887
Demais	13.334	741

Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Dieese – Rede Bancários/SS Fenae

A pandemia no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação do primeiro caso, em setembro do mesmo ano, os números já eram assustadores, quase 140 mil mortes. A transmissão comunitária foi confirmada para todo o território nacional. A pandemia afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos. Em 30 de março de 2020, pela primeira vez, foi prevista retração no Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, atrasando mais ainda o fim da recessão e a retomada do crescimento.

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Proer, um programa destinado a socorrer os bancos privados que entregou bilhões de reais de recursos públicos para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, CAIXA e Banco do Brasil deram uma grande contribuição para salvar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais.

Os efeitos da crise de 2008 também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da CAIXA e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a tomar risco. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, mas não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve um empoçamento de liquidez, e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, operado pela CAIXA, e do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, estimularam fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Em 2020, o grande destaque foi a atuação da CAIXA. Para executar a tarefa de pagar o auxílio emergencial, programa criado para amenizar os efeitos da crise sanitária e econômica, o banco se superou, quebrou o paradigma do atraso tecnológico, e graças a qualidade de seu corpo técnico, criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas, e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Os números que envolvem a operação assustam, provam a relevância do banco, o papel essencial e compromisso de seus empregados, mas também escancaram de forma nua e crua o tamanho da desigualdade social no Brasil.

Foram 108,9 milhões de inscritos, mais de 67 milhões aprovados para receber o auxílio. Concomitante a esses pagamentos, foram disponibilizados recursos do FGTS para 60 milhões de trabalhadores, e 4 milhões para o benefício emergencial de Trabalho e Renda.

Isso mostra que oito em cada dez adultos passaram pelo banco para receber pelo menos um desses programas, para isso foram abertas 92 milhões de poupanças digitais.

Ao pretender abrir mão do controle público de setores estratégicos, o Brasil atua em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos, de acordo com estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, pode-se afirmar a luz dos dados colocados, que o Brasil está na contramão do mundo.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas, tais como as estradas e as ferrovias. Em muitos casos, embora possam não ser de interesse para a exploração privada, são fundamentais ao desenvolvimento econômico e social de um país e, por essa razão, a sociedade decide arcar com os custos de sua realização.

Há, por sua vez, algumas atividades que proveem serviços essenciais à vida – como captação, tratamento e distribuição de água e geração, transmissão e distribuição de energia elétrica – e que, sob pena de colocarem em risco a economia do país e a própria sobrevivência da população, não podem ser tratados como uma mercadoria qualquer.

Na maioria dos países, procura-se assegurar, como questão estratégica e de segurança nacional, o provimento de tais serviços na quantidade e qualidade necessárias e a preços acessíveis tanto para consumo da população, quanto dos diversos setores de atividade econômica. Ademais, os problemas no atendimento à população associados à ineficiência da gestão privada desses serviços têm sido a principal justificativa para sua reestatização generalizada nos países em que foram privatizados.

Para assegurar a oferta e preços adequados, é preciso considerar que alguns setores têm estrutura de mercado muito concentrada: quando não são monopólios naturais, são segmentos de poucos participantes com expressivo poder de mercado (oligopólios), principalmente devido às barreiras à entrada de novos competidores. Essa é uma razão adicional para que o Estado tenha participação significativa nesses mercados, por meio de empresas que possam assegurar um nível de concorrência adequado (oferta e preço), possibilitando a implantação de diretrizes governamentais relacionadas a metas ambientais, escolhas tecnológicas, desenvolvimento regional, patamares mínimos de investimento, expansão da oferta e preços módicos.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, à medida que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas. Foi o que se viu no Brasil durante a crise

financeira internacional de 2008, quando os bancos públicos, por meio da expansão do crédito e da redução dos juros, exerceram importante papel anticíclico. Ademais, bens escassos e que são insumos essenciais para o conjunto da estrutura produtiva, em especial petróleo, gás e seus derivados, são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social, e os poucos países que detêm grandes reservas e competência para explorá-las procuram protegê-las e utilizá-las da melhor maneira possível. Não à toa, a disputa pelo controle das jazidas deste e de outros bens minerais está na origem de boa parte dos conflitos bélicos nas últimas décadas. (Dieese, 2018)

Por todos esses fatores, em nome do interesse e da soberania nacionais, diversos países têm adotado medidas de “restrição” ao investimento estrangeiro em setores estratégicos, principalmente àqueles na forma de fusões e aquisições. Caso emblemático é a China, que, por meio de suas grandes empresas estatais, tem adotado uma política agressiva de investimento em nível mundial.

Importante lembrar, ainda, que as empresas estatais diferem das empresas privadas na medida em que, por sua natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico-financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

Todos esses indicadores e reflexões nos levam a crer que, por trás da narrativa das privatizações, está a submissão do país às multinacionais e aos governos centrais, e em consequência, a perda da soberania nacional está em jogo, o que exige uma tomada de atitude da sociedade organizada.

O futuro do Brasil e a superação da crise sanitária e econômica, assim como o modelo de desenvolvimento para a humanidade no próximo período, será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público, pelo modelo de Estado. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres

e felizes, com igualdade de oportunidades, ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

Maria Rita Serrano

Mestre em Administração de Regionalidades e Organizações, pela USCS

Ex-presidenta do Sindicato Bancários do ABC

Conselheira de Administração da CAIXA eleita pelos empregados

Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Conselheira na Fenae

BIBLIOGRAFIA

- BAWERK, B. (1985). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Editora Abril.
- CONCEIÇÃO, J. J. (2019). **Entre a Mão Invisível e o Leviatã**. São Caetano do Sul: Didakt.
- DEVELOPMENT, U. N. (2017). **World Investment Report**. Genebra: United Nations Publication.
- DIEESE. (janeiro de 2018). **Empresas Estatais e Desenvolvimento**. Nota Técnica Dieese 189.
- DOWBOR, L. (2017). **A Era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária.
- DOWBOR, L. (2020). **Além do Coronavírus**. Le Monde Diplomatique Brasil.
- ECONOMIA, M. d. (2019). **Boletim das empresas estatais federais Nº 12**. Brasília: Ministério da Economia.
- ECONOMIA, S. M. (2019). **Boletim das estatais federais Nº 13**. Brasília, DF.
- FORBES. (2019). The World's Biggest Public Companies. **Forbes**. Fonte: www.forbes.com/global2000/list/#header;assetssortreverse:true
- FRIEDMAN. (1985). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- HEGEL. (1984). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril.
- INSTITUTE, T. (2018). Fonte: <https://www.tni.org/en>
- KEYNES. (1983). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- KEYNES. (1983). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.
- MARX, K. (1996). **Coleção os Economistas**. São Paulo: Abril.
- NASSER, R. (02 de 04 de 2020). **Rede Brasil Atual**. Fonte: Que Mundo vai emergir da pandemia do Coronavírus: <http://www.redebrasilatual.com.br>
- OCTAVIANI, A., & NOHARA, I. P. (2019). **Estatais**. São Paulo: Revista dos tribunais.
- OECD. (2018). Ownership and governance of state-owned enterprises; a compendium of national practices. **OECD**.
- PESTANA, M. (2019). **Desenvolvimento Econômico e intervenção estatal**. Fonte: <https://www.otempo.com.br/politica/marcus-pestana/desenvolvimento-economico-e-intervencao-estatal-parte-i-1.2214741>
- SADER, E. (2018). As esferas pública, estatal, privada e mercantil do liberalismo. Em o. E. Sader, **Se é Público é para todos**. Rio de Janeiro: LPP.
- SEN, A. (2007). **Desenvolvimento como liberdade**. SP: Companhia das Letras.
- SERRANO, M. R. (2018). **Caixa, Banco dos Brasileiros**. Brasília: coleção Fenae.
- SHUMPETER. (1996). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.
- TNI. (07 de 2020). **El Futuro es Público**. Fonte: TNI - Instituto Transnacional.
- VEJA, r. (24 de agosto de 2019). privatização de bancos públicos enfrenta maior resistência. **Revista Veja**. Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/privatizacao-de-bancos-publicos-e-a-que-enfrenta-maior-resistencia/>
- WALRAS. (1983). **Os Economistas**. São Paulo: Abril.

O Banco do Brasil em meio à identidade pública ou privada

O Sistema Financeiro Nacional como negação da Constituição

Uma pergunta básica deve preceder qualquer outra: para que serve um banco? Logo a seguir, complementamos com outra: o papel de um banco deve servir ao público ou servir-se dele? Ao leitor, cabe a reflexão.

De acordo com a natimorta Constituição Federal de 1988 – conhecida como “Constituição Cidadã” – no seu Artigo. 192 do Capítulo 4 (Sistema Financeiro Nacional, todo ele ignorado de forma proposital pelas sucessivas lavas de deputados e senadores eleitos a partir de 1990 até os dias de hoje):

CAPÍTULO IV DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL¹

~~Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:~~

~~I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso; (Revogado).~~

~~II - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente: (Revogado).~~

~~a) os interesses nacionais;~~

~~b) os acordos internacionais~~

1 - CF 88 em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm;

~~IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do banco central e demais instituições financeiras públicas e privadas; (Revogado).~~

~~V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo; (Revogado).~~

~~VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União; (Revogado).~~

~~VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento; (Revogado).~~

~~§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.~~

~~§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.~~

~~§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.~~

~~Como é possível constatar, todos, exatamente todos os parágrafos e incisos foram eliminados sumariamente, o que torna o Art. 192 letra morta. Quando se elimina uma palavra, elimina-se conseqüentemente sua ideia: “O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem...”.~~

Um sistema é o conjunto de seus componentes individuais que devem trabalhar de forma complementar, colaborativa e sucessiva para a consecução de seu objetivo maior. Os *coachings* da moda chamariam de missão e visão do organismo, da organização, do sistema. Pense no seu sistema circulatório:

o coração bomba o sangue que irá levar através das artérias os nutrientes e oxigênio para manter o corpo vivo. O sistema equilibrado representa um organismo saudável, não é mesmo? O “Sistema” deveria ser estruturado a promover o “desenvolvimento equilibrado do país”. Sim, deveria, mas o que observamos é que alguns componentes não funcionam conforme a lógica, provocando “doenças” que podem se agravar com o tempo.

Vejamos esta notícia de 25 de maio de 2020, em plena pandemia e com uma economia que patina entre quedas abruptas e “pibinhos” na última década.

Fortuna de cinco bancos soma R\$ 7,4 trilhões e supera PIB do Brasil²

“O patrimônio de apenas cinco bancos –Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e CAIXA– supera o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Esse fato mostra a dimensão da brutal concentração da riqueza no País, agravada durante a pandemia de coronavírus(...) o governo Jair Bolsonaro, controlado pelo banqueiro Paulo Guedes, injetou R\$ 1,2 trilhão de liquidez em medidas do Banco Central para apoiar o sistema financeiro no enfrentamento da covid-19. Entretanto, nesse período, os bancos preferiram especular com esse montante de dinheiro público, ficou “empoçado” no próprio sistema financeiro(...) Traduzindo em bom português: o dinheiro não chegou ao destino, ficou “empoçado” nos bancos que especulam com recurso alheio(...) De acordo com especialistas do mercado financeiro, o dinheiro disponibilizado pelo governo “morreu” nos bancos, que preferem investir em títulos públicos(...) “Os bancos não querem dar dinheiro novo, nem querem alongar. Querem comprar só títulos públicos”, afirma Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Ele defende uma forma de “punição” do BC aos bancos que não emprestem e alongarem os prazos (...).

Os cinco maiores bancos brasileiros têm em mãos recursos equivalentes a toda a economia brasileira. Turbinado pelo aumento de crédito para suprir a demanda maior durante a pandemia de coronavírus, o volume de ativos totais das instituições financeiras atingiu R\$ 7,36 trilhões ao fim de março, superando, pela primeira vez, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que foi de R\$ 7,3 trilhões em 2019, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados em março(...)O resultado ocorreu em meio à expansão do crédito, enquanto a economia brasileira tenta ganhar tração. Do fim de 2017 para cá, a correlação crédito/PIB subiu de 47,1% para 48,9%, segundo o Banco Central. Se for considerado apenas o crédito livre, com o qual os grandes bancos atuam, o avanço foi ainda maior: subiu de 23,6% para 28,8%.”

2 - <https://www.esmaelmorais.com.br/2020/05/fortuna-de-cinco-bancos-soma-r-74-trilhoes-e-supera-pib-do-brasil/>

Os números, a despeito do absurdo que apontam pelo gigantismo e hipertrofia do setor financeiro mesmo em tempos de crise, refletem a ordem institucional do “livre mercado” e o abandono do compromisso constitucional do Sistema Financeiro (vulgo “mercado”). Sem regulação civilizatória definida na CF/88, não se promove o desenvolvimento equilibrado da nação e muito menos serve ao interesse da coletividade. Servem-se a si no seu coletivo capitaneado pela Febraban. O Banco Central como autarquia capturada pela elite financeira.

Desde 1999, dos cinco presidentes que estiveram à sua frente, quatro eram diretamente ligados ao “mercado” ou bancos mesmo: Armínio Fraga (ex-funcionário do megaespeculador George Soros e cofundador da Gávea Investimentos), Henrique Meirelles (ex-presidente mundial do *Bank of Boston*), Ilan Goldfajn (economista-chefe e sócio do Itaú) e o atual (09/2020) – Roberto Campos Neto – tesoureiro executivo do Santander para as Américas). A exceção foi Alexandre Tombini, no governo Dilma, que era funcionário de carreira do BC.

O sociólogo Jessé de Souza foi ao programa *Conversa Afiada*, do saudoso jornalista Paulo Henrique Amorim³, falar sobre seu livro que então lançava: *A elite do atraso*. Revelou que em conversa com CEO (*Chief Executive Officer* ou presidente mesmo) de um banco do mercado financeiro sob o codinome “Sergio” ouviu, dentre outras: “A elite tem 800 pessoas, sendo 600 em São Paulo”; “O juiz se compra primeiro pela vaidade”; “O Banco Central é a nossa mãe” e “O Banco Central é a boca de fumo dos banqueiros”. O mesmo executivo esclareceu que seu papel na vida era “ampliar ao máximo a legalidade a serviço do banco para o qual trabalhava”. Como se expande a “legalidade”? Um primeiro caminho é eleger quem faz as leis – legisladores – (deputados federais e senadores) e a encomenda está no forno. Alguma dúvida? Uma resposta inicial pode ser constatada pelo levantamento junto ao TSE dos financiadores do agora presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Maia: mais de 1/3 de tudo o que recebeu e declarou, desde 2002, veio diretamente de bancos. Quem paga a banda, escolhe a música. A verdadeira elite, o poder real não está no Estado e sim no “mercado”, que banca

3 - O Banco Central é a boca de fumo dos banqueiros – Canal Conversa Afiada - <https://www.youtube.com/watch?v=k-Dsjo5DUu8>;

(sem trocadilhos) seus agentes nos poderes da República, deturpando o papel democrático de mediador dos interesses sociais. Ao conferir no livro, em sua página 128, está assim⁴:

“Finalmente, caro leitor, não nos esqueçamos de que temos a maior taxa de juros do planeta, embutida em tudo o que compramos – quer compremos a crédito ou não. Créditos esses que somam 15% do PIB ou R\$ 1 trilhão todos os anos, segundo dados do próprio Banco Central. Se separarmos a diferença entre os juros extorsivos, praticados aqui, com a média de juros internacionais, quantas centenas de bilhões pagamos todos os anos, sem qualquer motivo aparente senão a ganância do saque sobre uma população indefesa, para nossos rentistas? Certamente uma grandeza em torno de oitocentas ou novecentas vezes superior ao montante orgulhosamente recuperado pelos paladinos da justiça da Lava Jato, a farsa principal da corrupção dos tolos. Não nos esqueçamos de que esse saque via juros acontece todos os anos. Essa é a real “boca de fumo” do nosso capitalismo, que só se separa do narcotráfico por exterioridades. A fonte real do assalto à população, que se torna invisível posto que toda a atenção midiática é voltada aos aviõezinhos da política que ficam com as sobras. Os 3% dos Sérgio Cabral da vida permitem tornar invisível a corrupção e o assalto real.”

A enfermidade de um corpo é constatada pelo exame clínico, observação e medição de temperatura e pressão. O padrão de normalidade é a referência para a comparação de saúde ou não do organismo, enfim, base para diagnóstico do mal que pode estar acometendo o paciente. O Brasil é um país doente? O Brasil, em agosto de 2020, é o 6º país mais desigual do mundo⁵. Mesmo com as políticas de distribuição de renda deste século, com vários programas compensatórios de distribuição de renda mínima ou auxílios emergenciais, a extrema concentração continuou intocada no país: os miseráveis passaram a pobres, mas o 1% mais rico detém mais de 20% da renda nacional, com picos de 30% nos últimos cem anos.

Em plena pandemia, os 42 bilionários brasileiros viram o conjunto de suas fortunas crescer US\$ 34 bilhões nos meses da pandemia, de acordo com a ONG Oxfam, com base em dados do ranking de bilionários da

4 - Jessé de Souza – A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato. Leya, Rio de Janeiro, 2017.

5 - <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/pandemia-escancara-desigualdade-no-brasil-e-no-mundo-e-a-urgencia-de-reduzir-gap/#page1>

revista *Forbes*. O patrimônio líquido dos mais ricos subiu de US\$ 123,1 bilhões em março para US\$ 157,1 bilhões em julho deste ano. Esse valor corresponde a seis anos de bolsa família, programa que beneficia mais de 14 milhões de famílias alijadas do sistema econômico e à beira da indigência.

Desigualdade, desemprego direto de 14% e informalidade do mercado de trabalho por volta de 34%, perda de renda na base social e aumento da concentração no andar de cima, fazem parte de uma extensa equação da injustiça. A lógica matemática remete então à inequação, a diferença das partes de uma operação. Conversa chata, não? Falar em $X > Y$ ou o contrário, quer dizer que sempre alguém tende a ganhar mais e, por consequência, outros a perder mais. E se a tal inequação assumir $X^2 > y$. Sim, juros sobre juros. Por isso, a pessoa pergunta por que o que ela recebe de juros quando aplica na poupança é tão pouco e o que ela pagaria se devesse ao banco é tão absurdamente maior?

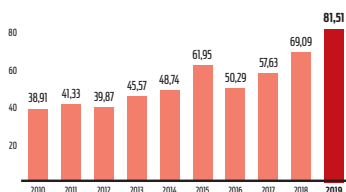
Alguém ganha, alguém perde. Quando um organismo é saudável, os indicadores de saúde são normais, o que não ocorre com um adoentado. Pergunte-se o motivo que leva um único setor a ganhar mais e mais, com ou sem crise. Como diria o personagem Coronel Nascimento em *Tropa de Elite 2*: o Sistema é *fogo*! Lógica, reflexão, especulação científica no plano das ideias, enfim, pensar através de uma pergunta básica: como chegamos até aqui? Desde a crise de 2008, gerada no centro do sistema mundial, *Wall Street*, os bancos abusaram da “liberdade” de operar acima do que chamam de “boas práticas” e agiram sistematicamente à margem da lei. Como eram “grandes demais para quebrar”, sequestraram o discurso e impuseram à sociedade a conta a ser paga pela ação marginal à qual deram sequência. Os Estados Nacionais emitiram dívidas para dar dinheiro aos bancos quebrados na crise hipotecária com alto grau especulativo, transformados em SIVs (*Structured Investment Vehicles*), um nome pomposo para papéis podres. Segundo o FED de Dallas, o salvamento custou aos contribuintes do centro do capitalismo a bagatela de US\$ 14 trilhões sem lastro⁶. Apenas emitiu-se dinheiro. Obama mandou ver na impressora do banco central de lá, o FED. O PIB (Produto Interno Bruto) dos EUA em 2008 era de US\$ 14,7 trilhões. Um ano de PIB para salvar bancos que operaram como *gangsters*, o que deu origem ao termo

6 - Conferir em <https://www.infomoney.com.br/mercados/entidade-calcula-os-custos-da-crise-de-2008-us-14-trilhoes/>

“bangsters”. Sem contar o lado europeu, com a quebra e golpes de estado “brancos” nos PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – Spain), com uma cartilha já conhecida: corte nos gastos sociais como educação, saúde e aposentadorias. Os governos desses países caíram e foram substituídos por títeres do Banco Central Europeu. Afinal, a Alemanha que comanda a economia da União Europeia, conseguiu com bancos o que não conseguiu com tanques e canhões – ajoelhar o continente europeu. O Estado foi retratado como a personagem Geni (de Geni e o Zepelim de Chico Buarque) – quando desnecessário, joga pedra, quando necessário para salvar o sistema financeiro criminoso e antissocial, Geni pode salvar e redimir... o que tem tudo isso a ver com o Brasil? O que tem a ver com o Banco do Brasil, banco estatal? Examine os gráficos abaixo:

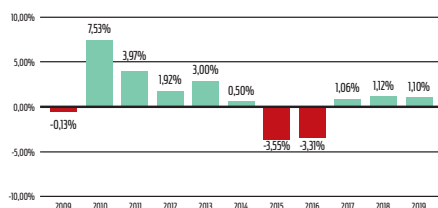
Lucro anual dos 4 maiores bancos

Em R\$ bilhões



Fonte: Economática

PIB



Os gráficos demonstram que mesmo nos momentos de queda do PIB nacional, os lucros dos quatro maiores bancos sempre estiveram bem longe da realidade do país, de modo que corrobora que o desequilíbrio econômico é real, portanto, descumprindo seu objetivo constitucional que, a bem da verdade, nunca foi regulamentado e sim extinto, deixando um país à mercê de um mercado de papéis que captura as esferas de governo que deveriam funcionar como instâncias de democratização das oportunidades e não como protetora de uma casta financeira que autodenomina-se como “indústria”. Indústria da desigualdade, da injustiça e da decadência do setor produtivo brasileiro. Letra morta, mentira viva.

O Consenso de Washington e o ataque ao conceito de Público

O termo Consenso de Washington é um conjunto de regras básicas que predominou a partir do início da década de 90. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual.

Essas ideias tornaram-se um ditame global com raras exceções. Mesmo nos governos progressistas da primeira década do Sec. XXI na América Latina, o receituário permaneceu intocado e intocável e teve origem nas cúpulas do Tesouro e Banco Central (FED) dos EUA, assim como nos “multilaterais” FMI e Banco Mundial. A correia de transmissão das ideias foi a imprensa “independente” e os meios acadêmicos fortemente financiados pela banca, por meio de suas fundações. Jargões como o Estado pesado, o Estado ineficiente, o paternalismo do Estado, fazer o dever de casa, o orçamento da dona de casa igual ao do Estado, funcionalismo público ganha muito e trabalha pouco e tantos outros, foram repetidos à exaustão como orações de terço, de modo a influenciar a opinião pública e criar o novo ser consumidor em detrimento do ser cidadão.

A exceção mais notável foi a China, cujo projeto de desenvolvimento não contemplava o enfraquecimento do Estado como indutor e planejador da economia. O seu sistema financeiro é controlado pelo Estado e não o contrário. Os bancos são estatais. Aliás, a China possui 150 mil estatais, sendo 55 mil diretamente subordinadas ao governo central, sendo as demais, regionais ou municipais. Dos cinco maiores bancos do mundo em ativos no ano de 2020, quatro são chineses. Estatais e subordinados a um governo com projeto estratégico de nação⁷.

7 - <https://pt.fxssi.com/top-20-maiores-bancos-mundiais>

Class.	Banco	País	Ativos (Em US\$ bilhões)
1	Banco Industrial e Comercial da China (ICBC)	China	4.322
2	China Construction Bank Corporation	China	3.822
3	Banco Agrícola da China	China	3.698
4	Bank of China LTD	China	3.387
5	JPMorgan Chase	EUA	3.139

Segundo a UNTACD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento),⁸ existem por volta de 1.500 estatais multinacionais (EMN) com 86 mil filiais espalhadas pelo planeta, sendo 1/3 delas europeias. Examinemos os dez países com mais Multinacionais com Capital Estatal:

Class.	País	Nr de EMNs
1	China	257
2	Índia	61
3	África do Sul	55
4	Rússia	51
5	Emirados Árabes	50
6	Suécia	49
7	França	45
8	Itália	44

Note-se que as quatro primeiras posições de multinacionais estatais são ocupadas por países do BRICS, à exceção do Brasil, nesse caso, seria “RICS”. O Brasil estaria numa “Segunda Divisão”, perdendo inclusive para Egito, com 14, estando ranqueado na 28ª posição, com números atualizados em 2019. Essas empresas cumprem papel estratégico para os

8 - https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2017_en.pdf

estados nacionais e seus interesses econômicos – garantem fontes de matérias-primas, mercados consumidores e de investimentos diretos. Brasil “pobre” fora dos RICS?

Estado, geopolítica, economia e hegemonia

“Depois de ter se transformado na ‘fábrica do mundo’ e de seu PIB ter superado o dos EUA, a China também se tornou o ‘banco do mundo’ e ‘estimula o crescimento de todo o continente asiático’ por meio da iniciativa ‘Um cinturão, uma rota’ (*One Belt One Road*, ou OBOR), resume José Eustáquio Diniz Alves, ao comentar a ascensão econômica e política da China.⁹”

Em seu livro *Sobre a China*, Henry Kissinger resgata com erudição o histórico chinês. Um dos arquitetos da aproximação de seu país com a China ainda em 1972, o então secretário do governo Nixon traz uma visão da China milenar, de cultura peculiar. Um estado humilhado pela Inglaterra ainda na expansão neocolonialista desde a Guerra do Ópio, mutilado pelas potências europeias e depois ocupado pelo Japão, desembocou numa violenta revolução que implantaria o regime comunista no país. Alertava no livro que aquele país, um gigante adormecido, tinha na sua história um traço de coletividade, disciplina e senso geopolítico que moldaria mais cedo ou mais tarde o seu lugar no mundo. Como curiosidade, lembra que desde a dinastia Ming baseou seu código de lei no Confucionismo (Escola de Eruditos – sistema filosófico chinês) e, que passou a admitir seus funcionários públicos após “concursos públicos”, cujas provas tinham grande componente dessa doutrina.

É impossível aprofundar os temas até agora elencados. Dados, aspectos legais, mercado financeiro, empresas multinacionais estatais, o histórico da China etc. Situar o Brasil numa dinâmica histórica de país periférico. Sua dependência e subordinação político-econômica colonial com Portugal e depois a independência política, mas, com a dependência econômica periférica em relação à Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Revolução essa que moldaria o que a historiografia denominaria Idade Contemporânea.

9 - <https://outraspalavras.net/outrasmidias/seculo-21-sera-chines-e-asiatico/>

Ainda no começo do Século XX, o Brasil guardava traços marcantes dessa condição de país agroexportador sem expressão industrial relevante, com alguns núcleos incipientes em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um projeto de nação (sabotados em José Bonifácio ou mesmo com João Evangelista – o Barão de Mauá) veio tomando corpo entre os jovens das elites médias brasileiras que se urbanizava. A década de 20 do século passado foi um ponto de inflexão para a concepção de um projeto de país. Descontentes com o atraso industrial do país e sua política anacrônica conhecida como “café-com-leite” (alternância de presidentes ligados à agricultura de São Paulo e à bacia leiteira de Minas Gerais), forjou-se o Movimento Tenentista no seio das academias militares, que seria base para a Revolução de 30, que levaria ao poder Getúlio Vargas, positivista, estatista e populista (sem a acepção negativa da palavra). Ele representaria uma corrente de pensamento que preconizava o desenvolvimento brasileiro sob a tutela do Estado. Criação de estatais e reestruturação do Estado, tendo como resultado o ingresso do país no Século XX sob um projeto nacional-desenvolvimentista. O tenentismo como expressão política viria a marcar a vida nacional por décadas. Destaque também para a Semana de Arte Moderna de 22, expressão da sede de uma identidade brasileira, do modernismo que pedia passagem à arte ainda vigente que espelhava a sociedade quatrocentista que agonizava na dialética histórica e teve seu golpe final com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

O Banco do Brasil e as poucas empresas estatais existentes, somadas às futuras, forjariam o Brasil que viria a ser uma das maiores economias do mundo até o final do milênio. Por que as estatais? Para não chamar de panfletagem esquerdista, transcrevemos parte da entrevista do candidato à Presidência da República em 2018 pelo partido Novo (ultraliberal), João Amoedo (JA) à liberal Rádio Jovem Pan de São Paulo¹⁰. Aos cinco minutos, Joseval Peixoto (JP) toca no assunto privatização, respondida pelo candidato e logo contestada pelo historiador nada esquerdista Marco Antônio Villa (MAV):

JP: O senhor quer privatizar tudo, Banco do Brasil, Petrobras...

JA: Nós entendemos que não faz sentido o Estado ser gestor de empresas. Você só cria um ambiente à corrupção. Durante anos nós ouvimos aquela história: não, as empresas são estratégicas... são estratégicas para os

10 - <https://youtu.be/Wt3YpgyE2Lc>

políticos, mas não para o cidadão que quer um produto mais barato, mais concorrência, então a gente pretende privatizar. É óbvio que a privatização não é um fim, é um meio para diminuir a corrupção, para ter produtos mais baratos e é fundamental que essa privatização não transfira o monopólio público para o monopólio privado, a gente tem que ter mais concorrência, né?

MAV: Mas espera, sem empresa estatal, candidato, não existiria industrialização no Brasil. Eu não me recordo, na década de 40 do Século XX, que ninguém quisesse fundar a Companhia Siderúrgica Nacional. Eu não me recordo que, em 1953, alguém quisesse fundar a Petrobras. Eu não me recordo que, em 1952, alguém quisesse criar o Banco do Nordeste. Eu não me recordo que na década de 60, no regime militar, alguém quisesse fundar a Embraer, assim como a Embratel. Também não me recordo que alguém quisesse construir Itaipu. Ou seja, quando o Estado fez tudo isso, construiu a base da industrialização brasileira, tão determinante para o progresso do Brasil, agora não serve mais. Quer dizer, os países na Europa em que o Estado tem presença importante na economia, então, eles estão todos errados. Nós vamos entregar tudo isso para a iniciativa privada brasileira e estrangeira, sem nenhum problema?

JA: Villa, primeiro devemos perguntar por que não houve investimento lá atrás?

MAV: Porque o capitalista queria investimento de curta duração. A maturação, portanto, muito curta e altas taxas de lucro e não queria investir naquilo que significava investimento de longa maturação e com taxa de lucro baixa, não é? A tradição brasileira foi assim...

Depois de alguns argumentos consagrados como mantra da escola liberal, mas nenhuma contestação histórica aos fatos (o mercado precisa de concorrência, o setor privado é mais eficiente etc.), constata-se que talvez ao herdeiro-empREENDEDOR Amoedo falte uma leitura honesta da história brasileira. Seria recomendado ao “empREENDEDOR-herdeiro” e diretor do Itaú-Unibanco a leitura do livro *Cabeças de Planilha*, de Luis Nassif¹¹, um belo apanhado histórico da “elite” brasileira, seu DNA parasita

11 - <https://jornalggn.com.br/noticia/os-cabecas-de-planilha-e-a-historia-economica-oculta-do-brasil-por-luis-nassif/>;

(com exceções raras), desde a época da política do Encilhamento¹² de Rui Barbosa até o Plano Real.

Esse recorte histórico superficial e que remete a outras discussões mais amplas serve de base para perguntar: para que serve um banco? Para que serve o Banco do Brasil? Qual a história desse banco bicentenário e qual o seu futuro nesse contexto de desmonte do Estado e seus instrumentos de política econômica?

Um pouco de história

- 12.10.1808 – O Banco do Brasil foi criado em 12 de outubro de 1808, por meio de um alvará do príncipe regente D. João, que sob escolta inglesa fugira de Portugal com toda a corte, motivada pela invasão de Napoleão Bonaparte;
- 11.12.1809 – Aberta a primeira agência do Banco do Brasil no Rio de Janeiro;
- 1819 – Financiou a construção da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro;
- 1821 – Grande saque feito pela família Real antes de seu retorno a Portugal e consequente crise de fundos do BB;
- 1833 – Já no Brasil “independente”, o Banco do Brasil foi liquidado;
- 1851 – Com um capital de 10 mil contos de réis, considerado alto na época, Irineu Evangelista de Souza (futuro Barão e Visconde de Mauá) criou uma nova instituição chamada de Banco do Brasil. O Banco ressurgiu mais forte devido às estreitas ligações com o mercado de capitais. Seu lançamento público foi realizado no salão da Bolsa do Rio de Janeiro;
- 1853 – Fusão do Banco do Brasil com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, constituindo capital expressivo. Tal fusão foi conduzida pelo Visconde de Itaboraí e, por isso, é considerado o fundador do Banco do Brasil atual;
- 1863 – Foi realizado o primeiro concurso público para o cargo de escriturário;

12 - <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/encilhamento-politica-economica-tentou-impulsionar-a-industrializacao.htm>

- 1863 – O Banco do Brasil era o único órgão emissor do país, o que durou até 1866;
- 1888 – O Banco do Brasil foi o primeiro a abrir linhas de crédito para que os fazendeiros pudessem recrutar os imigrantes europeus;
- 1893 – Passou a ser chamado de Banco da República do Brasil, após fusão com outro banco estatal, voltando a ser chamado pelo nome original em 1906;
- 1945 – Na II Guerra Mundial, o Banco do Brasil deu suporte aos Pracinhas brasileiros na Itália e prestava serviço aos consulados e à embaixada;
- 21.04.1960 – Transferência da sede para Brasília no mesmo dia de sua inauguração;
- 1976 – O BB inaugurou sua milésima agência na cidade de Barra dos Bugres, em Mato Grosso;
- 1969 – Inaugurada a filial em Nova Iorque;
- 1973 – As ações do Banco do Brasil começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores;
- Em 1985, foi criada a Fundação Banco do Brasil, instituição sem fins lucrativos que apoia e patrocina ações em diversos campos, como o cultural, social e esportivo, entre outros;
- 1986 – Fim da Conta Movimento e criação do Tesouro Nacional;
- 1994 – Foi responsável pela substituição da moeda (Cruzeiro pelo Real), distribuindo a nova moeda em todo o Brasil, por meio das 31 mil agências bancárias espalhadas pelo país;
- 1995 – Programa de Desligamento Voluntário, através do qual mais de 13 mil funcionários se desligaram em 1995;
- 1998 – Primeiro banco brasileiro a receber o ISO 9002;
- 2003 – Prestes a completar 200 anos de sua fundação, o Banco do Brasil é a maior instituição financeira do país, contando com aproximadamente 26 milhões de clientes;
- 2006 – As ações do BB completam 100 anos de listagem em bolsa

de valores e o Banco adere ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa);

- 2008 – Em plena crise global, o Banco do Brasil incorpora o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e o Banco do Estado do Piauí (Bep) sem demissões;
- 2009 – O BB incorpora o Banco Nossa Caixa e, estrategicamente adquire 50% das ações do Banco Votorantim;
- 2010 – Adquire 51% das ações do Banco Patagônia, na Argentina;
- No governo Dilma Rousseff, o BB firma-se como a maior instituição financeira da América Latina;
- 2016 – Impedimento de Dilma Rousseff e reversão do fortalecimento do BB como instrumento de políticas públicas voltadas à democratização do crédito e expansão da agricultura familiar, com o desmonte de programas integrados de merenda escolar e produtores locais. A redução de recursos para o segmento dos pequenos produtores cristaliza a opção antinacional e excludente do novo governo que se instalava por meio de um golpe jurídico-parlamentar-midiático.

Sob o comando de Cafarelli, ex-funcionário de carreira do BB, inicia-se o desmonte visando enfraquecer a atuação do banco e a abertura de espaço para a iniciativa privada, com o fechamento de 31 superintendências, 409 agências no país e redução no seu quadro de funcionários em 3.699 trabalhadores. O total de agências tradicionais caiu de 4.101, em



2018, para 3.692 ao final de 2019. O enfraquecimento da capacidade de atendimento visava criar uma imagem negativa na opinião pública, de modo a corroborar o discurso da “ineficiência” e, por conseguinte, sua privatização.

O “novo” governo e o ataque de “novo”

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, trouxe apreensão ao funcionalismo, pois, como o eleito pregava constantemente, a batuta da economia estava nas mãos do “posto Ipiranga”, Paulo Guedes, *Golden boy* da escola de Chicago, cuja filosofia é do Estado mínimo, menos para salvar bancos privados que agem à margem da lei. A crise financeira de 2008 expunha as vísceras de um sistema financeiro que deixou de ser um meio de promoção do desenvolvimento para ser um fim em si mesmo, desregulamentado, especulativo e cada vez mais parecido com um cassino surreal. A “exuberância dos mercados” (palavras de Greenspan, presidente do FED), deu-se às vésperas da quebradeira global, cujo epicentro foi *Wall Street*, que montara um castelo de cartas sobre papéis hipotecários sem lastro algum, vendidos em “pacotes” muito bem avaliados por agências de riscos, que comportaram-se mais como advogados de *Al Capone*. O falecido escritor Eduardo Galeano chamava a santíssima Trindade do “deus mercado” – *Standard & Poor’s*, *Moody’s* e *Fitch* – de “meninas superpoderosas” em alusão às personagens do desenho infantil. A santíssima trindade há anos colocava o risco Brasil maior do que o da Colômbia, país cujo 1/3 de seu território estava sob comando da guerrilha e outro 1/3, sob o narcotráfico. A mesma lógica do absurdo classificava as *subprimes* hipotecárias podres como AAA⁺... e a imprensa amestrada e conivente pouco ventilou esse fato, coletando apenas opiniões de “especialistas” do mercado financeiro para advogar que a culpa era sempre dos governos. Já diria o nazista Goebbels: “uma mentira contada mil vezes vira verdade”.

Verdade: você é uma mentira na era da pós-verdade.

Guedes, o “posto Ipiranga”, pregou até a venda do Palácio do Planalto. Despejar o presidente? Prometeu vender tudo, inclusive o Banco do Brasil para o *Bank of America*, investigado por lavar dinheiro de narcotraficantes e



terroristas¹³. Obrigado, Guedes, o funcionalismo sério do BB dispensa a companhia de seus amigos.

Paulo Guedes produziu uma nova escola artística: a arte do insulto. Pérolas falsas no intuito de falsificar a realidade. Colecionou ofensas e desprezo a tudo que envolva um projeto realmente brasileiro.

Manchetes como essas passaram a fazer parte do cotidiano do sinistro ministro, sua metódica tática de desqualificar de forma rasa, sendo, contanto, desmentido pelos fatos. Seus preferidos do *Bank of America* foram “salvos” pelo tesouro americano em 2008 na cifra de US\$ 1,1 trilhão. Realmente, a *compliance* do referido banco não está sintonizada com as boas práticas do mercado, transitando entre manchetes das páginas econômicas e policiais. O linguajar chulo utilizado, em 22 de abril de 2020, no teatro dos horrores travestido de reunião ministerial, tratou ainda da legalização do jogo de azar

13 - <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/eua-investiga-jpmorgan-e-bank-of-america-por-falhas-contra-lavagem-fa58ca96d81ea310VgnCLD200000bbcccb0aRCRD.html#:~:text=V%C3%A1rios%20bancos%20dos%20Estados%20Unidos,a%20imprensa%20local%20neste%20s%C3%A1bado.>

no Brasil. Nada mais conveniente para o neoliberalismo sem amarras e sem um Estado mediador da civilidade – a instrumentalização do branqueamento de dinheiro oriundo da máfia globalizada, multifacetada e multipolar¹⁴.

O BB, a Embrapa e o Brasil “potência agropecuária” – as novas fronteiras agrícolas

Em estudo publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (referência mundial na produção científica voltada à melhoria quantitativa e qualitativa da agropecuária), intitulado *Visão 2030 – O Futuro da Agricultura Brasileira*¹⁵, o apanhado histórico ilustra a trajetória da expansão da fronteira agrícola, unindo os esforços de pesquisa e desenvolvimento, crédito e o agricultor brasileiro.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivia processos de industrialização e urbanização e de forte crescimento econômico, que, contudo, não encontravam correspondência no setor agrícola do país, caracterizado então por baixa produtividade. **Parte considerável do abastecimento interno de alimentos provinha das importações.** Por falta de tecnologia adaptada à produção tropical, os cerrados eram áreas marginais na produção agrícola. A migração rural-urbana se intensificava de maneira impressionante, fruto da imensa pobreza rural nacional. Com o intuito de garantir segurança alimentar à população (crescentemente urbana) e reduzir os preços dos alimentos, **o governo instituiu políticas para aumentar a produção e a produtividade agrícola, incluindo investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), extensão rural e crédito rural subsidiado.** (Chaddad, 2016).

O termo crédito, substantivo e adjetivo, em essência parte da confiança no presente que sedimenta a esperança no futuro. Não se distribui crédito qualificado sem corpo técnico à altura e comprometido com projetos de longo prazo, englobados em políticas públicas estratégicas que visem aos dois objetivos primordiais do setor agropecuário: segurança e soberania alimentares.

14 - <https://jornalggn.com.br/noticia/xadrez-de-como-os-cassinos-financiaram-a-ultradireita-e-negociam-com-os-bolsonaro-por-luis-nassif/>

15 - <https://www.embrapa.br/visao-2030>

O Brasil como celeiro do mundo e de si mesmo

O mapa da fome que excluiu o Brasil, recentemente, volta a incluí-lo em 2020. Sinal dos tempos? Não! Não se trata de coincidência, mas de resultado de ação humana deliberada, de resultados decorrentes de uma visão de mundo equivocada que prefere deixar o Brasil ser governado a partir de *Wall Street*, da Bolsa de Mercadoria e Futuros de Chicago e de seus asseclas que preferem ser periféricos em Miami a centrais em São Paulo, Rio de Janeiro ou Fortaleza.

O Banco do Brasil é, sim, a instituição mais qualificada para concretizar os projetos de uma nação sustentável e soberana. Não acidentalmente, sofre ataques sutis, frequentes e agudos para debelá-lo como instrumento de soberania nacional. Ataques similares aos das piranhas que consomem os bois nas passagens dos rios. Piranhas do capital imediatista e centrado no egoísmo refratário ao bem comum.

Vejamos o que o insuspeito “Valor Econômico” publicou em 25.03.2019¹⁶:



“Sob orientação do ideário liberal do ministro Paulo Guedes, o governo quer reduzir o papel do Banco do Brasil no crédito agrícola, dando mais espaço para bancos privados. A instituição pública reina como líder histórica nesse segmento, mantendo uma participação de 58% a 60% em média nas últimas seis safras.”

16 - <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/03/25/governo-quer-diminuir-fatia-do-bb-na-area-de-credito-rural.ghtml>

O BB é hoje não só o maior agente financiador da agricultura, mas também, o que detém o mais longo e, portanto, maior produtor de massa crítica e técnica na área de crédito rural do país. Sua ambiguidade em atuar como banco público e de “mercado” levam à distorção de seu papel estratégico. Os Estados Nacionais utilizam suas empresas para consecução de seus objetivos. Aqui não se entra na seara ideológica e binária de “capitalismo” ou “comunismo”, afinal, a “ameaça chinesa” apontou para um ainda confuso conceito para os ocidentais de “socialismo de mercado”. “Noves fora”, o que assistimos é a emergência daquela economia como protagonista real ou virtual do processo de “globalização”. Uma charge do *New York Times* trazia uma frase: “Deus fez o mundo em seis dias, o resto está sendo feito na China”. Exageros e ironias à parte, o gigante oriental aceitou uma aparente submissão aos capitais ocidentais, utilizando sua vantagem comparativa de mão de obra barata, sem abrir mão de certos princípios vitais em sua nova inserção como *player global*: controle do câmbio, investimentos conjuntos com transferência de tecnologia e ofensiva diplomática autônoma (algo parecido com as gestões do Itamaraty em Geisel e Lula – duas vertentes ideológicas diametralmente opostas e convergentes em autonomia nacional).

China, aliás, que teve no governo Geisel a volta à normalidade diplomática, um reatamento. As vivandeiras históricas do lacerdismo crucificaram outro governo nacionalista por ter visitado a China 10 anos antes de Kissinger: João Goulart. Tachado de comunista, o estancieiro trabalhista não foi perdoado pelo “clube de Miami” ao propor uma reforma agrária e CONTROLE DE CAPITAIS – a velha crônica da morte anunciada. *Realpolitik* não cabe no dicionário dos manipuladores da ignorância. Lula aprofundou os laços via BRICS. Bolsonaro abre mão dessa aliança estratégica do agora na prática “RICS”. A lógica do absurdo terraplanista prescinde de um banco nacional e forte, melhor, de qualquer empresa nacional forte, seja pública ou privada.

Voltando aos números disponibilizados pelo próprio Governo Federal, houve transferência de ações do BB para o BNDES, que diminuiu sua participação para um limiar da perda do controle acionário e decisório:



O governo detinha 52,2 das ações com direito a voto (ordinárias). Em 21 de agosto de 2019, anunciou a venda de ações no “limite”. Isso ocorreu. Eram 1,54 bilhão de ações. Foram vendidas 20.785.200. Futuras negociações poderão envolver “papéis podres”? BB cede carteira de R\$ 2,9 bilhões por R\$ 371 milhões ao BTG (cujo um dos fundadores foi Paulo Guedes). Notícia censurada no portal GGN.



Segundo o próprio relatório elaborado pelo Ministério da Agricultura, o BB, a despeito do ataque sistemático, ainda é o principal instrumento de financiamento do setor agropecuário: Moderfrota, Moderagro Moderinfra, Programa ABC, PCA, Inovagro, Pronamp, Prodecoop, Procap-Agro, Prorenova, Pronaf. Não obstante a “sopa de letrinhas”, todos esses programas implicam na melhora quantitativa e qualitativa do setor agropecuário e impulsiona sua produtividade.

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças. Emprega 10 milhões de pessoas. Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.¹⁷

A garantia de financiamento às pequenas propriedades, assegura a produção de alimentos essenciais, além de propiciar emprego e renda e evitar êxodo rural para as cidades já inchadas e com déficits de moradia e infraestrutura.

O que está em jogo é mais que uma simples empresa. O que está em jogo é o significado de projeto nacional. Privatizar o BB e transferir o papel indutor de desenvolvimento a bancos privados que primam pelo atendimento de interesses de acionistas no curto prazo? Como apontam as últimas notícias, o *Bank of America*, o preferido de Guedes, não é uma boa opção “ética”. A democracia não é o simples fato de ter direito a voto. A democracia é o governo do povo, para o povo e com o povo. Não parece ser o objetivo do ministro Paulo Guedes e do atual governo. Paulo Guedes que serviu ao governo do “narcogeneral” Pinochet¹⁸. Temerário o credo cego a doutrinas econômicas de fachada.

17 - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>

18 - <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/pinochet-ganhou-dinheiro-com-trafico-de-cocaina-processada-pelo-governo-a4630j3jnzvjpbjbrd5t0c0h8u/>

Os fatos estão registrados. Vejamos esta história de disponibilidade de condições para melhoria de uma pequena propriedade. Emblemático vislumbrar-se seus efeitos multiplicadores.

Novamente, recorre-se ao insuspeito “Valor Econômico”, de tendência liberal e pró-mercado.

A reportagem é de Bettina Barros, publicada pelo *Valor*, em 23.02.2015:



“Por muitos anos, Dirceu Aparecido Nascimento foi o único a madrugar com o pai para, às 4h00 da manhã, começar a arar a terra de onde retirava as cebolas que garantiam o seu sustento. Estava conformado com a dureza da vida no campo, que aos poucos empurrou os quatro irmãos para a cidade. Mas a chegada da tecnologia – primeiro as estufas e, mais tarde, o trator de 75 cavalos – animou Marcelo, Márcio, Vanderleia e Renata a retornar à pequena propriedade rural em Piedade, no interior paulista. “Pra mim”, afirma Dirceu, “o melhor de ter crédito foi poder trazer a minha família de volta”.

Os Nascimento são uma das 2,6 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado há quase duas décadas pelo governo federal para tentar encerrar a histórica dificuldade de acesso ao crédito do estrato mais pobre – e também o mais representativo – da pirâmide rural brasileira.

Em seis anos, a família paulista conseguiu levantar R\$ 155 mil por meio de quatro operações, a juros de 2,0% ao ano e carência de três anos para começar a pagar. O primeiro empréstimo, de R\$ 10 mil, foi para o custeio da produção. O último, no ano passado, subiu para R\$ 89 mil, o preço do trator novinho esta-



cionado na entrada do Sítio Boa Esperança, agora agitado com o vai-e-vem de irmãos entre dezenas de caixas de tomates e outras hortaliças que seguirão viagem à Ceagesp, na capital.

Como muitos agricultores familiares, os Nascimento dizem que a vida mudou com o Pronaf. Com a família reunida e maquinário, o trabalho sob o calor escaldante do interior ficou um pouco mais fácil. Descontados os custos fixos com a propriedade de 12 hectares, “sobra até uma coisinha no fim do mês”, diz Dirceu. A “coisinha” chega a R\$ 5 mil mensais, para cada irmão, no período de verão, quando as vendas são melhores. Mais do que Marcelo e Márcio ganhavam na cidade. E algo impensável na pequena agricultura uma década atrás.

Não seria arriscado dizer, portanto, que a família Nascimento representa uma espécie de nova classe média alta no espectro de agricultura familiar brasileira. Pelos padrões do Pronaf, trata-se do agricultor com renda bruta anual acima de R\$ 30 mil. É também o que a Emater, entidade de assistência técnica rural, qualifica como “agricultor de mercado”: com atividade comercial definida, capacidade de poupança (em geral animais), acesso ao crédito, meios de produção individuais e que eventualmente contrata ou troca serviços com outras famílias.

Não se sabe ao certo quantos brasileiros entraram nessa categoria. A falta de um censo agropecuário atualizado – o último é de 2006 – impede o balanço da influência do programa na melhora das condições de vida e seu impacto na migração rural. Os sistemas do Banco Central e bancos repassadores do Pronaf

tampouco estão preparados para coletar a evolução patrimonial e de renda das unidades familiares de produção – falha que o governo admite.

‘O crédito facilita o acesso a tecnologias que são decisivas no aumento da produtividade e, por consequência, da renda. Essa evolução acontece, sabemos, mas não temos hoje como medir esse ganho’, diz João Luiz Guadagnin, diretor de financiamento e proteção à produção da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).”

Mais do que uma disputa rasa e superficial, o que está em jogo é um projeto de Nação.

Pablo Sergio Mereles Ruiz Diaz

Trabalhador no Banco do Brasil

Secretário de Formação da Fetec

Coordenador Regional Dieese-PR

*Aos banestadenses que em algum momento de suas
vidas construíram a história do Banco Banestado e
contribuíram para o desenvolvimento do Paraná,
a nossa eterna gratidão.*

Nota dos autores

Representamos uma pequena amostra da pluralidade que, ao longo de 70 anos, construiu a história no banco. Participamos do último período do Banestado e contamos aqui o quanto ele foi importante para o Paraná. Esperamos que nossos recortes sejam janelas para observar pedaços dessa história interrompida. Muito há para ser desvelado, pois cada ex-funcionário tem memórias, fotos e objetos guardados, formando um museu vivo dessa instituição tão importante.

No universo de milhares de ex-banestadenses, são tantos os nomes que teriam importantes contribuições para registrar, que não caberiam no espaço de um livro. São vozes que não aparecem entre os articulistas, mas foram fundamentais para a luta descrita nestas páginas.

Formamos o Conselho Editorial, com José Altair Monteiro Sampaio, Durce Rodrigues de Figueiredo e Antonio Pereira da Silva, por entendermos que o livro deve contar a história pelo olhar de ex-funcionários do Banestado. Ajudaram-nos em muito. José Altair Monteiro Sampaio, sempre na luta pelos direitos previdenciários dos aposentados, buscou nos bastidores vozes que complementam a necessidade de preservação do patrimônio público. Durce Rodrigues Figueiredo, jornalista atenta com as diversas facetas do Banestado, recuperou detalhes quase esquecidos de nossa história. Antonio Pereira da Silva, emprestou sua visão e experiência acadêmica para que o discurso sindical fosse tratado de forma histórica.

Neste livro, há autores que não foram banestadenses. Davi Macedo, um jovem estudante de jornalismo que desenvolveu a capacidade de transformar a indignação em profissão. Cid Cordeiro, economista que esteve na coordenação do Dieese-PR, acompanhou de perto os problemas relacionados às finanças do estado. Ambos participaram de momentos decisivos do banco. Há os nossos colegas de profissão que são trabalhadores da CAIXA e do Banco do Brasil e se engajam pela defesa dos bancos públicos: Maria Rita Serrano, Marcel Juviniانو Barros e Pablo Sergio Mereles Ruiz Diaz.

Há os companheiros e companheiras que, apesar de uma curta passagem pelo banco, escreveram depoimentos sobre a importância do Banestado em suas vidas. Maria de Fátima Costamilan, que migrou do Banestado para a CAIXA e levou o olhar para as causas sociais. Ângelo Vanhoni, funcionário do Banestado, foi vereador, deputado estadual e federal, um líder sindical que levou a voz da categoria bancária para a Assembleia Legislativa do Paraná. Claudio Ribeiro ocupa um espaço carinhoso em nossas vidas. Homem de caráter democrático e história de lutas no período da ditadura, inspira-nos a escrever e seguir lutando.

Convidamos Wilson Ramos Filho, o Xixo, testemunha do processo de privatização enquanto assessor jurídico das entidades sindicais. Autor de textos brilhantes por suas ideias coerentes e humanizadas, que emprestou seu conhecimento e nos brindou com seus sentimentos ao compor o prefácio da obra.

Apoio



INSTITUTO *DECLATRA*

PATANAGRAV
376-3717

**BANESTADO: Gerando em
há 70 anos. Um banco as
ser privatizado. Diga **NÃO** à**

 **SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DE CURITIBA E REGIÃO** 

 **fete**

prego e renda
ssim não pode
PRIVATIZAÇÃO!

ec/PR

CUT BRASIL



A

NAGAT

O Banestado foi uma das mais importantes instituições bancárias brasileiras até meados dos anos 1990, quando sofreu um polêmico processo de privatização, que encerrou uma história de sucesso de mais de 70 anos.

Neste livro, ex-integrantes do banco relembram sua história de dedicação e os bastidores da pilhagem ao capital público. Os banestadenses – como ficaram conhecidos – narram como os trabalhadores e trabalhadoras do banco criaram um clima organizacional pautado pela fraternidade e pelo espírito de servir, base para uma instituição financeira inovadora, criativa e solidária. Contam com detalhes como foram os dias de luta contra a privatização desse patrimônio de todos os paranaenses.

“Banestado – Uma história interrompida” traz também uma seção de análises sobre a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do Brasil.

Apoio



INSTITUTO *DECLATRA*



FETEC CVT
PR
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
EMPRESAS DE CRÉDITO DO PARANÁ